

PARTE II

Historiografia da arqueologia, memória, território e comunidades



Castelo de Cabeço de Vide (Alter do Chão). 2020

Alentejo e Megalitismo...

Percursos de uma investigação já centenária

Leonor ROCHA¹³

Resumo

O estudo do megalitismo alentejano é dos temas que, reconhecidamente, aparecem muito cedo na bibliografia portuguesa. Efetivamente, desde as primeiras referências, ainda no séc. XVI até aos inícios do século XXI, um conjunto significativo de pessoas, desde simples curiosos aos investigadores mais consistentes, se debruçaram sobre estes monumentos demonstrando assim, de forma inequívoca não só a sua importância em termos do imaginário coletivo das populações mas, também, a sua importância para o conhecimento das sociedades que os construíram e utilizaram.

Pretende-se nesta comunicação apresentar alguns destes investigadores e do seu contributo para o conhecimento deste tema, no Alentejo.

Palavras-chave: Megalitismo; Alentejo; Investigação; Vergílio Correia; Manuel Heleno; M^a Conceição Rodrigues

Abstract

The study of megalithics in Alentejo is one of the themes that, admittedly, appears very early in the Portuguese bibliography. Indeed, since the first references, still in the 16th century until the beginning of the 21st century, a significant number of people, from simple curious onlookers to the most consistent researchers, have studied these monuments, thus demonstrating unequivocally not only their importance in terms of the collective imagination of the populations, but also their importance for the knowledge of the societies that built and used them.

The aim of this paper is to present some of these researchers and their contribution to the knowledge of this theme, in Alentejo.

Keywords: Megalithism; Alentejo; Research; Vergílio Correia; Manuel Heleno; M^a Conceição Rodrigues

¹³ Docente Universidade de Évora/ Departamento de História. Investigadora CEAACP/ UALg - UIBD/ ARQ/ 0281/ 2020 – FCT. Orcid: 0000-0003-0555-0960. lrocha@uevora.pt

1. Percursos de uma investigação já centenária

O Alentejo possui, em termos da nossa Herança Cultural, muitos significados pois foi, desde pelo menos a Pré-história Recente, um espaço muito vivido e humanizado e os monumentos megalíticos foram as primeiras arquiteturas a impor-se visualmente **nesta paisagem. Uns mais grandiosos, outros mais liliputianos...alguns conseguiram resistir durante longos milénios, outros sucumbiram no decurso da nossa evolução tecnológica.**

Também, é desde muito cedo que estas construções de pedra fomentam a imaginação das populações mais ou menos eruditas, estimulando no séc. XIX, um pouco por toda a Europa, debates mais amplos sobre as habilidades cognitivas dos seus construtores, esse homem pré-histórico então considerado como totalmente primitivo.

A investigação sobre o megalitismo alentejano inicia-se, de forma incipiente, na 2ª metade do século XIX, com trabalhos sobretudo de recolha de espólios ou de simples referências, dispersas, a monumentos nesta região. A partir da primeira década do século XX, a sua história passa a estar amplamente entrelaçada com a do Museu de Etnologia, que necessita de construir uma memória nacional, investindo em sítios/regiões para concretizar os seus objetivos. Assim, durante o séc. XX até aos inícios do século XXI, um conjunto significativo de pessoas, desde simples curiosos aos investigadores mais consistentes, se debruçaram sobre estes monumentos demonstrando, de forma inequívoca não só a sua importância em termos do imaginário coletivo das populações mas, também, a sua importância para o conhecimento das sociedades que os construíram e utilizaram. Todos eles, com os seus trabalhos, contribuíram para o evoluir do conhecimento do megalitismo alentejano e, não sendo possível no âmbito deste trabalho falar do contributo de cada um, escolheram-se três que, como veremos, cada um à sua maneira, foi importante para esta matéria.

2. Vergílio Correia (1888-1944)

Vergílio Correia Pinto da Fonseca nasceu na Régua, em 1888, licenciou-se em Direito (1911) e doutorou-se em Letras (1935), na Universidade de Coimbra. Trabalhou nos museus Etnológico Português (1912-1915) e Nacional de Arte Antiga, onde ocupou o cargo de Conservador (1915-1921). A partir de 1921 volta à Universidade de Coimbra, como professor de História de Arte e, a partir de 1923, de Arqueologia. Em 1929 fica

também a dirigir o Museu Machado de Castro e, em 1937, assume também a direção do Jornal *Diário de Coimbra*. O seu trabalho e vasta produção científica nas áreas da Arqueologia, História de Arte, Museologia e Etnografia tornam V. Correia um nome de referência, na 1ª metade do Século XX.

Mas, as primeiras décadas do séc. XX, foram também fortemente influenciadas por um clima de agitação política, social, económica e cultural, traduzindo como seria expectável, num avivar dos nacionalismos, com reflexos diretos na investigação arqueológica que se centra na "procura das origens". Nesta perspetiva, um pouco por toda a Europa, os conceitos de raça e a ideia de que a nacionalidade era algo de biológico, está patente na investigação realizada e, naturalmente, também em algumas das obras de V. Correia.

O seu trabalho em torno do megalitismo alentejano inicia-se com um acaso pois este tema não era, dentro da Arqueologia, o seu preferido – o cerne da sua investigação estará centrado no período romano. Efetivamente, a sua ida para o concelho de Mora deveu-se a uma conversa informal com um amigo (Correia, 1914, 1921), natural de Pavia, à referência a um monumento destruído, a espólios que seria necessário recolher para **o Museu Etnológico... E, a partir desta história, simples, V. Correia irá ficar de forma indelével para sempre marcado como o primeiro investigador português que realiza um estudo sistemático, numa área perfeitamente delimitada, de um conjunto de monumentos megalíticos. A obra publicada em 1921, "El Neolítico de Pavia", apresenta os resultados dos trabalhos realizados entre abril de 2014 e 2018 na freguesia de Pavia, onde identifica e escava dezenas de monumentos megalíticos funerários e alguns locais de habitat, sendo o mais paradigmático o Castelo de Pavia. Esta obra acaba por ser a sua única monografia.**

Independentemente das críticas que outros investigadores, como Manuel Heleno e Irisalva Moita, possam apontar ao seu trabalho, dois aspetos devemos salientar e validar: i) o seu carácter pioneiro neste tipo de estudos; ii) o papel social dos seus trabalhos, nesta altura, neste Alentejo profundo.

Efetivamente, V. Correia desenvolve os seus trabalhos entre 1914 e 1918, período que coincide com a 1ª Guerra Mundial onde, como sabemos, Portugal participou ativamente enviando muitos homens para a frente de combate, em França. Nesta fase, existia também outra prática, posteriormente abandonada pelas graves implicações que acabou por ter neste conflito que seria a de constituir batalhões com pessoas

oriundas todas da mesma aldeia/ região. Este planeamento tático parece natural, quando pensamos que se está a enviar um conjunto significativo de soldados para uma terra desconhecida, para exercerem um trabalho para o qual não estão preparados (nem motivados) mas que, como contrapartida, estariam com os seus pares, os seus amigos, os seus conhecidos. O problema foi que batalhões inteiros foram mortos e aldeias e vilas, de uma mesma região, acabaram por perder, num único evento, todos os seus homens.



Figura 1. Trabalhos no Castelo de Pavia.
(Fotos de V. Correia sobre chapa de vidro. Coleção Vergílio Correia)



Figura 2. Adro da Junta de Freguesia de Pavia.

Pavia era uma aldeia quase em homens, como se pode ver nas várias fotografias que constituem o acervo fotográfico de V. Correia (Fig.2). Eram as mulheres e as crianças (estas a brincar ou a guardar rebanhos), as mães que necessitavam de trabalho para poderem alimentar os seus filhos, e é isso que os trabalhos de V. Correia lhes vem oferecer (Fig.1). Trabalho remunerado, pois o Museu Etnológico dispunha de verbas para pagar aos trabalhadores rurais que executavam as escavações.

V. Correia foi essencial para a investigação do megalitismo alentejano nestas primeiras décadas do século XX, V. Correia foi essencial pelo apoio social dado a esta população.



Figura 3. Crianças pastores na anta da Caeira. (Foto de V. Correia sobre chapa de vidro. Coleção Vergílio Correia)

3. Manuel Heleno (1894-1970)



Figura 4. Caricatura de Francisco Valença, sobre os trabalhos de M. Heleno no Alentejo (1933).

Manuel Domingues Heleno Júnior nasceu em Leiria, em 1894. Licenciou-se em História e Geografia na Faculdade de Letras de Lisboa, interessa-se ainda pelos cursos de Direito e de Bibliotecário-Arquivista, onde faz algumas unidades curriculares e começa a sua vida profissional como professor nos Liceus Passos Manuel e Camões. Em 1923 entra como Assistente na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1930 passa a Professor Auxiliar, em 1933 defende doutoramento e passa a seguir a Professor Catedrático. Da mesma instituição onde acabada por exercer outros cargos de gestão, também. A partir de 1921 ocupa igualmente o cargo de Conservador de Museu Etnológico e, a partir de 1929 assume a sua direção, cargo que manteve até 1964, ano em que se reforma.

Manuel Heleno foi, durante a sua vida ativa e nas décadas seguintes, um investigador pouco consensual dentro da comunidade arqueológica devido, por um lado ao seu carácter e, por outro, aos cargos e poder que cedo assumiu na Arqueologia portuguesa. Quinze anos depois da estada de V. Correia por Pavia (Mora), Manuel Heleno (1933) retoma os trabalhos em torno do megalitismo funerário no Alentejo ficando com um **domínio quase que absoluto desta investigação, durante algum tempo...**

Escavou muito, pouco ou nada publicou, sobretudo no que se refere ao megalitismo alentejano (Rocha, 2005). Assume publicamente que a sua vinda para o Alentejo tem **por objetivo verificar e corrigir o “mau trabalho” realizado por V. Correia. Entre 1930 e 1939** identifica e escava centenas de monumentos megalíticos nos concelhos de Montemor-o-Novo, Coruche, Mora, Arraiolos e Estremoz. Movia-o a crença que o megalitismo surgiu a partir de uma evolução das populações mesolíticas, localizadas nos concheiros do Tejo e do Sado. Para comprovar esta teoria necessitava, pois, de intervencionar o maior número possível de monumentos de diferentes arquiteturas para poder analisar e comparar com os espólios existentes. Este era, sem dúvida, um verdadeiro projeto de investigação, mas demasiado hercúleo para M. Heleno que, devido aos seus afazeres profissionais não podia estar em permanência no Alentejo. Os monumentos intervencionados a um ritmo louco (no ano de 1933 foram mais de 50) geravam volumes de espólios que era impossível tratar e analisar no Museu Etnológico, para onde eram enviados e ficavam encerrados porque, apesar de não lhe ser humanamente possível realizar essa tarefa, M. Heleno também não a confiava a ninguém. A chave para a compreensão do aparecimento e evolução do megalitismo **teria de ser uma descoberta apenas sua...atolado de dados, M. Heleno sucumbiu...não**

tratou, não publicou e escondeu de todos os resultados obtidos criando à sua volta um mito: ele tinha a chave para resolver o mistério e um dia, todos saberiam, quando tivessem acesso aos materiais e aos seus Cadernos de Campo. Três décadas após a sua morte o Museu Nacional de Arqueologia consegue finalmente adquirir estes **Cadernos, fazer corresponder códigos a sítios, alocar espólios a monumentos...mas o mistério não estava resolvido porque poucos são os monumentos que resistiram intocáveis ao passar dos séculos e dos milénios. Foram construídos, usados, visitados, reutilizados, violados, destruídos...os seus espólios reportam-nos histórias intensas que, eventualmente, poderiam ter sido melhor compreendidas se ele estivesse estado presente, se tivesse observado minuciosamente as estratigrafias, se...**

M. Heleno ficou, pois, também ele, para sempre, associado à história do megalitismo alentejano (Rocha, 2005). Pelas suas ideias, pela procura das origens, pelos mitos que criou e alimentou, mas, também, porque com este trabalho registou dezenas de monumentos que, entretanto, foram destruídos pela mecanização da agricultura. Sem o seu trabalho árduo de registo, teríamos perdido informação sobre a existência de um grande número de monumentos.

4. M^a da Conceição Monteiro Rodrigues

Maria da Conceição Monteiro Rodrigues é, dentro do escasso conjunto de mulheres que trabalharam em megalitismo no decurso do séc. XX a mais enigmática, a que acabou por passar mais despercebida, não obstante o grande valor que os seus trabalhos nos aportam ainda hoje.

Ao contrário de V. Correia e M. Heleno que tiveram um percurso de vida muito público, M^a Conceição Rodrigues foi recatada, pouco ou nada sabemos sobre a sua vida.

O seu trabalho visa a obtenção de dados, de informação científica não através de novas intervenções arqueológicas, mas, **do que destas se possa extrair ... dos conhecimentos que cada trabalho deve efetivamente produzir** *“A Arqueologia prática pressupõe um contacto regular e directo com os primeiros achados, sendo o arqueólogo que a pratica responsável pela transformação desse material numa informação tratada e transmitida nos arquivos e reportagens. (.../...) Contudo, o que se observa é que o produto final denominado “conhecimento arqueológico” fica muito aquém dos dados originais sobre o qual ele é fundamentado. Isto deve-se ao facto da informação gerada pela arqueologia prática ser, em*

geral, descritiva. O arqueólogo regista num caderno de campo uma amostra extraída de uma população que existiu e selecciona os atributos que pensa serem significativos. A ausência de algumas referências a tais atributos não significa que eles não sejam observáveis mas simplesmente essa informação encontra-se omissa”. (Rodrigues, 1992: 285)

M^a C. Rodrigues identifica assim um dos grandes problemas da arqueologia portuguesa, a incapacidade de se obter informação a partir dos dados coligidos pelos arqueólogos nos seus trabalhos. E, para resolver este problema, ela propõe o recurso às tecnologias informáticas, à inteligência artificial, pois só desta forma se pode criar uma **linguagem uniformizada, com critérios explícitos** “o arqueólogo vê-se obrigado a clarificar e precisar a informação bem como o procedimento adoptado” (Idem, Ibidem: 286), limitando assim o que ela designa por “análise criativa” .

O seu contributo para a arqueologia em geral e para o estudo do megalitismo, em particular, foi o tema central da sua dissertação de doutoramento e, na publicação de livros e artigos que propõem a utilização de tecnologia informáticas no estudo das pinturas, da descrição de monumentos megalíticos, no estudo das placas de xisto, etc.

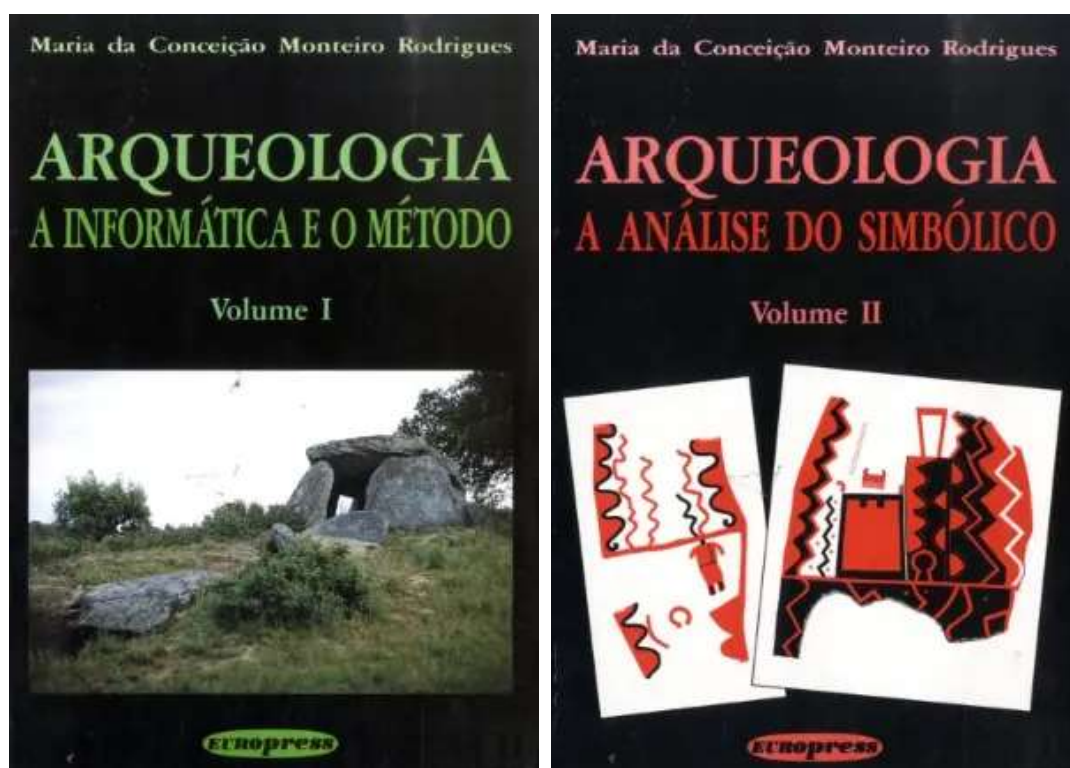


Figura 5 e 6. Publicações de M^a da Conceição M. Rodrigues

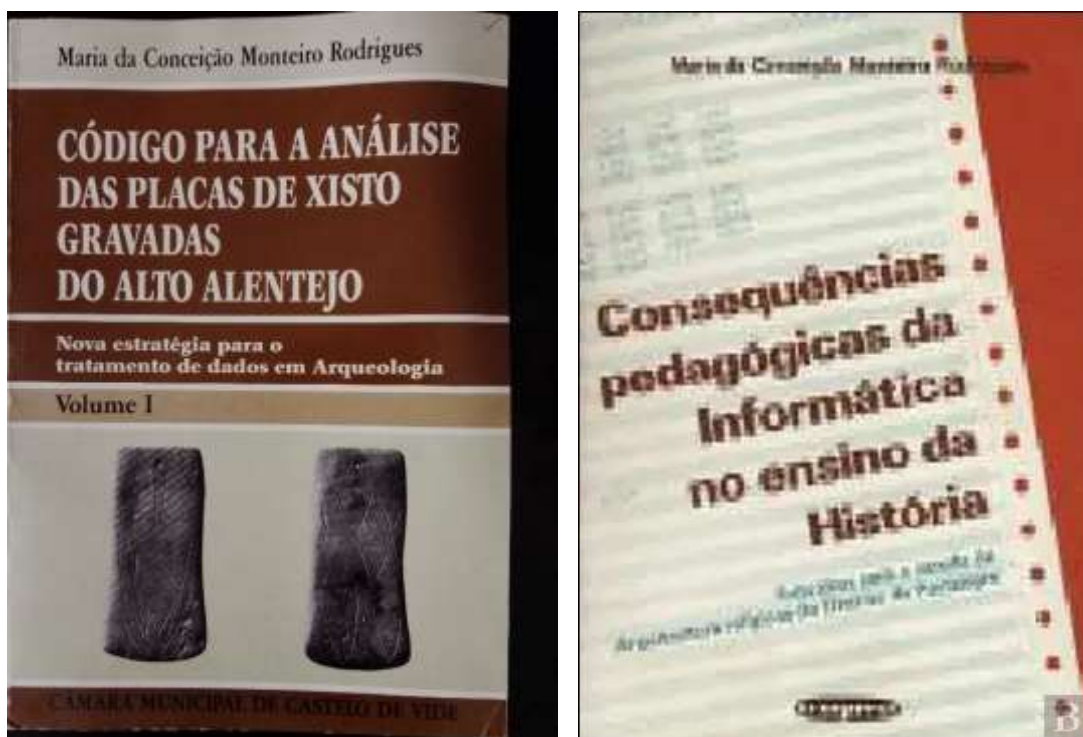


Figura 7 e 8. Publicações de M^a da Conceição M. Rodrigues

Mais de três décadas depois, continuamos a propor a utilização de tecnologias informáticas para o estudo do megalitismo (Santos, 2018) uma vez que os problemas identificados por M^a Conceição Rodrigues continuam tão ativos, como naquela época. O seu contributo para o estudo do megalitismo alentejano foi meritório, mas infelizmente, as suas propostas acabaram por cair no esquecimento da maioria da comunidade arqueológica.

Bibliografia

- CORREIA, V. (1914) – Crónica. Excursões arqueológicas ao Alentejo. *O Archeólogo Português*. 19. 1^a Série. Lisboa, p. 189-192
- CORREIA, V. (1921) – *El Neolítico de Pavia*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas. 27.
- ROCHA, L. (1999) - *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-História Regional*. Setúbal: Regiset.
- ROCHA, L. (2005) - *As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Lisboa: FLL (Tese de doutoramento policopiada).

- ROCHA, L. (2016) - Percorrendo antigos [e recentes] trilhos do Megalitismo Alentejano. Terra e Água. Escolher Sementes, invocar a Deusa. *Estudos & Memórias*. 9. Lisboa, p. 167-177.
- RODRIGUES, M^a C. M. (1979) – *A informática ao serviço da História da Arte e da Arqueologia. Subsídios para um inventário artístico de Castelo de Vide*. Lisboa: Assembleia Distrital de Portalegre.
- RODRIGUES, M^a C. M. (1981) – *Consequências Pedagógicas da Informática no Ensino da História Subsídios para o estudo da arquitectura religiosa do distrito de Portalegre*. Europress.
- RODRIGUES, M^a C. M. (1986) – *Código para a Análise das Placas de Xisto Gravadas do Alto Alentejo. Nova estratégia para o tratamento de dados em Arqueologia*. I. Castelo de Vide: Câmara Municipal de Castelo de Vide.
- RODRIGUES, M^a C. M. (1988) - A imaginação simbólica na Proto-História. Mensagem das Pinturas do Monumento de Antelas. *Congresso Peninsular de História Antiga*. Santiago de Compostela, p. 353-380.
- RODRIGUES, M^a C. M. (1989) - O computador e a representação dos conhecimentos em Arqueologia. *Boletim da Associação Portuguesa de História e Informática*. 2. Coimbra, p. 21-3
- RODRIGUES, M^a C. M. (1990) – *A Arqueologia - A Informática e o Método. Volume I*. Europress.
- RODRIGUES, M^a C. M. (1991) – *Arqueologia - A Análise do Simbólico. Volume II*. Europress.
- RODRIGUES, M^a C. M. (1992) – *A utilização do computador na arqueologia prática*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
- SANTOS, I. (2018) - *Um Atlas Digital para o Megalitismo: uma Infraestrutura de Dados Espaciais (Sudoeste da Península Ibérica)*. Évora: Universidade de Évora (tese de mestrado). [em linha] <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/24266>

“AS ANTAS SÃO DO POVO” de operários a “arqueólogos” no concelho de Marvão nas décadas de 80 e 90 do séc. XX

Jorge de OLIVEIRA¹⁴

Resumo

Nesta comunicação retratamos uma realidade social que decorre do encerramento de várias indústrias do concelho de Marvão e que empurram para o desemprego dezenas de pessoas, especialmente mulheres. Alguns desses desempregados fabris vão incorporar, nas décadas de 80 e 90 do século XX, as equipas de arqueologia que organizámos para estudar e recuperar monumentos megalíticos. Sob o sol abrasador dos verões alentejanos, estes “novos arqueólogos” entoavam ao ritmo da picareta: “Se a terra é de quem a trabalha, então AS ANTAS SÃO DO POVO!”

Palavras-chave: Arqueologia, Antas, Desempregados fabris, Marvão.

Abstract

In this communication we portray a social reality that results from the closure of several industries in the municipality of Marvão and that push dozens of people into unemployment, especially women. In the 80s and 90s of the 20th century, some of these unemployed factories joined the archeology teams that we organized to study and recover megalithic monuments. Under the scorching sun of the Alentejo summers, these “new archaeologists” chanted to the rhythm of the pickaxe: “If the land belongs to those who work it, then the dolmens belong to the people!”

Keywords: Archeology, Dolmens, Unemployed factories, Marvão.

Nota prévia.

Partes deste texto foram publicadas em capítulo do livro “Memórias das Freguesias de Santo António das Areias e Beirã”, editado em 2021, pela C. M. de Marvão e Colibri. Por se tratar de tema de interesse para história da arqueologia regional e, eventualmente

¹⁴Docente Universidade de Évora/ Departamento de História. Investigador CHAIA/ Universidade de Évora.

nacional, resolvemos voltar a divulgá-lo junto da comunidade arqueológica a quem, maioritariamente, estas jornadas se dirigem.

1. O apogeu da indústria em Santo António das Areias.

Com a Revolução de Abril de 1974, mas, sobretudo, com a independência das colónias e subsequente abertura de Portugal à economia exterior, que já se começava a globalizar, as diferentes indústrias instaladas em Santo António das Areias começam a ressentir-se e o seu mercado a ficar cada vez mais fechado. Até meados da década de setenta do século XX, a procura de mão de obra, sobretudo a sazonal, que correspondia ao período das conservas de enlatados (tomate, pêra e azeitona) e no Natal e na Páscoa (chocolates e amêndoas, respetivamente), absorvia todo o assalariado disponível. Com as indústrias de calçado, fosse a Ebro, com as sapatilhas, fosse a Celtex, com as borrachas, esta especialmente vocacionada para botas para o exército colonial, não havia desempregados no concelho de Marvão nem nos concelhos envolventes. Todas as manhãs, pelo menos duas camionetas de caixa aberta, com bancos de madeira corridos, recolhiam até mais de 30 km pessoas que iam trabalhar nas indústrias instaladas, quer em Santo António das Areias, quer na Herdade do Pereiro, na freguesia da Beirã. Mal se acabava a escolaridade obrigatória, na altura a 4ª classe, bastava aparecer à porta de uma qualquer das fábricas e imediatamente o jovem adolescente transformava-se em empregado fabril.

1.1. A emancipação feminina

A empregabilidade feminina, que retirou quer do campo, mas sobretudo do ambiente doméstico a maior parte das mulheres contribuiu para aquilo a que poderíamos chamar de “**revolução de costumes**” neste interior alentejano. A independência financeira que o trabalho feminino propiciava provocou profundas alterações sociais, que um dia um estudo estatístico irá bem revelar. Os casamentos, ou ajuntamentos, como se dizia na época, proliferaram, o tradicional controlo que as moralistas mães queriam ter sobre as casamenteiras filhas já não surtia efeito, porque ao fim do mês o dinheiro que lhes era entregue na secretaria das fábricas permitia-lhes algumas veleidades até aí impensáveis. Seria espectável que o número de divórcios aumentasse, mas, aparentemente, tal não se verificou. Pelo contrário, denotou-se um decréscimo, ou pelo menos começou-se a ouvir falar menos, da violência doméstica. A autonomia

financeira que a mulher desta região passou a ter permitia-lhe fugir e diretamente afrontar alguma violência que se começasse a manifestar da porta de casa para dentro. Se por um lado esta autonomia financeira que desde cedo a juventude começava a ter ao encontrar trabalho nas várias indústrias afastou dos estudos muitos que, com algum esforço familiar, os poderiam ter continuado. Por outro lado, passou a responsabilizar, profissionalmente, mais cedo, toda uma geração.

1.2. Trabalho / prosseguimento de estudos

A abertura da Telescola e o prolongamento do ensino básico obrigatório até ao denominado “ciclo preparatório”, portanto seis anos de escolaridade veio, de alguma forma, colidir com muitas das expectativas que grande parte da juventude tinha ao encontrar alguma autonomia financeira nas indústrias. Algum tempo mais tarde, de quando em vez, brigadas de inspetores apareciam nas fábricas para tentar descobrir jovens trabalhadores com menos de 14 anos e sem a escolaridade obrigatória completa. Obviamente que alguns eram apanhados, mas também havia uma forma simples de dar a volta ao assunto até perfazerem a idade mínima, pois muito trabalho fabril era desenvolvido em casa dos operários. O embalamento de rebuçados e chocolates e o coser das solas das sapatilhas ocupavam até longas horas da noite famílias inteiras que, ao som da enfadonha Emissora Nacional, lá iam ouvindo as notícias filtradas da Guerra de Angola, ou a sempre presente Amália, para não falar nas radionovelas, como a célebre “Cochinha do Tide”.

1.3. O fenómeno das motorizadas

Embora a economia local se encontrasse minimamente estabilizada, as reservas monetárias não davam para que a maioria dos operários se aventurasse a comprar um automóvel. Novos eram demasiadamente caros para os ordenados da época e em segunda mão, quando apareciam, estavam prontos para ir para sucata. Assim, à volta das fábricas, várias dezenas de motorizadas passavam o dia estacionadas esperando que o silvo das 18h libertasse das máquinas os operários que, apressadamente, se dirigiam para as suas velozes e reluzentes, mas sobretudo ensurdecedoras máquinas de 49,9 cc. Eram as Macal, as Casal, as Zundap e as Saches de 4 velocidades e, raramente, porque substancialmente mais caras, alguma vaidosa V5. E antes de se fazerem até casa, onde alguma horta ainda os esperava, davam duas ou três voltas à aldeia em velocidades estonteantes, exibindo às perspetivadas namoradas os seus dotes de condutores. Aguardava-os, neste ou naquele cruzamento, a patrulha da

G.N.R.: “O capacete está atado?”, “Os documentos estão em dia?”, “A luz de stop acende?”... “E o silencioso do escape onde está?”, “Com tanto barulho, o silencioso não está na motorizada...está multado!” Mas alguém se lembrou que a legislação diria, num qualquer artigo, que o velocípede teria que ter silencioso, mas não estava lá escrito que tinha que estar montado no escape, como seria óbvio! Quando a notícia se começa a espalhar de que a patrulha da G.N.R. não podia multar desde que o silencioso estivesse num qualquer compartimento da motorizada, nem que fosse atado com um arame sob o porta bagagens, eis que as autoridades ficam algo baralhadas e deixam de multar, mas a vingança não se fazia esperar... Ou era o refletor que estava sujo, ou os pneus que estavam sem rasto, ou o espelho que estava partido, ou as sempre fundidas lâmpadas da chapa de matrícula não acendiam... e as multas lá iam aparecendo. E tinham mesmo que aparecer, para não acontecer o mesmo que já tinha acontecido a um simpático G.N.R. que, no final do ano, não tinha registado nenhuma multa e por isso ficou sem direito a férias no ano seguinte. E assim se ia vivendo o dia-a-dia. Mas, por mais controlo que a G.N.R. quisesse ter, os acidentes com as já acelerativas motorizadas, demasiado acelerativas, quer para a qualidade das estradas, quer para a sua estabilidade, sucediam-se com demasiada frequência. As pernas e clavículas partidas eram quase tão frequentes quanto a amputação de dedos nas máquinas de corte dos moldes de borracha da Celtex, ou nas máquinas de descaroçamento da fábrica das azeitonas.

2. O declínio da indústria em Santo António das Areias e suas consequências

A vida ia decorrendo...mas os tempos estavam a mudar. Com a Revolução de 1974 o mercado das colónias parou de repente, as conservas não conseguiam competir com a qualidade e preço das estrangeiras, as alpergatas não se modernizaram e outras marcas mais apetitosas começaram a encher as montras das lojas. Os produtos sazonais, como chocolates e amêndoas, já não garantiam a rentabilidade da empresa. Os donos, ou os gerentes das fábricas, não souberam, ou não quiseram, modernizar-se e adaptar-se aos novos tempos que estavam a chegar e, nos finais da década de setenta, mas sobretudo nos inícios da de oitenta, os sons estridentes dos motores de 49,9cc começaram a deixar-se de ouvir às 18h da tarde. A G.N.R. começou a ter menos multas para passar e o movimento de Santo António e aldeias vizinhas começou a esmorecer. O

desemprego aumentou em flecha, primeiro entre os mais jovens e mulheres e depois também entre os homens.

O fenómeno não se cingiu só ao concelho de Marvão e o Governo, para contornar este impacto social, para além do subsídio de desemprego, criou os Programas de Ocupação em Contexto de Trabalho, conhecidos popularmente por P.O.C., para desempregados de maior duração e que, quando afetos a qualquer atividade de carácter social, recebiam ainda o subsídio de alimentação. Pela mesma altura, anos 80 do século XX, o Governo cria o Programa de Ocupação de Tempos Livres (O.T.L.) para ocupar os mais jovens na altura das férias de verão, que, quando em atividades de carácter social, recebiam uma pequena compensação monetária correspondente ao subsídio de alimentação.

3. A investigação arqueológica em Santo António das Areias e Beirã na década de 80 e princípios da de 90

Todo este contexto social vem a propósito da forte dinâmica de investigação arqueológica que vai decorrer nas freguesias de Santo António das Areias e Beirã durante toda a década de 80 e parte da de 90, já enraizada nos trabalhos desenvolvidos na década de setenta pelo, já então, extinto G.D.I.C. (Grupo de Dinamização Cultural de Santo António das Areias).

O interesse pelo estudo do património megalítico e romano desta zona das margens do Rio Sever decorre de um projeto de investigação aprovado pelas entidades da tutela (primeiramente S.R.A.Z.S., depois I.P.P.A.A.R. e posteriormente I.G.E.S.P.A.R.) que, para além de nos autorizarem a desenvolver estes estudos, atribuíam-nos simbólicos subsídios monetários para fazer face às despesas decorrentes destas investigações. Obviamente que quantias que se situavam entre os 50 e os 80 contos (250 a 400 euros) para campanhas de 15 dias de campo eram completamente incapazes de fazer frente às despesas com pessoal, transportes, alimentação, fotografia, topografia, material de escavação e desenho e, múltiplas vezes, recurso a máquinas para remoção de pedras de grandes dimensões. Então, as entidades da tutela incentivavam, explicitamente, os arqueólogos a procurar junto das autarquias locais e dos Governos Cívicos apoios complementares para estas investigações, informando-nos de que havia verbas a que as câmaras podiam recorrer diretamente para apoiar estas iniciativas. E todos os verões

lá nos dirigíamos ao presidente da câmara da altura, primeiramente o saudoso Sargento Paz e depois ao Sr. Andrade, solicitando apoio para os trabalhos de investigação que queríamos desenvolver na área norte do concelho de Marvão. Compreendendo o interesse que culturalmente estas iniciativas tinham, sempre obtivemos resposta positiva destes dois autarcas. Com algumas dezenas de contos, em **média igual montante ao que a entidade da tutela nos atribuía (entre os 250 e os 500 € em valores atuais)** para toda a campanha de 15 dias, os respetivos autarcas cediam-nos sempre mão de obra que estava no desemprego (P.O.C.) ou jovens em férias (O.T.L.) para nos ajudarem nos trabalhos de investigação que pretendíamos desenvolver. Recorde-se que nessa altura a participação de jovens universitários era muito rara, até porque ainda, espante-se, não havia licenciaturas de Arqueologia e montar campos de trabalho com jovens oriundos de outras zonas do país, ou do estrangeiro, implicava uma logística muito complexa e inviável para os recursos de que uma autarquia como a de Marvão poderia dispor.

Assim, desde 1981, e durante mais de 12 anos, desenvolvemos investigações arqueológicas em monumentos nas freguesias de Santo António das Areias e Beirã com equipas formadas por mão de obra fabril no desemprego, ou jovens estudantes do ensino secundário em férias, em busca de uns trocos que os ajudassem a pagar os copos que as noites quentes estimulavam.

Para todos foi uma experiência inolvidável. Para mim, enquanto arqueólogo, tinha uma missão duplamente complexa; por um lado, dirigir cientificamente um processo de investigação de enorme responsabilidade e rigor e, por outro, converter empregados fabris, maioritariamente com a 4^a classe, em investigadores que não distinguiam um qualquer bloco de pedra de uma peça talhada com mais de 7000 anos. Ensinar que cavar não é a mesma coisa que escavar, que na matéria orgânica não se pode tocar com as mãos para não a contaminar, que todas as peças antes de retiradas do terreno têm que ser georreferenciadas e fotografadas, que todos os materiais encontrados têm uma ficha, que tem que ser preenchida e colocada dentro dum saco de plástico, que todo o terreno está quadriculado com fios de nylon e pregos, que não podem sair do sítio e nem ser partidos e, pior ainda, e mais difícil de explicar, que nenhum animal, fosse cobra, sapo, alacrau, centopeia, alicranço ou mesmo um pobre dum escaravelho, não **podiam ser morto. E...ai de quem matar um animalito intencionalmente... Tal aviso gerava os mais diversos comentários: “Mas, ó stor, não podemos mesmo matar os alacraus?”, “Nem os bíbaros?”, “Este stor não está bom da cabeça. Não nos deixa matar**

bicho nenhum...”, “Mas, se ele não vir, que me apareça um alicranço na frente que logo vê o fim que leva!!!!!!” Mas não levava outro fim que não fosse mudarmos o seu local de residência. Aquela boa gente de Santo António, da Beirã, dos Barretos e dos Cabeçudos, a quem sempre ensinaram que os bichos rastejantes são para matar, gradualmente começaram a compreender que na Natureza todos temos o nosso espaço e podemos conviver em paz. Se ao princípio, quando aparecia uma alacrau, lá ia eu apanhá-lo com uma pá e colocá-lo a uns quantos metros de distância, em pouco tempo eram aquelas mãos que toda a vida trabalharam ou com máquinas nas fábricas, ou com enxadas no campo que, com o maior cuidado, transportavam os “bíbaros e alacraus” para sítios protegidos e os cobriam com terra húmida para que o sol não lhes secasse a pele.

E o que eu aprendi com aquela boa gente....e também o que eu lhes ensinei...

Se gosto muito de escavar com as minhas equipas universitárias, muitas saudades tenho dos tempos em que escavámos a Anta da Cabeçuda, a das Castelhanas, a da Figueira Branca, a da Bola da Cera, a dos Pombais ou o Menhir da Água da Cuba.

De operários fabris, camponeses ou estudantes do secundário, rapidamente se transformaram em exímios arqueólogos. Recordo com saudade o episódio das landes que apareciam durante a escavação da Anta da Cabeçuda: “Stor, estão a aparecer landes torradas, não será melhor guardar?” Dizia cá para comigo, esta Ti Maria não pode apanhar tanto sol. “Stor, continuam a aparecer landes torradas, não será melhor guardá-las?” e respondia eu: “Então não vê que estamos debaixo de uma sobreira, houve para aí algum incêndio e os coelhos levaram para o interior as landes...”. Passados alguns minutos volto a ouvir: “Stor, olhe que já são muitas e estas até estão ao pé de um machado, não será melhor guardar algumas?”. “Pronto, vamos lá fazer a vontade à Ti Maria!” Guardaram-se quatro landes. Nesse ano o I.P.P.A.R. ofereceu algumas bolsas para datação por radiocarbono. Como não tinha mais matéria orgânica para mandar datar, resolvi enviar uma lande carbonizada, não esperando qualquer resultado útil. Passados alguns meses chega o certificado de datação do laboratório: ICEN-976: 3720 + 45BP, 2274 - 2252 cal BC. Pois, a Ti Maria tinha razão, as landes eram mesmo do 3º milénio antes de Cristo e seriam, no nosso atual entender, oferendas fúnebres aos mortos ali enterrados. Das quatro landes, uma foi para datação, ficou destruída, outra foi para o Museu de Marvão e as outras duas guardam-se na Universidade de Évora, tendo percorrido já várias exposições como documentos

únicos da grande antiguidade do montado alentejano. Afinal a Ti Maria, porque as **minhas simpáticas “colegas” a todas eu tratava por Ti Marias, é que tinha razão.** Hoje arrependo-me de não ter recolhido todas as landes torradas.

Foi uma década única, onde todos aprendemos muito. Com as minhas Ti Marias, com o Ti Cavaco, com o Ti Cachatra, com o Ti Tonho Trigueiro e com o engenho e arte do António Oliveira a operar a retro-escavadora, aprendemos a fazer milagres e a repor as antas em pé. Era o Chefe Caldeira o encarregado geral da câmara, a quem todos obedecíamos, porque ele sabia mesmo do ofício. Se a todos eu obrigava a não matar os animalitos que aparecessem na escavação e nunca ninguém foi picado, ao Sr. Caldeira nunca consegui convencer a deixar sobreviver alacrau, centopeia ou bíbaro. **A todos os que lhe aparecessem ele punha a bota em cima... Contudo, como era o encarregado e poder tinha, eu resmungava, mas tinha que me calar.** Quis o destino que, **passados anos, o Chefe Caldeira viesse a falecer da picada de uma víbora... a vida tem destas coisas!**

Constituíram-se grandes equipas formadas por gente mais velha, alguns já próximos dos 70, como o Ti Cavaco, ou rapaziada novinha, como o Fernando Ramilo ou o Jaime Miranda. Se sob o escaldante sol de junho ou julho deste interior alentejano as constantes graçolas iam aguentando o esforço e o suor, quando algo aparecia, fosse machado, vaso ou ponta de seta, a festa ainda **era maior. À hora da “ bucha” do meio-dia,** as marmitas de cada um circulavam entre todos. De quando em vez, e era quase todos os dias, alguém distraía-se e **trazia um “palhinhas” (garrafão de 5 litros de tinto)** de casa, que, invariavelmente, até se acabar, corria de boca em boca. O problema era o depois, quando o relógio nos informava que eram duas da tarde, hora de voltar a **pegar no pico, na vassoura e na pá... mas o pior era o crivo. Aquele pó fininho que se escapava pela rede e que se colava à pele com a transpiração, sob um sol abrasador de 40ºe com a fermentação do tinto que o “palhinhas” tinha transportado, tornava a tarde tão longa e sobretudo sonolenta... mas, quando uma ponta de seta ou uma conta de colar que tinha escapado ao escavador aparecia no crivo, era uma festa que rapidamente fazia esquecer a elevada temperatura.**

O dia mais triste era o último. Era o da despedida, o da adiafa. A equipa ia-se desfazer e a escavação, que tanto suor nos tinha feito correr, tinha que voltar a ser tapada. Aquela anta, aquele menhir ou a aquela necrópole faziam parte de nós, tínhamos lutado, suado e descoberto o nosso passado através daqueles testemunhos. Já não nos

voltaríamos a alegrar com aqueles momentos únicos em que um vaso sai inteiro ou que aquela placa de xisto com os seus olhinhos redondos olhava para nós depois de mais de 5000 anos escondida sob a terra.

Entre 1980 e 1992, dirigimos ou codirigimos a escavação dos seguintes monumentos na área das freguesias de Santo António das Areias e Beirã: Menhir da Água da Cuba, Anta dos Pombais, Necrópole e Vila dos Pombais, Anta da Bola da Cera, Anta da Cabeçuda, Anta das Castelhanas e Anta da Figueira Branca.

Nestas escavações participaram cerca de setenta pessoas das duas freguesias, não incluindo topógrafos e desenhadores externos, nas escavações por nós dirigidas nas freguesias a norte de Marvão, entre 1980 e 1992. Alguns, infelizmente, já não estão entre nós. São estas as pessoas que, por diversas vicissitudes da vida, durante alguns meses, ajudaram, com esforço e empenho, a melhor conhecer o passado remoto da nossa terra. São estes os que durante algum tempo vestiram o papel de arqueólogos e falaram com pedras e pó e com eles desvendaram segredos guardados há milhares de anos. Muito do que hoje sabemos do passado da nossa região a a esta gente o devemos. Obrigado por me terem ajudado a redescobrir uma história milenar!

Alguns anos mais tarde, em 1994, quando início a coordenação dos trabalhos de salvamento da Cidade Romana de Ammaia, é com espanto e alegre surpresa que vou voltar a encontrar algumas das minhas Ti Marias, que continuavam ainda apoiadas pelo Centro de Emprego e que, por força da sua ingrata situação, voltavam a ser a arqueólogas, agora do outro lado do concelho, em terras mais duras e a descobrir outras coisas. Agora já não procurávamos pontas de seta, contas de colar ou machados de pedra polida, agora a História contava-se com outros objetos. Procuravam-se **sigilatas, cerâmicas comuns, moedas e pedras escritas....Toda outra formação tive que dar às minhas Ti Marias que, com a sua já avançada idade e apenas a 4ª classe, sabem mais de Arqueologia que muitos encanudados que por aí andam a dirigir escavações.**

E elas recordavam-se do canto que ao ritmo do pico, ou do crivo, sob o sol abrasador dos verões alentejanos, ainda muito inspirados nos temas revolucionários de abril, entoavam: **“Se a terra é de quem a trabalha, então AS ANTAS SÃO DO POVO!”**.



Figura 1. Anta da Bola da Cera.



Figura 2. Anta da Bola da Cera.



Figura 3. Anta da Cabeçada.



Figura 4. Anta da Cabeçada.



Figura 5. Anta da Cabeçada.



Figura 6. Anta da Cabeçada.



Figura 7. Anta da Cabeçada.



Figura 8. Anta da Cabeçada.



Figura 9. Anta da Cabeçada.



Figura 10. Anta da Cabeçada.



Figura 11. Anta das Castelhanas.



Figura 12. Anta das Castelhanas.



Figura 13. Anta das Castelhanas.



Figura 14. Anta das Castelhanas.



Figura 15. Anta da Figueira Branca.



Figura 16. Anta da Figueira Branca.



Figura 17. Anta da Figueira Branca.



Figura 18. Anta da Figueira Branca.



Figura 19. Anta da Figueira Branca.



Figura 20. Anta da Figueira Branca.



Figura 21. Anta da Figueira Branca.



Figura 22. Anta dos Pombais.



Figura 23. Anta dos Pombais.



Figura 24. Anta dos Pombais.



Figura 25. Anta dos Pombais.



Figura 26. Anta dos Pombais.



Figura 27. Menir da Água de Cuba.



Figura 28. Menir da Água de Cuba.



Figura 29. Menir da Água de Cuba.



Figura 30. Menir da Água de Cuba.

Fotogrametria de dólmens: Linhas orientadoras para a aquisição de imagens

Dolmen Photogrammetry: Guidelines for image acquisition

Bruno GAMBINHAS LEAL¹⁵

Resumo

Enquanto os avanços tecnológicos da última década massificaram o uso da fotogrametria como forma de registo arqueológico, ainda carecemos de uma padronização nos processos de aquisição inicial de imagens. Isto faz com que os consequentes resultados não possam muitas vezes ser replicados e assim impossíveis de posterior validação.

Este artigo pretende então expor os principais problemas comuns aos trabalhos de aquisição de imagens durante a fotogrametria de dólmens e tenta apresentar um conjunto de linhas orientadoras que permitam ultrapassar esses obstáculos e garantir a produção de produtos digitais de excelente qualidade científica e visual.

Palavras-chave: Fotogrametria, dólmens, linhas orientadoras, boas práticas.

Abstract

While the technological advances of the last decade have massified the use of photogrammetry as a means of archaeological record, we still lack a standardization in the processes of initial image acquisition. This makes for results often not replicable and thus impossible to later validate them.

Thus, this article aims to expose the common problems to image acquisition in dolmen photogrammetry and tries to present a set of guidelines that allow to overcome these obstacles and guarantee the production of digital products of excellent scientific and visual quality.

Keywords: Photogrammetry, dolmens, guidelines, good practices.

¹⁵ Mestrando em Arqueologia e Ambiente – Especialização em Avaliação de Impacte Ambiental, Universidade de Évora. Email: bruno_terrugem@msn.com

1. Introdução

Os avanços tecnológicos em equipamento fotográfico e software de reconstrução digital, aliados à cada vez maior acessibilidade a estas ferramentas têm feito com que a fotogrametria se torne gradualmente num método imprescindível de registo digital do património. A inclusão de ortofotografias, de ortofotomapas, ou de modelos tridimensionais em publicações e exposições relacionadas com a conservação e estudo do património tem sido cada vez mais usual e no que toca aos monumentos megalíticos, estes não são exceção. Basta uma pesquisa breve na plataforma online Sketchfab para encontrar diversos exemplos da aplicação de processos fotogramétricos no registo deste tipo de monumentos funerários. A acessibilidade do equipamento e do software necessário para construir um modelo 3D de uma anta tornou assim qualquer arqueólogo em fotogrametrista. No entanto, na falta de uma padronização das técnicas de aquisição de imagens, existem alguns problemas com que estes se deparam durante a tentativa de criação de um modelo métrico com o rigor científico que se requer em estudos do património. Mesmo que baste apontar e disparar um *smartphone* várias vezes em redor de um dólmen e se consiga realizar a construção de um modelo 3D, este tem pouco valor científico e levanta a questão da necessidade sequer de criar o dito modelo.

A fotogrametria deste tipo de monumentos acarreta uma série de dificuldades, que começam pelo simples fato de ter que se realizar a aquisição de imagens no exterior e dos fatores inerentes que afetam deste modo os processos de reconstrução digital posteriores. Foi com estas dificuldades em mente e às quais não tenho sido imune, que me propus a compilar uma série de linhas orientadoras para que um arqueólogo possa deste modo efetuar os trabalhos de fotogrametria no campo de forma mais eficiente, pelo menos no que toca a dólmens.

Neste artigo apenas me debrucei sobre os problemas mais comuns a este tipo de sepulcros, evitando tocar em outras tipologias de monumentos megalíticos, embora alguns dos problemas sejam comuns a todos os monumentos. Igualmente ignorei os levantamentos aerofotogramétricos de dólmens, por estes não serem a melhor solução de uma forma geral para este tipo de estruturas. Os levantamentos com recurso a Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT), vulgarmente apelidado de *drone* apenas conseguem adquirir imagens das superfícies expostas de um monumento, perdendo assim para a fotogrametria terrestre que consegue aceder a áreas mais recônditas,

como o interior de câmaras cobertas com chapéu. Menciono apenas levemente alguns dos processos fotogramétricos em software, pois estando estes dependentes de uma adequada aquisição prévia de fotografias, creio que este último ponto deva ser o meu foco. Pretendo assim dar o meu pequeno contributo para uma eventual padronização que se possa vir a estabelecer em matéria de metodologias de fotogrametria de dólmens, nomeadamente na aquisição de imagens.

2. Fotogrametria digital

Para que se possa realizar um trabalho de fotogrametria de forma eficiente e com rigor científico, é necessário que se conheça o que está por detrás dos processos fotogramétricos. Após a captura de uma série de imagens, os pixels representados nessas imagens podem ser cruzados de forma a tentar obter a sua localização no espaço. Isto acontece quando um raio de luz associado a um pixel, é intercetado por outro raio também associado a esse pixel, ou seja, duas imagens captadas em posições diferentes, mas em que aparece o mesmo pixel em ambas. Isto permite a localização desse pixel num espaço tridimensional e conseqüentemente a sua reconstrução como parte de um modelo digital. Um pixel que esteja representado em menos de duas imagens não pode assim ser localizado e reconstruído (Historic England, 2017: 6-7).

Um fator a ter em conta e muitas vezes ignorado é a distorção da lente. Quando se tenta captar uma imagem bidimensional (fotografia), representativa do mundo real tridimensional, o sensor de uma câmara fotográfica vai depender de uma série de parâmetros inerentes à lente utilizada. Isto poderá levar a erros relacionados com a distorção da lente, sendo por isso desaconselhável utilizar um valor de abertura de lente acima de f11 ou utilizar as chamadas lentes com efeito *fish eye*, pois criam graves distorções nas fotografias. De forma a contornar eventuais problemas de distorção, alguns softwares de reconstrução digital (Agisoft Metashape por exemplo) utilizam os dados referentes ao equipamento, gravados no ficheiro EXIF da cada fotografia. Com estes dados, conseguem calcular parâmetros genéricos e muito aproximados dos ideais para a correção destas distorções (Historic England, 2017: 7-8). Para garantir os melhores resultados, é, no entanto, necessária a calibração da lente utilizada, o que pode ser realizado manualmente com recurso a ferramentas de calibragem, ou através de funcionalidades dos softwares de fotogrametria (Agisoft, 2022: 11-13).

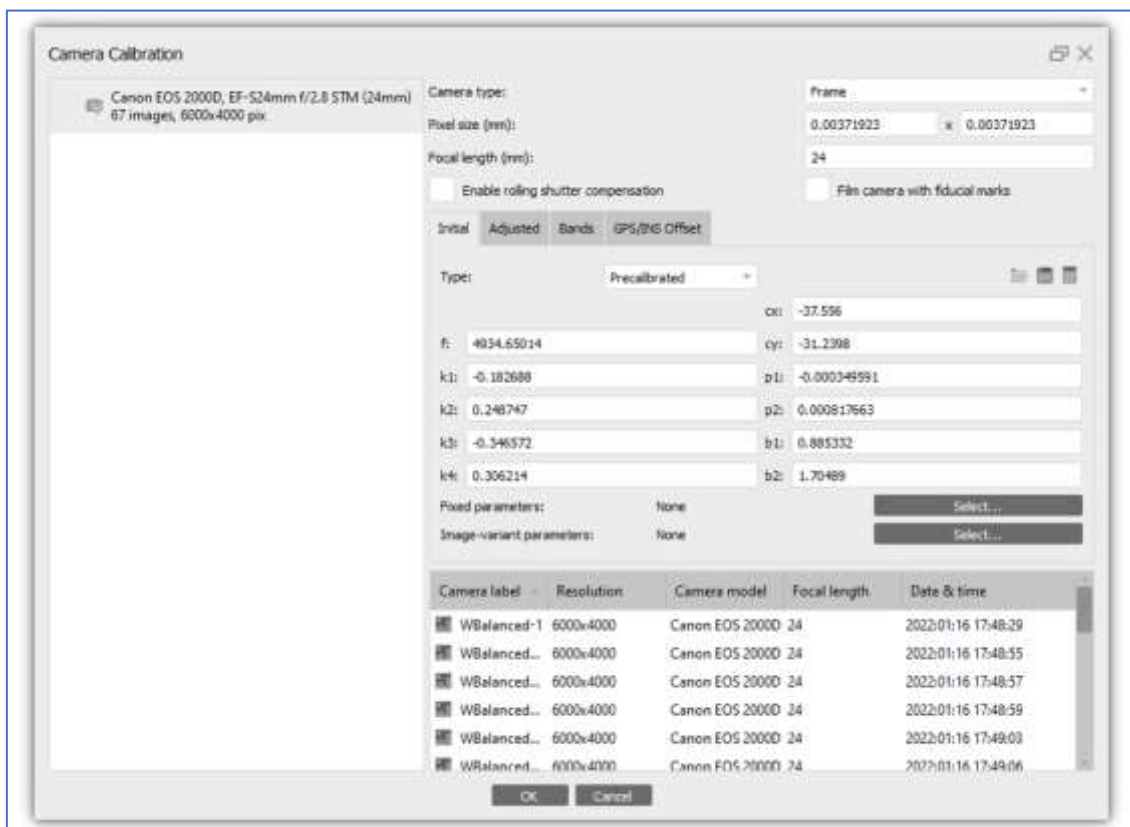


Figura 1. Ferramenta de calibração da câmara do Agisoft Metashape.

Para a realização de uma reconstrução digital, programas como o Metashape utilizam um algoritmo que varre as fotografias captadas em busca de um número preestabelecido de pontos comuns entre elas. Quando conseguem alinhar pelo menos um par de pontos, criam aquilo a que se chama uma nuvem de pontos, com todos os pontos alinhados com sucesso representados num espaço tridimensional. Para que este passo seja concretizado com sucesso, é fundamental que se obedeça a uma série de regras na captura das fotografias. Para o correto alinhamento das fotografias e dos pontos que as compõem, é necessário que estes últimos sejam detetados em duas ou mais imagens, que não tenham diferenças de luz significativas e que os pontos a alinhar estejam completamente em foco. É aqui que ocorrem a maioria dos erros na tentativa de construção de modelos tridimensionais.

A construção de um modelo tridimensional de um objeto ou de uma estrutura, neste caso um sepulcro megalítico, deve obedecer a uma série de critérios para que os dados que possam ser retirados desse modelo, possam também ser alvo de avaliação qualitativa. Para isto podemos socorrer-nos das chamadas Regras 3x3 Fotogramétricas, publicadas originalmente por Waldhäusl e Ogleby em 1994, cujo objetivo seria o de padronizar os processos de aquisição de imagens para a

documentação fotogramétrica em arquitetura (Waldhäusl e Ogleby, 1994). Estas baseiam-se em 3 grupos, cada um com 3 linhas orientadoras gerais para uma correta e rigorosa aquisição de imagens:

3 REGRAS GEOMÉTRICAS	3 REGRAS DA CÂMARA	3 REGRAS PROCESSUAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Controlo 	<ul style="list-style-type: none"> • Propriedades da câmara 	<ul style="list-style-type: none"> • Método de registo fotográfico
<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura fotográfica geral 	<ul style="list-style-type: none"> • Calibração da câmara 	<ul style="list-style-type: none"> • Registo de metadados
<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura fotográfica de detalhe 	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição das imagens 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquivo

Figura 2. Regras 3x3 Fotogramétricas (Waldhäusl e Ogleby 1994 apud Historic England 2017). Adaptado.

As 3 regras geométricas são as que vão fazer com que o modelo tridimensional construído seja métrico, ou seja criado a uma escala dimensional real. Isto é importante na medida em que poderemos medir toda e qualquer parte desse modelo, obtendo sempre valores reais que podem ser analisados de forma criteriosa. O controlo irá também facilitar os processos de monitorização de qualidade dos modelos construídos, permitindo assim a deteção de erros e a sua correção atempadamente (Historic England, 2017: 42).

As 3 regras da câmara se implementadas corretamente, vão incrementar o grau de qualidade dos nossos modelos no que toca ao detalhe dos polígonos e texturas, mas também facilitar os processos de alinhamento de pontos e conseqüentemente tornar todo o trabalho muito mais eficiente.

As 3 regras processuais são extremamente importantes para as áreas do estudo patrimonial, no âmbito em que regem o armazenamento e a organização dos conjuntos de dados obtidos, com a sua consulta, análise e reutilização no futuro em vista.

3. Aquisição de imagens

A forma como se adquirem as imagens vai condicionar a qualidade do modelo digital que se pretende reconstruir. É, portanto, fundamental que se comece por um planeamento prévio daquilo que se pretende fotografar.

Devemos começar por nos perguntarmos se um levantamento fotogramétrico é o método mais indicado para os nossos objetivos. A fotogrametria permite criar um modelo tridimensional de um objeto, estrutura, edifício ou até paisagem. Neste caso específico, é possível recriar um dólmen em meio digital, abrindo caminho para uma variedade de soluções em termos de ferramentas de análise. É possível criar alçados ou plantas do monumento (Cerrillo-Cuenca *et al*, 2021), mesmo que a presença de um chapéu ou de vegetação não permita ver a posição dos esteios a partir de um ponto superior. Pode-se manipular o modelo, adicionando e subtraindo elementos para que se obtenha uma melhor imagem de como seria o monumento original, como por exemplo adicionar hipotéticos esteios ou coberturas entretanto desaparecidas, ou subtrair elementos vegetativos e antrópicos posteriores ao abandono do dólmen. É possível igualmente realizar mapeamentos poligonais e de textura por forma a tentar detetar gravuras nos elementos constituintes do monumento (Cerrillo-Cuenca, *et al*, 2019). Tal como pode apenas ser utilizada como mais uma técnica de conservação pelo registo, ficando essa memória do monumento para a posteridade, mesmo que este desapareça. Isto claro num cenário otimista de que os suportes onde serão guardados os modelos tridimensionais tenham forma de poder ser acedidos ou atualizados após ficarem obsoletos face à inevitável evolução tecnológica.

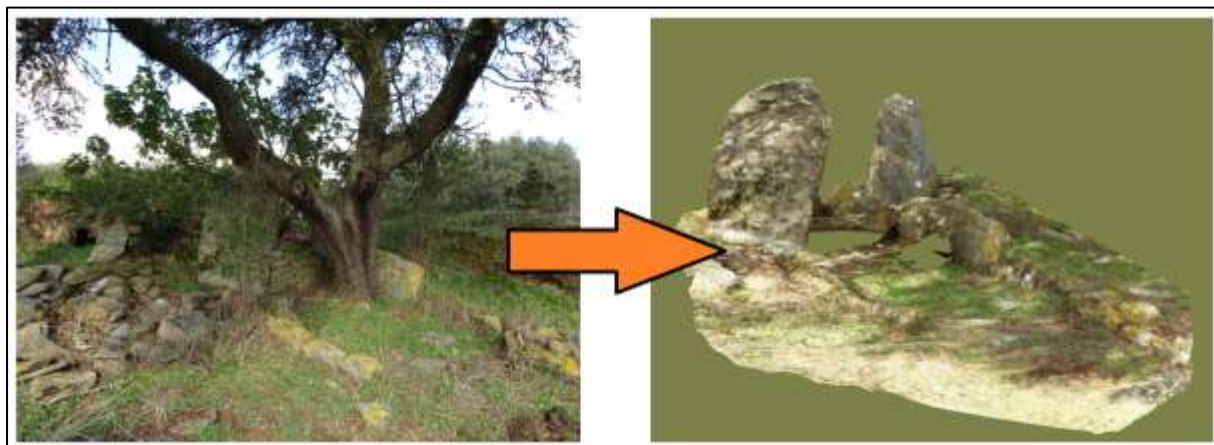


Figura 3. Exemplo de reconstrução digital com oclusão da vegetação e de elementos antrópicos posteriores. Anta 4 da Herdade do Pombal (Terrugem).

Existem, contudo, fatores que condicionam a opção pelo recurso à fotogrametria. Quando falamos em fotografar dólmenes, falamos em trabalhar no exterior, com fatores como o clima, o acesso, a vegetação, a iluminação, o estado de conservação do dólmen, a sua dimensão, entre outros a influenciar os trabalhos. É preferível, por vezes, optar

por métodos alternativos de registo mais eficientes, que criar modelos de fraca qualidade, ou nem sequer conseguir reconstruir um modelo digital do dólmen.

Após tomada a decisão de realizar um levantamento fotogramétrico do monumento, deve-se estudar qual a melhor abordagem de aquisição das imagens. Isto deve ter em conta todas as nuances mencionadas no parágrafo anterior, mas também o equipamento disponível. Embora seja possível realizar um levantamento com apenas a câmara de um *smartphone* atual, este não é o suporte mais indicado para realizar um trabalho com o rigor científico pretendido. À exceção de alguns modelos mais recentes, a maioria dos *smartphones* não permite definir os parâmetros ideais para a aquisição das fotografias. Não é possível modificar os valores de abertura da lente, de sensibilidade ISO, de velocidade do obturador, nem sequer fotografar em formato RAW. Os sensores das câmaras instaladas nos smartphones também são de reduzida dimensão, o que faz com que o tamanho dos pixéis seja igualmente diminuto (Historic England, 2017: 21-22). É assim recomendável a utilização de uma câmara fotográfica digital de tipo *Reflex* (DSLR), com lentes intercambiáveis, de preferência com distância focal fixa (vulgarmente chamadas de lentes *Prime*). Neste caso quanto maior for o sensor, melhor. Contudo, a aquisição de uma câmara fotográfica com sensor *full frame* acarreta grandes custos e, portanto, é natural a escolha por uma câmara com um sensor mais pequeno, aliviando consideravelmente o orçamento. Para a escolha da lente recomenda-se uma com um bom ângulo de visão, mas evitando as chamadas lentes *fish eye*, devido aos problemas de distorção que causam nos limites da imagem (Historic England, 2017: 29). Deve-se ter em conta que para atingir um elevado nível de detalhe e foco das imagens, é necessário atingir um balaço entre estes três parâmetros:

- Sensibilidade ISO;
- Abertura da lente;
- Velocidade do obturador.

Em primeiro lugar, é preferível o menor valor possível de sensibilidade ISO. Quanto menor o número, mais nítida vai ser a imagem, às custas de luminosidade que terá de ser compensada com a definição dos outros dois parâmetros. De seguida, a abertura da lente deverá se situar entre f8 e f11, o que vai providenciar um amplo campo focal para que todo o objeto a ser fotografado esteja em foco. Um valor menor que f8 vai criar um campo focal mais reduzido e deixar muitas áreas da imagem desfocadas, o que vai

complicar a tarefa de alinhamento dos pontos no software de reconstrução digital. Um valor maior que f11, como já foi mencionado anteriormente, vai criar gradualmente distorções na lente e deve, portanto, ser evitado (Historic England, 2017: 24-25; Sapirstein e Murray, 2017: 347). Um valor de abertura dentro do intervalo acima referido vai também reduzir a quantidade de luz que entra no sensor, tendo assim igualmente que ser compensada no último parâmetro. A velocidade do obturador terá então que ser mais lenta, por forma a deixar entrar luz durante mais tempo no sensor compensando assim os outros dois parâmetros. Mas isto não se obtém sem um custo. O maior tempo de exposição faz com que o mais ligeiro movimento na câmara crie desfocagens na imagem, dificultando o posterior alinhamento. De forma a evitar isto, é necessário um apoio estável da câmara durante o tempo de disparo (Sapirstein e Murray, 2017: 347). Existem três soluções: o uso de um tripé, de um monopé, ou o apoio manual da câmara restringindo a qualidade. O tripé (se for conjugado com um dispositivo de controlo remoto do disparo) garante a total estabilidade da câmara, mesmo com tempos de velocidade do obturador muito elevados, mas às custas de mobilidade e de tempo de instalação. O monopé cumpre quase a mesma função do tripé, mas com apenas um pé (ao invés de três) terá que ser manuseado pelo fotógrafo. Isto faz com que possa ainda haver algum movimento lateral, mesmo que compense pela maior mobilidade e estabilidade vertical. Por fim, se não for possível a utilização de um suporte fixo, ou este não estiver disponível, pode-se sempre recorrer ao manuseamento manual da câmara. Terá, todavia, que se acelerar a velocidade do obturador até valores que permitam imagens sem desfocagens derivadas do movimento das mãos. Para atingir estes valores iremos compensar a exposição incrementando a sensibilidade ISO, o que prejudicará gradualmente a qualidade das imagens com a inclusão de ruído.

Para criar um modelo tridimensional georreferenciado será necessário situar os pixéis das fotografias no mundo real. Por isso é fundamental que se possua equipamento topográfico de precisão. Um GPS móvel, ou a antena GPS de um *smartphone* não são **precisos o suficiente para poder “ancorar” corretamente as nuvens de pontos** com o nível de rigor científico que se pretende. Deve-se recorrer a uma estação total, ou a um GPS-Diferencial para a recolha das coordenadas dos alvos espalhados pela cena a fotografar (Historic England, 2017: 43-48). Estes podem ser alvos criados para o efeito em diversos tipos de materiais, ou até pontos presentes no terreno, desde que sejam identificáveis em fotografia. Para facilitar a sua deteção podemos recorrer a alvos

codificados criados pelo software de reconstrução digital a usar. Os alvos codificados são detetados automaticamente pelo software, poupando assim tempo ao utilizador (Historic England, 2017: 50; Sapirstein e Murray, 2017: 344-345; Agisoft, 2022: 92).

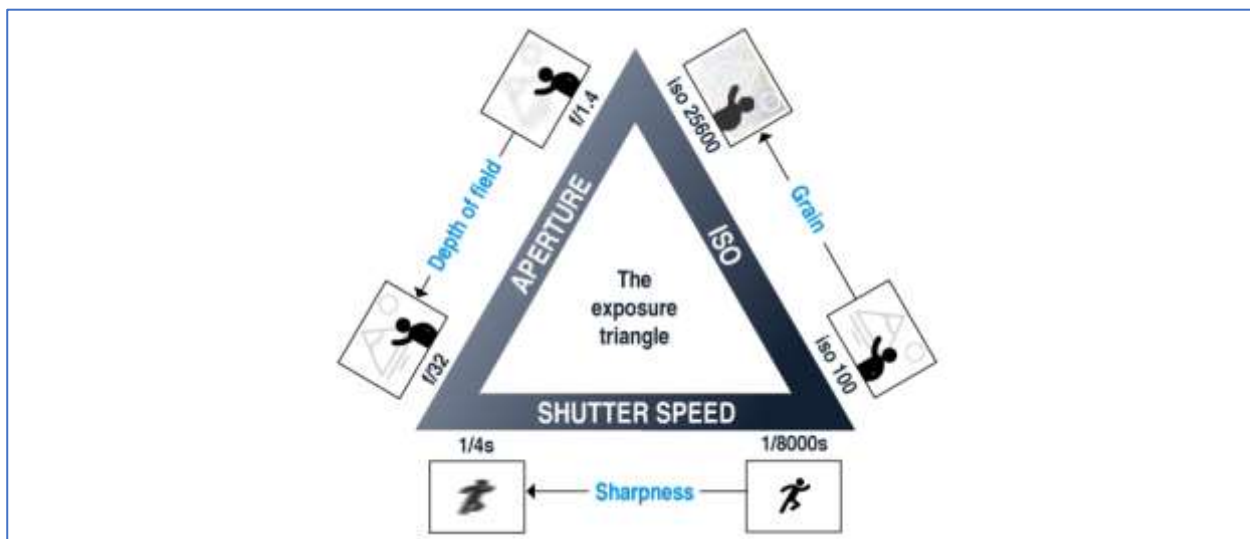


Figura 4. Triângulo de exposição (ALICEVISION, 2019: 63).

Também se devem equacionar outros acessórios que se achem necessários como escalas de cores por exemplo, estas permitem aplicar um balanço de brancos correto em software de edição, a todas as fotografias. Uma escala métrica também pode ser usada para comprovar a precisão do modelo 3D, enquanto uma seta indicadora do Norte pode ser útil para confirmar a sua orientação. Devemos apenas lembrar que não se deve movimentar nada da cena entre a captura da primeira e da última fotografia, escala e seta do Norte incluídas. Um controlo remoto de disparo permite captar fotografias sem tocar na câmara e assim definir uma velocidade de obturador mais lenta. Por fim, um cartão de memória com grande capacidade é fundamental devido ao grande número de fotografias e enorme tamanho das imagens em formato RAW.

A elaboração prévia de uma *checklist*, pode também ser de grande utilidade. Esta pode ser criada e impressa para posterior preenchimento no campo, indicando quais os passos a seguir, informações sobre o monumento, os parâmetros de exposição, um esboço com a localização dos alvos e respetivas coordenadas, entre outras dados que se considerem úteis.

4. Problemas comuns durante a aquisição de imagens

4.1. Luminosidade

Como estaremos a trabalhar no exterior, estamos dependentes da luz natural, o que pode ser tanto ótimo como péssimo, dependendo das condições climáticas. Um dia com céu limpo vai trazer luz solar direta sobre o monumento, criando sombras muito acentuadas, que irão ficar permanente marcadas nas texturas da cena fotografada (3DFLOW, 2021: 10; ALICEVISION, 2019: 75). No caso da existência de vegetação nas imediações, as sombras projetadas por esta irão prejudicar o posterior alinhamento, especialmente se o vento causar movimentação nas sombras da cena. Outro fator a ter em conta é a diferença de exposição entre o interior de uma câmara coberta com chapéu e o exterior do monumento. Durante a incidência direta de luz solar, a câmara provavelmente vai estar muito escura para que se possam manter os mesmo parâmetros de exposição utilizados no exterior. Nesse caso, será recomendável o alinhamento dessas fotografias em lote separado das captadas no exterior e depois então fundir as duas nuvens de pontos resultantes (Sapirstein e Murray, 2017: 347).



Figura 5. Anta 1 do Barrocal (Évora). Fotografia com incidência solar direta fez com que a diferença entre a luminosidade da câmara e do exterior fosse muito acentuada.

Em certos casos, como antas de pequenas dimensões por exemplo, pode-se realizar a aquisição de fotografias durante os períodos vulgarmente chamados de *blue hour* e de *golden hour*, ou seja, nos períodos imediatamente anterior ao nascer do sol, ou imediatamente após o pôr do sol. Durante estes curtos intervalos de tempo não existe incidência direta da luz solar, providenciando assim uma excelente luz difusa que

apenas projeta sombras suaves. Infelizmente o intervalo de tempo de que dispomos para a realização de um levantamento fotogramétrico nestas condições é extremamente limitado, com apenas cerca de 15 minutos de luz difusa ótima. Em experiência realizada por mim durante o crepúsculo permitiu observar que após o pôr do sol, a luz vai ficando gradualmente mais fraca e após 15 minutos já não é possível continuar com a aquisição de fotografias sem alterar os parâmetros de exposição, o que pode complicar bastante o processo de alinhamento de pontos.



Figura 6. A Anta 1 do Barrocal (Évora) revelou-se um monumento demasiado grande para um levantamento fotogramétrico durante a golden hour.

Dias nublados são excelentes para a fotogrametria, no entanto, dias pouco nublados são sinónimo de projeção dinâmica de sombras durante a aquisição das fotografias e, portanto, basta uma nuvem sobrevoar a cena para criar lotes de imagens com exposições desiguais, mais uma vez prejudicando ou até impossibilitando o alinhamento de algumas fotografias. Um céu completamente coberto, potencialmente

resolve este problema proporcionando uma boa luz difusa (Ch'ng *et al*, 2019: 9-10), mas com o perigo sempre constante da ocorrência de trovoadas ou precipitação.



Figura 7. Excelente exposição derivada de um céu encoberto. Anta da Aboboreira (Vila Viçosa)

4.2. Vegetação

Como a maioria dos dólmenes se encontram em meio agrícola, existe sempre grande probabilidade de que o sepulcro esteja coberto ou ocultado por vegetação. Esta pode ser composta por mantos de silvas (*Rubus Sp.*) ou por espécies arbóreas que crescem no interior das câmaras e dos corredores, onde estão fora do alcance das lavras e têm acesso à humidade retida pelos esteios. O problema associado à existência de silvas é o fato de os softwares de reconstrução digital terem dificuldade em reconstruir planos de superfície complexos como os caules espinhosos e folhagem destas e de outras espécies arbustivas. A ocorrência de movimentos durante a aquisição das fotografias derivado do vento irá também prevenir o correto alinhamento dos pontos destas superfícies (ALICEVISION, 2019: 75). No caso das árvores, além de poderem complicar o alinhamento através dos movimentos provocados pelo vento e das sombras projetadas pelas folhagens, irão também criar mais superfícies (por vezes muito complexas) e assim aumentar o grau de dificuldade da reconstrução digital do monumento. É comum o aparecimento nas nuvens de pontos, de “pontos de ruído” com origem em folhagem que não foi corretamente reconstruída pelo software.

Mesmo que se consiga um alinhamento correto de todas as fotografias, o tempo despendido na limpeza das nuvens de pontos, torna assim o processo fotogramétrico de antas com vegetação extremamente moroso e ineficiente. A presença de vegetação pode ainda ocultar elementos pertencentes ao monumento e assim comprometer um bom trabalho de reconstrução digital. Por fim uma nota para a expansão desenfreada do plantio de olival em regime intensivo e super-intensivo, nomeadamente no Alentejo, que para além da ameaça óbvia à conservação do património, também complica os trabalhos de levantamento fotogramétrico.

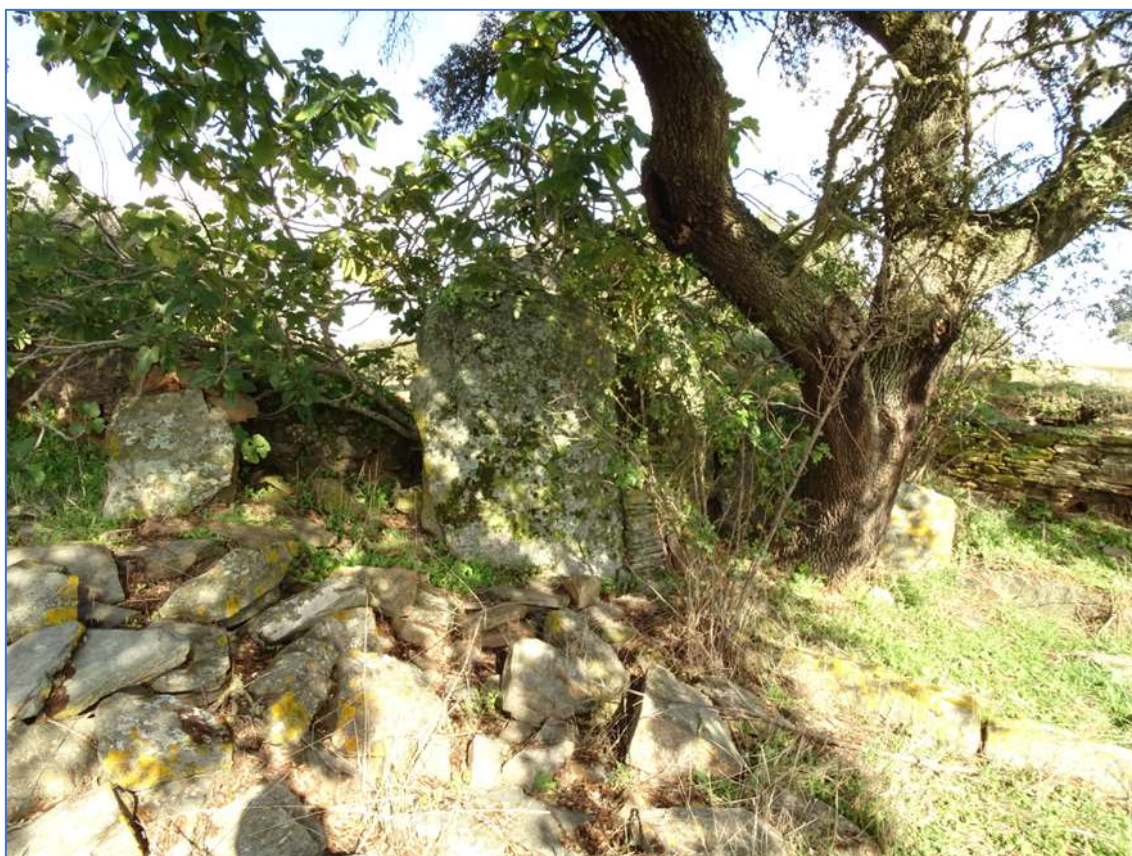


Figura 8. Exemplo de monumento com demasiada vegetação. Anta 4 da Herdade do Pombal (Terrugem).

4.3. Dimensões

As dimensões de um dólmen são também um fator que pode originar dificuldades à boa realização de um levantamento fotogramétrico. Para um correto alinhamento de fotografias, como vimos anteriormente, é fundamental que exista uma boa cobertura fotográfica da superfície do monumento. No caso de pequenas antas, por vezes com apenas uns centímetros de esteios visíveis à superfície, o processo é bem simples. Mas para as grandes antas, com esteios e chapéus a uma altura superior à do fotógrafo, isto pode se revelar um obstáculo. Enquanto um modelo tridimensional de um dólmen

desta última categoria é bem mais vistoso de um ponto de vista estético, o processo de aquisição de fotografias é também mais complexo. Para assegurar uma boa cobertura, vão ser necessárias mais fotografias e com um maior número de planos de visualização. Para se poder fotografar a superfície superior de um chapéu por vezes vamos ter de recorrer a plataformas mais elevadas de disparo, como uma escada ou um andaime, às custas da mobilidade e do tempo de instalação. Outra solução é a montagem da câmara na ponta de um bastão telescópico, mas terá neste caso que se ter uma forma remota de visualização da câmara e de disparo do obturador (Historic England, 2017: 71-73). Dependendo da compatibilidade da câmara, podemos utilizar um *smartphone* ou um ecrã digital conectado por cabo de vídeo. Não devemos, no entanto, esquecer que este método é muito instável e propício a imagens desfocadas e por isso os parâmetros de exposição devem ser adaptados para que se possa utilizar uma velocidade mais rápida do obturador.

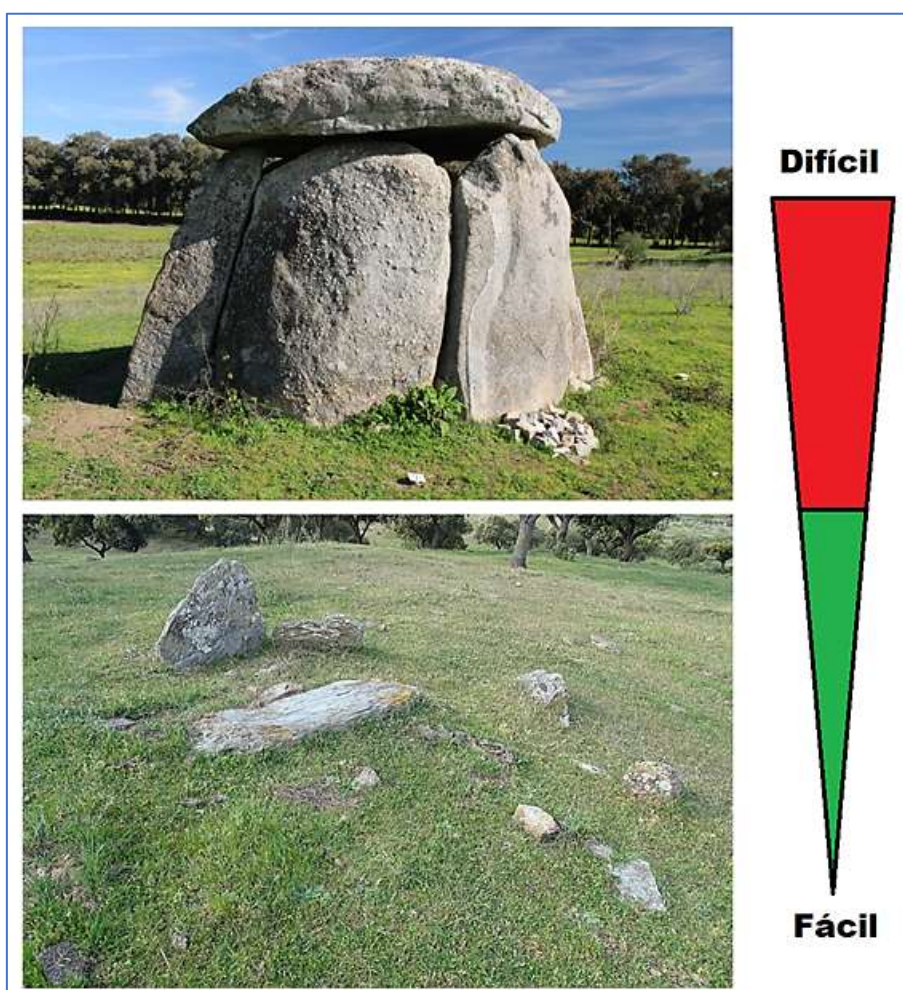


Figura 9. Exemplos de antas com graus de dificuldade distintos. Baixo: Anta 2 da Herdade do Pombal (Terrugem). Cima: Anta 1 do Barrocal (Évora).

4.4. Acesso

Dependendo sempre do meio de transporte usado para aceder ao monumento e do equipamento necessário, as condições de acesso são outro fator a ter em conta. Como foi falado atrás, os dólmens estão situados maioritariamente em propriedades agrícolas, o que faz com tenham de ser acedidos muitas vezes através de caminhos de terra batida, com condições de conservação que variam muito. Se tivermos em conta um acesso pedonal muito longo, também a carga originada pelo equipamento pode se tornar mais uma contrariedade. O fato de que as generalidades das propriedades são privadas também deve ser levado a sério, sendo recomendável ter o consentimento do proprietário do terreno para a realização dos trabalhos. A intransigência de alguns proprietários e os caminhos vedados, são dificuldades cada vez mais comuns a quem tenta realizar um levantamento fotogramétrico neste tipo de sepulcros. A presença de gado na propriedade pode também influenciar a boa execução dos trabalhos.

4.5. Lixo

Infelizmente, muitos sepulcros estão votados ao abandono e são alvos de despejos de lixos, entulhos e outros detritos. A sua localização, por vezes isolados dos núcleos populacionais e junto a vias de comunicação secundárias, faz com que sejam escolhidos para o despejo e ocultação de matérias descartáveis nas suas câmaras funerárias, ou nas imediações. No que toca à fotogrametria, isto vai causar o aumento de planos de superfície complexos e desnecessários, que apenas vão adicionar um grau de dificuldade ao alinhamento das imagens, além de ocultarem elementos integrantes do monumento que pretendemos fotografar. É por isso recomendável a limpeza prévia do monumento a fotografar.



Figura 10. Lixo no interior da câmara da Anta da Aboboreira (Vila Viçosa).

5. Linhas orientadoras

Tendo em conta as linhas básicas de aquisição de fotografias para fotogrametria digital e os problemas inerentes à sua realização em dólmenes, penso ser possível estabelecer uma lista de linhas orientadoras que facilitem a correta reconstrução digital de um dólmen.

5.1. Planear com antecedência:

- Tentar fotografar com o céu encoberto, ou com sombra total (sem luz solar incidente). Podemos utilizar uma lona para criar sombra em monumentos mais pequenos;
- Ter em conta o tempo despendido na realização dos trabalhos. Se optar por fotografar antes do nascer do sol ou depois do pôr do sol, assegurar se terá tempo suficiente para terminar antes que o sol incida na cena, ou antes que fique demasiado escuro para poder fotografar sem alterar os parâmetros de exposição a meio da sessão;
- Delinear o trajeto até ao monumento, assegurando se o acesso é permitido e quais as condições de conservação dos caminhos. Ter em atenção os eventuais percursos a pé, obstáculos (vedações por exemplo) e o transporte do equipamento;

5.2. Preparar o equipamento:

- Recomenda-se o uso de uma câmara fotográfica Reflex, com lente intercambiável. Uma câmara *Full Frame* é a melhor opção, mas o seu preço pode ser proibitivo;
- Recomenda-se igualmente a utilização de uma lente com distância focal fixa (lente *prime*). Se utilizar uma lente *zoom*, deverá definir uma distância focal e fixar o anel de focagem com fita adesiva, de modo a garantir que essa distância focal não se altera durante a sessão fotográfica. Um valor entre 20mm e 50mm é o ideal, proporcionando um amplo ângulo de visão, ao mesmo tempo que se evitam as distorções causadas pelas lentes *fish eye*;
- Se a luz disponível for muito fraca, considerar a utilização de uma plataforma de apoio para a câmara, como um tripé ou monopé. Enquanto o primeiro garante uma maior estabilidade e, portanto, permite trabalhar em ambientes com menor luminosidade, o último vai providenciar uma maior mobilidade e maior eficiência no decurso dos trabalhos. No caso de se optar pela utilização destas plataformas, tentar dispor de um meio de controlo remoto do obturador. Na sua indisponibilidade, pode-se também efetuar o disparo recorrendo à função de temporizador da câmara;



Figuras 11. Diferentes posições de utilização de um tripé.

- Se for necessária a georreferenciação do modelo final, é então imprescindível um método de recolha de coordenadas. Aqui vai depender do nível de precisão pretendido para o projeto e das ferramentas disponíveis, que podem ir desde a antena GPS de um *smartphone* a um GPS diferencial ou uma estação total. Preparar também os alvos a integrar na cena fotografada, com atenção à sua visibilidade nas fotografias. É recomendável a utilização de alvos codificados para uma posterior deteção automática por parte do software de reconstrução digital;

- O uso de escalas, tanto de cores, como escalas métricas também é recomendável. Uma escala de cinzas é extremamente útil para definir um correto balanço de brancos durante a pós-edição, quando se trata de imagens em formato RAW. A escala métrica vai ajudar a aumentar o nível de precisão do modelo final. Também se pode integrar uma seta indicadora do Norte. Sendo assim, não esquecer de levar uma bússola;
- Se quisermos verificar o nível de cobertura fotográfica do monumento, podemos transportar para o terreno um computador portátil e tentar um alinhamento rápido das fotografias. Não devemos esquecer de dispor de um método de transferência das imagens da câmara para o computador;
- Tentar perceber quais os acessórios que se ache necessário para realização dos trabalhos. Um cartão de memória é obrigatório, de preferência com grande capacidade. No campo do opcional temos as baterias extra da câmara ou os filtros. Pode-se também levar outras lentes, tendo sempre em atenção que alterar a lente a meio da sessão pode criar problemas no alinhamento posterior. O uso de flash não é recomendado em fotogrametria de dólmenes. A luz emitida pelo flash vai criar zonas com sombras muito duras que irão dificultar os processos de reconstrução fotogramétrica e deve, portanto, ser evitada a sua utilização (Historic England, 2017: 28). Fita(s) métrica(s) para medir as distâncias de aquisição de imagens e fita adesiva para fixar o anel de focagem ou o anel de distância focal também podem ser úteis, tal como um kit de estacas e corda, que podem ser utilizados para delinear a trajetória de captação das imagens;
- Considerar a criação e utilização de uma *checklist*, onde se poderá introduzir informação sobre o monumento, os parâmetros de exposição da câmara, um esboço com a localização e coordenadas dos alvos, entre outras informações que se achem necessárias para o futuro; Nessa *checklist* deverão estar também os passos do fluxo de trabalho a seguir;
- Antes ainda de partir para o terreno devemos assegurar que temos bateria(s) com carga suficiente e que o cartão de memória está formatado.

5.3. Preparar a cena:

- Verificar o estado atual do dólmen. Devemos ter em atenção a todos os fatores que possam influenciar o alinhamento dos pontos e correta visualização dos elementos

do monumento. Se necessário (e possível), devemos proceder à limpeza de eventuais detritos, lixo ou vegetação que prejudiquem a aquisição de imagens;

- Se utilizados, os alvos deverão ser espalhados pela cena a fotografar, com um número de alvos igualmente distribuídos (o Manual do Usuário do Metashape recomenda um mínimo de 10 alvos, mas experiência pessoal garante que 3 alvos permitem a reconstrução georreferenciada de pequenos monumentos). Estes deverão ser bem visíveis para uma posterior deteção mais facilitada. Os alvos vão também ajudar no alinhamento correto das imagens;
- Georreferenciar os alvos vai permitir a construção de um modelo métrico, ou seja, com dimensões à escala real. Isto pode ser efetuado com recurso a uma estação total, ou um GPS diferencial. Após a recolha de coordenadas, não se deve retirar os alvos. Estes só devem ser retirados após terminar a aquisição de imagens;
- Em seguida, devemos preparar a cena a ser fotografada, com escalas métricas, escalas de cores, seta indicadora do Norte, etc. Estes acessórios devem ser perfeitamente visíveis, mas sem bloquear os elementos pertencentes ao monumento. A escala de cores (ou de cinzas) deverá estar virada para o céu, de modo que receba a mesma luz natural que banha o dólmen (Lachambre *et al*, 2017: 26). Isto fará com que seja possível atribuir um correto balanço de brancos num software de pós edição das imagens em formato RAW;



Figura 12. Cena a fotografar com alvos, escala de cinzas e escala métrica em posição. Anta 1 do Barrocal (Évora).

- Podemos ainda planejar o percurso que seguiremos durante a captação de fotografias. Para que mantenhamos a mesma distância face ao monumento, é útil a demarcação do trajeto no chão em volta deste. Para isso podemos utilizar uma corda, depositando-a ao longo do percurso e à distância pretendida, medida com uma fita métrica;
- Se aplicável, procederemos então à instalação da câmara no suporte escolhido, seja ele tripé, monopé ou bastão;

5.4. Definir os parâmetros da câmara:

- O formato de imagens deverá preferencialmente ser RAW, ou RAW + JPEG;
- O balanço de brancos na câmara deverá estar definido em qualquer outro parâmetro além do automático. A definição do balanço de brancos, no caso de fotografias em formato RAW será realizada em software de edição, portanto este parâmetro não é tão importante;
- Definir o foco no infinito na câmara e desligar o foco automático e o controlo de estabilidade. Ter em atenção não alterar o foco durante a sessão fotográfica. Para evitar isso poderemos fixar o anel de focagem com fita adesiva;
- No caso da utilização de uma lente *zoom*, devemos selecionar uma distância focal e fixar também esse anel com fita adesiva, de modo que não alteremos a distância focal a meio do processo de aquisição de imagens;
- Colocar a câmara em modo Manual;
- Definir o valor mais baixo de ISO (normalmente 100);
- Fechar a abertura de lente até um valor entre f8 e f11, para que asseveremos que toda a cena se encontra em foco. Zonas desfocadas deverão ser evitadas a todo o custo, pois irão dificultar o processo de reconstrução digital;
- Regular a velocidade do obturador até obter uma exposição ótima. Se for necessário utilizar uma velocidade mais lenta que 1/160, devemos considerar a utilização de um tripé/monopé, ou então aumentar os valores de sensibilidade ISO às custas da qualidade das imagens.

5.5. Fotografar o exterior:

- A primeira fotografia deverá incluir a escala de cores (ou escala de cinzas), por forma a termos uma referência posterior para aplicar o balanço de brancos;

- Devemo-nos certificar que cobrimos a totalidade do monumento com as nossas fotografias. Para isso podemos seguir um percurso predefinido, que cubra vários ângulos. Como vemos no exemplo da figura 13, faremos três voltas em volta do exterior do dólmen. A primeira com a câmara paralela ao centro do sepulcro, com este ocupando a maior parte ou a totalidade da imagem. Captamos cada imagem, garantindo um mínimo de cerca de 2/3 de sobreposição sobre a imagem anterior. Evitar realizar ângulos muito acentuados, pois estes podem complicar o alinhamento;
- Completar a volta até chegar á posição da primeira fotografia;

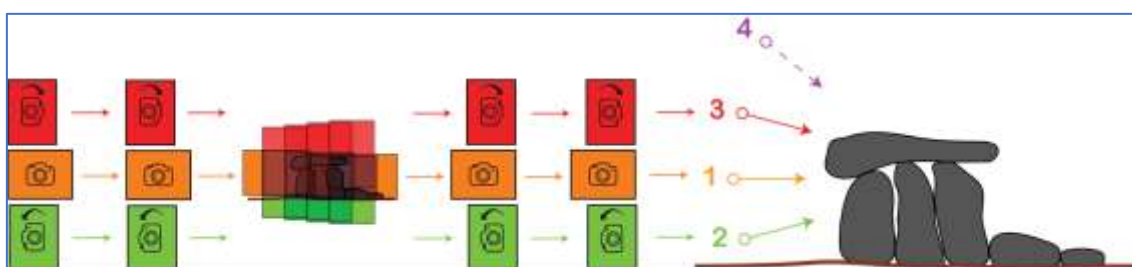


Figura 13. Exemplo de sobreposição durante a aquisição de imagens de uma anta.

- Em seguida, realizamos uma nova volta numa posição mais baixa. Giramos a câmara 90°, deixando o sensor orientado em “modo retrato” e inclinamos cerca de 15° para cima, certificando que o monumento está enquadrado em cerca de 2/3 da imagem (ver figura 13). Este processo vai garantir que teremos cobertura também de um plano inferior e conseqüentemente vai incrementar a qualidade do modelo. Fotografamos como na volta anterior, também assegurando uma sobreposição de cerca de 2/3 entre imagens, terminando mais uma vez na posição da fotografia inicial;
- Realizamos uma terceira volta, desta vez com uma posição mais elevada que a primeira, girando a câmara 270°, ficando mais uma vez em modo “retrato”, mas invertida em relação à orientação da segunda volta. Inclinamos a câmara, de forma que fique apontada desta vez 15° para baixo, mais uma vez assegurando que o monumento ocupa cerca de 2/3 da imagem. A volta será executada da mesma forma que as anteriores terminando na posição onde foi tirada a primeira fotografia. Este método vai assegurar que temos cada plano de superfície fotografado a partir de pelo menos 9 ângulos diferentes.

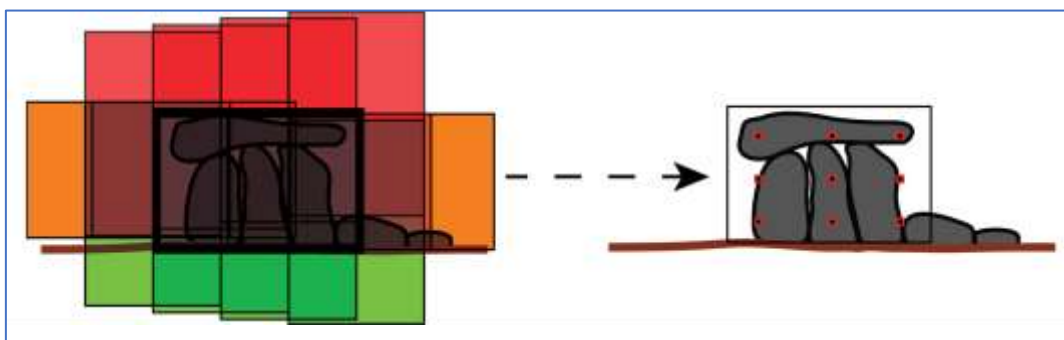


Figura 14. Cobertura ideal de um plano, com 9 ângulos de captura (Mathews, 2008: 43-46). Adaptado.

- No caso de monumentos com chapéu, é possível que seja necessária uma quarta volta que cubra a parte superior, especialmente quando nos deparamos com antas de grandes dimensões. Ter em conta que a utilização de bastões e monopés para poder fotografar em posições mais elevadas vai criar uma nova série de dificuldades. A câmara estará fora do alcance do utilizador e, portanto, teremos que dispor de um método de disparo remoto do obturador. Recomenda-se igualmente um método de visualização remoto. Ambos podem ser solucionados com o recurso a um dispositivo móvel conectado à câmara como um *smartphone* ou um *tablet*. Verificar a compatibilidade da câmara com estes aparelhos previamente. Atentar também a que o manuseamento de apoios como bastões e monopés podem causar movimentos bruscos durante o disparo. Poderá ser necessária uma velocidade mais rápida do obturador nesta situação, e conseqüentemente uma alteração dos outros parâmetros de exposição. Se for esse o caso, dever-se-á alinhar estas imagens separadamente do resto.

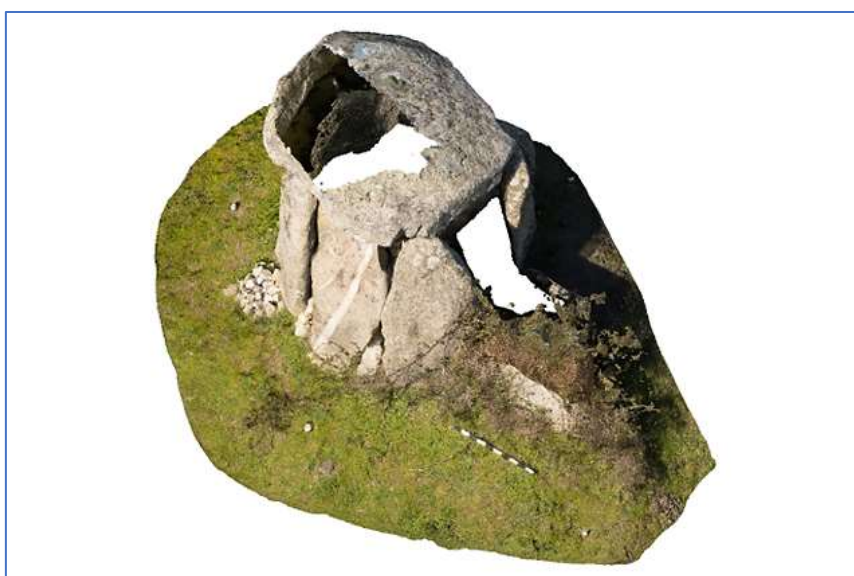


Figura 15. Resultado da falta de cobertura fotográfica no interior da câmara e na face superior do chapéu. Anta 1 do Barrocal (Évora).

5.6. Fotografar o interior:

- Para fotografar o interior é recomendável que o façamos a partir do lado oposto do plano que queremos captar (Historic England, 2017: 38; 3DFLOW, 2021: 9-10). Deste modo aproveitamos a maior distância possível desse plano e poderemos assim incluir um maior ângulo do interior do sepulcro enquadrado na imagem;
- Em monumentos de menores dimensões isto não será possível, tendo que se realizar o levantamento a partir do exterior (se não estiver coberto por chapéu). Uma solução é fotografar a partir de uma posição elevada, tentando captar o maior número de ângulos do interior do dólmen, mas sempre fotografando a face oposta;
- De resto, a aquisição de imagens do interior da anta deverá ser realizada da mesma forma que o exterior, isto é, tentando efetuar o processo em três voltas com alturas e inclinações distintas, de forma a conseguir o maior número de ângulos e sempre com um mínimo de 60% de sobreposição entre fotografias;

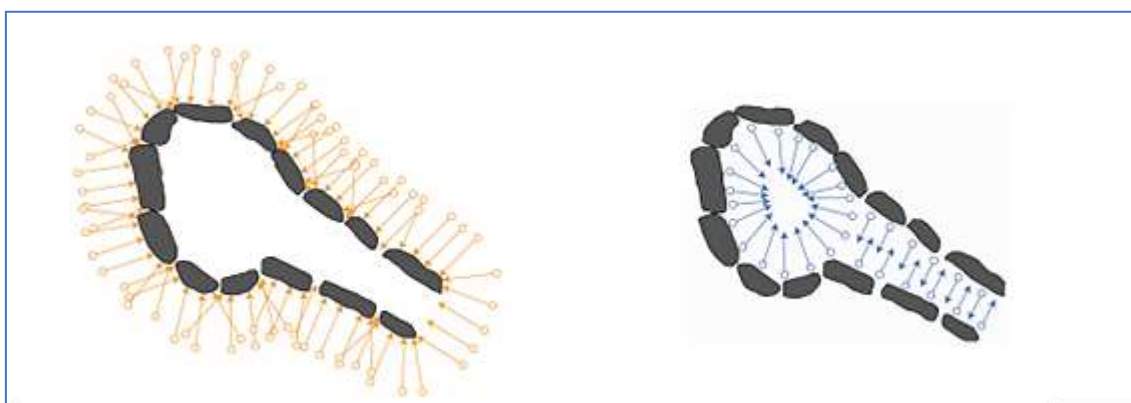


Figura 16. Exemplos de trajetos para aquisição de imagens no exterior e interior.

- No caso de câmaras funerárias com pouca luminosidade, poderá ser necessário redefinir os parâmetros de exposição. Nesse caso devemos tentar alinhar em separado essas fotografias, para que não comprometam o alinhamento das restantes. Para que seja mais fácil a fusão de ambas as nuvens de pontos do interior e exterior da anta, é altamente recomendável a aplicação de alvos numa área que seja comum a elas. Esses alvos vão depois ser utilizados como referência no alinhamento das duas nuvens, que irão fundir mais suavemente entre si.
- Por fim, e antes de desmontar a cena fotografada, é aconselhável a revisão da qualidade das fotografias, para que se possam descartar quaisquer imagens que comprometam o processo de reconstrução digital, como fotografias desfocadas por exemplo. Verificamos também se a cobertura de fotografias será suficiente, ou se falta

fotografar algum nicho de acesso mais difícil. Se for esse o caso, podemos ainda voltar à cena e fotografar o que falta, desde que nada tenha sido alterado da cena, incluindo a luminosidade.



Figura 17. Exemplo de imagem a descartar. Fotografias desfocadas como esta irão complicar o processo de alinhamento e de construção da nuvem de pontos.

6. Considerações finais

Como pudemos observar, a realização de um levantamento fotogramétrico implica muito mais que importar fotografias tiradas por um *smartphone* e deixar o software correr os processos de reconstrução tridimensional. Em arqueologia, como em qualquer outra área científica, devemos sempre tentar adotar metodologias de trabalho criteriosas e que sirvam um propósito analítico. Para isso é fundamental que exista uma padronização de processos que possam ser replicados e que sejam passíveis de validação pelos pares.

Posto isto e tendo em mente os princípios básicos de fotogrametria e as dificuldades inerentes à complexidade dos dólmens que possam vir a surgir, creio poder resumir no seguinte esquema as linhas orientadoras referidas nestas páginas:

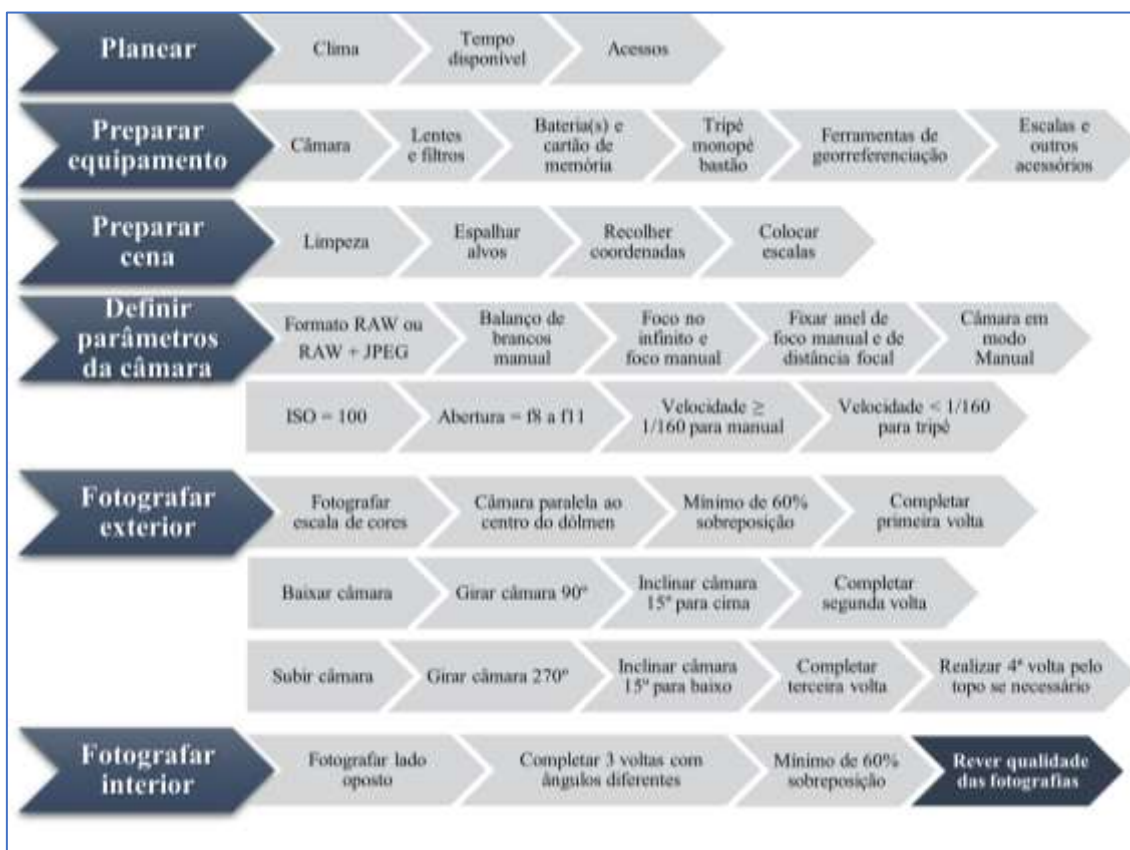


Figura 18. Fluxograma de processos presentes nestas linhas-orientadoras.



Figura 19. Modelo tridimensional da Anta da Aboboreira (Vila Viçosa).

7. Bibliografia

- 3DFLOW (2021) – *3DF Zephyr User Manual v6.0*. Disponível em <https://www.3dflow.net/technology/documents/3df-zephyr-tutorials/> Consultado em 15 Janeiro 2022.
- AGISOFT (2022) – *Agisoft Metashape User Manual, Professional Edition, Version 1.8*. Disponível em: <https://www.agisoft.com/downloads/user-manuals/>. Consultado em 12 Janeiro 2022.
- ALICEVISION (2019) – *Meshroom, Release 0.1*. Disponível em <https://meshroom-manual.readthedocs.io/ /downloads/en/v19.01.45/pdf/>. Consultado em 16 Janeiro 2022.
- BARNES, Adam (2012) – Checklist for Close-Range Photogrammetry Image Collection. *CAST Technical Publications Series*. Number 10840.
- CERRILLO-CUENCA, Enrique; BUENO-RAMÍREZ, Primitiva; BALBÍN-BEHRMANN, Rodrigo de (2019) – “3D Mesh Tracings”: A protocol for the digital recording of prehistoric art. Its application at Almendres cromlech (Évora, Portugal). *Journal of Archaeological Science: Reports*, Vol. 25, p. 171-183.
- CERRILLO-CUENCA, Enrique; SANJOSÉ BLASCO, José; BUENO-RAMÍREZ, Primitiva; PÉREZ-ÁLVAREZ, Juan; BALBIN-BEHRMANN, Rodrigo de; SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, Manuel (2021) – Emergent heritage: the digital conservation of archaeological sites in reservoirs and the case of the Dolmen de Guadalperal (Spain). *Heritage Science* 9. Article 114.
- CH’NG, Eugene; CAI, Shengdan; ZHANG, Tong E.; LEOW, Fui-Theng (2019) – Crowdsourcing 3D cultural heritage: best practice for mass photogrammetry. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, Vol. 9 No. 1, p. 24-42.
- HISTORIC ENGLAND (2017) – *Photogrammetric Applications for Cultural Heritage: Guidance for Good Practice*. Swindon: Historic England.
- LACHAMBRE, Sébastien; LAGARDE, Sébastien; JOVER, Cyril (2017) – *Photogrammetry workflow*. Disponível em https://unity3d.com/files/solutions/photogrammetry/Unity-Photogrammetry-Workflow_2017-07_v2.Pdf. Consultado em 26 Janeiro 2022.
- MATTHEWS, Neffra A. (2008) – Aerial and Close-range Photogrammetric Technology: Providing Resource Documentation, Interpretation, and Preservation. *Technical Note 428*. Washington, DC: Bureau of Land Management.
- SAPIRSTEIN, Philip; MURRAY, Sarah (2017) – Establishing Best Practices for Photogrammetric Recording During Archaeological Fieldwork. *Journal of Field Archaeology*, Vol. 42, Issue 4, p. 337-350.
- WALDHÄUSL, Peter; OGLEBY, Cliff (1994) – 3 x 3 rules for simple photogrammetric documentation of architecture. *ISPRS Archives XXX*, p. 426-9.

Propostas de valorização da região de Villa Cardillio¹⁶

José Francisco L. SANTOS¹⁷

Resumo

Este artigo pretende sugerir o que poderá ser feito para revitalizar um sítio arqueológico do município de Torres Novas, em concreto uma villa romana conhecida como Villa Cardillio e respectiva região envolvente, ou seja, o Ribatejo, mais precisamente o Médio Tejo. Após abordarmos, de modo geral, o papel do arqueoturismo ou turismo arqueológico, a nível mundial, na valorização deste arqueossítio, proceder-se-á, sucintamente, ao estado da arte da sua investigação. Por fim, serão elencadas e avaliadas possibilidades destinadas à sua promoção, nomeadamente imagética.

Palavras-chave: Património, Arqueologia, Turismo, Arqueoturismo, Valorização.

Abstract

This paper suggests what can be done to revitalize an archaeological site from the municipality of Torres Novas, concretely a roman villa known as Villa Cardillio and its involving region, that is, Ribatejo, more precisely Médio Tejo. After we approach, generally, the role of archaeotourism or archaeological tourism, worldwide, for the valorization of this archaeological site, will be proceed, shortly, the research 's state of art. Finally, will be listed and evaluated possibilities for its promotion, in particular imagery.

Keywords: Heritage, Archaeology, Tourism, Archaeotourism, Valorization.

1. Introdução

A Villa Cardillio, no concelho de Torres Novas, tem conquistado algum destaque na comunicação regional ultimamente, bem como um artigo publicado na revista

¹⁶ O artigo mencionado decorre de parte da dissertação de mestrado do autor, intitulada “Villa Cardillio – contributo para a história da valorização de um sítio arqueológico”, defendida em 2021, na Universidade de Évora.

¹⁷ Mestre em Arqueologia e Ambiente pela Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora (2021) onde concluiu também a licenciatura em História e Arqueologia (2018).

josefranciscosantos@outlook.pt

Almadan, sobre as escavações realizadas no ano passado. Sabe-se, entretanto, que está prevista uma intervenção no sítio arqueológico ao nível da conservação, tendo já a autarquia aberto concurso para uma empreitada, mas que ficou num impasse .

Este trabalho vai ao encontro do que já está a ser efectuado pela autarquia, que é promover aquele sítio arqueológico. Como tal sugere-se um conjunto de propostas para alcançar esse propósito, que a autarquia torrejana não terá ainda mencionado ou sequer equacionado. Mas antes disso, haverá que perceber como é que podia ser valorizado o sítio. Por isso se ponderará a viabilidade da valorização de um arqueossítio, com o apoio do Turismo, ao mesmo tempo que se mencionarão algumas das intervenções que Villa Cardillio recebeu no passado, e que proporcionaram o seu reconhecimento nacional e internacional.

O n.º 1 do artigo 74.º da Lei n.º 107, de 8 de Setembro, de 2001, define Património Arqueológico, como sendo: *“todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente”*.

A valorização do património arqueológico inicia-se com a identificação, estudo e classificação do mesmo. A classificação dos sítios arqueológicos serve dois objectivos: em primeiro lugar reconhecer institucionalmente o valor cultural do sítio arqueológico e depois conferir uma protecção legal impedindo a sua destruição (Silva, 2017: 19 e 20).

O património arqueológico integra o património cultural, uma vez que aquele sendo testemunho de bens com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, deve ser objecto de especial protecção e valorização. Desta forma, a arqueologia desempenha também uma importante função social nos projectos de restauro de prédios e edificações históricas, bem como na revitalização de cidades, vilas e povoados, identificando e divulgando aspectos da memória étnica e cultural, ou seja, a memória colectiva relacionada com os conhecimentos dos antepassados que ali se estabeleceram e que contribuíram para a configuração de um espaço singular. E como refere Trigger, parte da tarefa da arqueologia é enriquecer a compreensão das origens e da história (apud Carvalho, 2010: 58).

A solução mais comum, para converter o património arqueológico num meio endógeno promotor do desenvolvimento local, passa pela delineação de uma estratégia de promoção deste instrumento com vista à sua adequação ao turismo, na medida em que, além de ser um importante recurso, este património pode ser também

a principal motivação de visita turística. Este fluxo de visitantes motivado pelo património arqueológico designa-se vulgarmente arqueoturismo, consistindo na deslocação de visitantes a um determinado lugar denominado sítio arqueológico (ou museu de arqueologia), onde existem vestígios de sociedades antigas, passíveis de visita terrestre ou subaquática (Morais, 2010: 8).

Castelo-Branco (1967) questiona-se se os aspectos arqueológicos só despertarão a curiosidade de um escol de turistas, com cultura suficiente e formação adequada, isto é, com capacidade para entender o que é visitado. Refere ainda que há grande procura para visitar museus de arqueologia, como o antigo Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, que acolhe mais visitantes do que outros museus (Castelo-Branco, 1967: 32). E conclui que a arqueologia se destina a todo o tipo de público e que, para além dos museus, são de interesse os sítios arqueológicos (Castelo-Branco, 1967: 34).

Na sua Crónica de Arqueologia e Turismo – útil binómio a acautelar – José d’Encarnação refere que a nível governamental foi necessário chegar ao III Congresso Nacional de Turismo, em Dezembro de 1986, para se incluir como primeira das recomendações “uma intensificação da colaboração entre os sectores do Turismo e da Cultura por forma a que, nacionais e estrangeiros, possam usufruir, na máxima plenitude, das diversas expressões do património cultural português” (Encarnação, 1986: 241). Não obstante, menciona nesta mesma Crónica que “*cresci num ambiente em que, desde muito cedo, os vestígios arqueológicos foram encarados de uma óptica de aproveitamento turístico, ou seja, como mais um dos ingredientes da ementa turística da região*”. E continua dizendo: “*pelas suas características singulares – designadamente, a sua originalidade e antiguidade – exerce o património arqueológico incontestável fascínio. Cada vez mais susceptível de atrair visitantes e, cada vez mais também, importante elo de ligação das populações com as suas raízes ancestrais, os restos arqueológicos assumem um duplo papel – turístico e pedagógico – que de forma nenhuma se pode menosprezar*” (Encarnação, 1994: 73).

O turismo, na acepção moderna e contemporânea, é uma invenção europeia, com raízes no séc. XVIII (Pires et al, 2020: 3). Às viagens marítimas, religiosas e de negócios juntar-se-iam as viagens de recreio, que transformaram esta actividade num fenómeno económico e social, em constante mutação e desenvolvimento (Pires et al, 2020: 3).

O turismo, numa vertente específica, o turismo sustentável, através da metodologia que configure o planeamento estratégico participativo, pode contribuir para a democratização do conhecimento arqueológico e estimular, ou mesmo dar início e

aprofundar, diálogos entre a arqueologia e a comunidade. Um turismo de carácter participativo e sustentável pode auxiliar na elaboração de políticas públicas, no refinamento de suas estratégias e gerar reflexões para além das simples visitas de turistas sobre sítios arqueológicos, incentivando a criação de museus e sanando também a carência de instituições que forneçam endossos aos programas de arqueologia (Alfonso, 2012: 306 e 309).

A relação entre arqueologia e turismo permite consolidar, por um lado, os impactes positivos do turismo nas comunidades e, por outro, instar a que a arqueologia actue como mais uma das ferramentas disponíveis destinadas a melhorar a qualidade de vida e a promover a inclusão social das comunidades com as quais funciona (Alfonso, 2012: 310).

O turismo arqueológico, mas não só, é ideal para quem busca um conhecimento mais sólido, por outras palavras, científico, e de quantos se encontram vinculados à meditação e ao relaxamento, em perfeita sintonia com a envolvência ou ecossistema natural, em lugares antigos, designadamente nas imediações de ruínas de civilizações desaparecidas (Srivastava, 2015: 31). Nalguns países, operadores turísticos agregam locais e monumentos arqueológicos como produtos turísticos e disponibilizam passeios arqueológicos como sendo de interesse especial (Srivastava, 2015: 32). O turismo arqueológico combina uma paixão pelo passado com um sentido de aventura e descoberta: as pessoas deixam-se fascinar por vestígios antigos e históricos. O turismo arqueológico permite que os visitantes vivenciem, de algum modo, o passado e compartilhem a emoção da descoberta. A natureza às vezes inacessível dos sítios arqueológicos geralmente gera e medra o sentido de aventura.

O turismo arqueológico pode ser uma actividade lucrativa e uma indústria próspera (Srivastava, 2015: 34). Contribui para a educação da população em geral sobre culturas passadas e sobre a ciência moderna. Constrói apoio público a iniciativas de preservação. Desenvolve novos e importantes aliados económicos e políticos. O turismo arqueológico pode e deve ser muito educativo e entusiasmante (Srivastava, 2015: 36). O arqueoturismo não é, porém, isento de problemas pois, em muitos casos, o crescimento de visitas gera problemas de conservação preventiva e curativa ao público para evitar deterioração adicional. Em casos extremos, sítios inteiros são fechados. Saques e vandalismo são outro problema do turismo arqueológico. O aumento da consciencialização da importância de um determinado sítio pode atrair saqueadores e

vândalos. Bons planos de gestão de sítios devem fornecer segurança aos locais arqueológicos (Srivastava, 2015: 39).

Tresserras, apud, Oehmichen-Bazán (2008) define turismo arqueológico como aquele em que recursos arqueológicos se tornam atracções para turistas e / ou quando a principal motivação da viagem é a visita a zonas arqueológicas, muitas vezes incentivadas pela difusão de revistas como a National Geographic e outras publicações. O arqueoturismo tem crescido também como o próprio turismo desde os anos 80. O aumento de visitantes em sítios arqueológicos nas últimas décadas foi favorecido também pelas declarações sobre o património cultural da humanidade por parte da UNESCO. Por outro lado, o turismo arqueológico tem influenciado a criação de produtos de todos os tipos que favorecem a proximidade entre arqueologia e visitantes, a exemplo de rotas temáticas e recriações históricas (Oehmichen-Bazán, 2018: 1).

Sendo o arqueoturismo um segmento de mercado lucrativo, Pinter apud Oehmichen-Bazán (2008) ressalta que não há consenso sobre o papel desempenhado pelo turismo na arqueologia. Para alguns arqueólogos, a actividade turística é uma maneira de atrair recursos para investigação e protecção do local. Para outros, ela é eminentemente destrutiva, pois os interesses do mercado competem com os científicos (para proteger os sítios deve haver visitas programadas, evitar o manuseamento por parte dos visitantes, entre outros). Alguns motivos que conduzem turistas a sítios arqueológicos são a gastronomia, paisagem, singularidades da cultura contemporânea e interesse histórico mais generalizado. Complexificando ainda mais a relação da arqueologia com o turismo, certos movimentos indígenas, por exemplo, reivindicam o seu direito aos vestígios humanos localizados nos seus territórios, bem como aos sítios arqueológicos e objectos materiais construídos ou fabricados pelos seus antepassados (Oehmichen-Bazán, 2018: 2).

O turismo arqueológico pode incluir visitas a museus, locais de importância histórica, parques com foco histórico e arqueológico e até participação em danças tradicionais, festivais e outros eventos (Cahyadi, 2016: 548). O turismo arqueológico baseia-se igualmente em educação e pesquisa (Cahyadi, 2016: 549).

2. O Sítio Arqueológico de Villa Cardillio

Quanto ao sítio arqueológico de Villa Cardillio, ele situa-se na freguesia de Santa Maria, próximo de Caveira, a 3 km da cidade de Torres Novas. Sub-região do Médio

Tejo, da região Centro. Trata-se de uma antiga casa agrícola romana. Das escavações até há uns anos encontraram-se centenas de moedas (118 segundo Conejo Delgado, 2017, p. 99), pertencentes desde o século II d.C. até ao IV d.C., bem como cerâmicas, bronzes, ferros, anéis e uma estátua de Eros (Ver Anexo, imagem 1).

Este espólio encontra-se depositado no Museu Municipal Carlos Reis em Torres Novas, estando os materiais constituintes da estrutura edificante da villa no próprio sítio, *in situ*. Disto são exemplo os mosaicos em opus tessellatum e signinum, revestidos nos pavimentos com um tipo de argamassa chamada de formigão, o hypocaustum, um sistema de aquecimento e o perystilum, um claustro formado por colunas (Costa, 1982: 46). De salientar ainda um curigum, que continha água corrente, durante o Verão, permitindo não só regar o jardim, como refrescar o ambiente, conforme a descrição complementar da Villa Cardillio, no Sistema de Informação para o Património Arquitectónico da DGPC. Existe *in loco* um centro interpretativo, inaugurado há cerca de 24 anos pelo Presidente da Câmara António Rodrigues, tendo como acessos a estrada para a zona industrial oposta à entrada da A23 no sentido Torres Novas/Entroncamento.

É provavelmente conhecida desde 1758 pelos priores das freguesias de Santa Maria e Salvador, referindo-se a **existência no sítio das Ferrarias** “*um largo campo semeado de antigos telhões*” que “*mostram os vestígios de ali estar antiga povoação*” (Sousa, 1999: 112).

Não obstante, a primeira notícia que se conhece da sua existência remonta a 1932 com o Pe. Eugénio Jalhay, quando escavava juntamente com o Tenente-coronel Afonso do Paço, uma necrópole na Gruta 2 de Alapraia. O Pe. Eugénio Jalhay pretendia averiguar o que por lá havia, quando acabasse esta escavação. De facto, assim aconteceu e desta averiguação obteve um primeiro achado em mãos – uma estatueta de barro – sobre o qual publicou um estudo. Este estudo deu começo à investigação daquele local, nos anos de 1935 e 1936. A partir desta data os trabalhos arqueológicos começaram a ser executados, já não com Jalhay nem Afonso do Paço, mas com o arqueólogo Manuel Heleno, que deu a aparecer os primeiros vestígios, um mosaico do tipo opus-tesselatum e de um balineum (Paço, 1963: 71 e 72).

Mas não durou muito para que as charruas voltassem a revolver os campos agrícolas na época das sementeiras danificando o que fora descoberto. Situação agravada pela ignorância que levou os proprietários a vender e doar pedras para que dessa forma pudessem cultivar o campo. O Ten.-Coronel Afonso do Paço escavou, parcialmente,

em 1963 e 1964, uma importante vila romana nos arredores de Torres Novas (Alarcão, 1967: 3) (Ver Anexo, imagem 2), iniciando-se já sem os distúrbios e inconvenientes das lavouras que destruíam o património arqueológico. Foi então descoberto um novo mosaico em melhor estado do que o anterior, embora não haja informação quanto ao método utilizado para impedir a destruição do património. Após o reconhecimento feito para resgatar o que fosse possível, é referida a existência de um grande peristilo com átrio e mosaicos, de um jardim quadrangular ao centro com um poço, os mosaicos apareciam com tons de azul, vermelho e amarelo sobre um fundo branco, havendo também nalgumas divisões pavimentos do tipo opus-signinum, e uma inscrição que não é habitual em latim referente ao casal e donos da villa, Cardílio e Avita, **“VIVENTES CARDILIUM ET AVITAM FELIX TURRE”**, sobre a qual Encarnação propôs uma leitura mais correcta (Paço, 1963: 73 e 74; Alarcão, 1973: 116; Encarnação, 2009: 21).

Intervenções efectuadas nos anos 60 puseram, entretanto, a descoberto bases de colunas, restos de muros, portais, tanques, canalizações pertencentes à traça da vila romana que contem aliás um grande património artístico, com a existência também de um Ostium, a entrada principal e de uma Exedra, uma sala ampla com abside monumental composta por quatro colunas para a realização de reuniões (Costa, 1982: 46).

Com o passar dos anos, o sítio foi esquecido e abandonado, a que se seguiu o falecimento do seu descobridor, Afonso do Paço, e subsequente interrupção dos trabalhos em curso (Alarcão, 1973: 115). Entrementes, a metodologia arqueológica foi evoluindo e novas técnicas foram utilizadas nas escavações, em particular a de Jorge de Alarcão, como o sistema de quadrículas, fotografia aérea, sondagens, técnicas de geofísica ou até mesmo ligadas à topografia. Até que chegamos aos anos 80.

No que concerne estritamente à campanha de 1980, tiveram lugar as primeiras prospecções com recurso a magnetómetro e ao sismógrafo, o que permitiu obter boas perspectivas sobre a presença de materiais ainda por desenterrar (Costa, 1982: 52 e 53).

Realizaram-se 10 campanhas ao longo da década de 80, na sua maioria com a duração de um mês, salientando-se, para lá de trabalhos de escavação, as não menos importantes obras de consolidação, restauro e reconstrução, bem como os trabalhos de topografia, fotogrametria e prospecção geofísica aplicada à Arqueologia (Monteiro, 1999: 102).

Nada, contudo, que pareça impedir o cenário algo árido quanto a novos dados sobre o sítio, excepção feita aos contidos em algumas publicações mais recentes, embora sem referências de maior à investigação arqueológica que tenha sido realizada entre a década de 90 e a actualidade, como **“Os mosaicos de villa Cardilio. Tentativa de descrição”, de 1994, da autoria de Marta Nunes Ferreira, e a Tese de Doutoramento realizada por Maria Kremer, na Universidade de Trier (Alemanha), de 1999.** Tese última esta que possibilitou o reconhecimento internacional do sítio, sobretudo a nível artístico, uma vez que a análise dos pavimentos geométricos de Villa Cardillio permitiu identificar características importantes dos mosaicos em Portugal. Entre outros aspectos, seria interessante, por exemplo, se novas campanhas de escavação a realizar **na zona possibilitassem justificar o topónimo ‘Caveira’ através da existência de uma necrópole, o mesmo podendo ocorrer com o topónimo ‘Casal de Aires’ enquanto hipotética reminiscência do culto a Ares.** Ademais, será permissível equacionar a presença de um vicus nas imediações da villa e da via que ligava Scallabis a Sellium, à semelhança do que sucede com o Santuário de Nossa Senhora de Aires, em Viana do Alentejo, entre a via de Eborá a Pax Iulia (Carneiro, 2008: 101 e 102)? É provável que, num futuro próximo, o lugar revele muito mais.

3. Propostas de Valorização de Villa Cardillio

Assim, sabendo que existe um mercado de turistas ligados ao património com a nostalgia do passado longínquo, poderiam existir nesses lugares ofertas fundamentais, como comida romana, vinho à romana, termas em funcionamento tipo spa e jacuzzi, cavalos para prática de equitação como no tempo da Roma Antiga, com um hipódromo denominado Díocles, em homenagem ao mais bem pago desportista de todos os tempos e que era Lusitano. A vontade de apreciar a envolvência, de chegar a um destino e deparar com algo que toque as nossas emoções, memórias, permite que possamos construir uma história para transmitir e assim criar novas memórias e emoções. Tudo, de forma pouco dispendiosa, distendida e que não suscitasse problemas ou incómodos. Mas no final tem de haver dividendos.

Trata-se de um conjunto de ideias que poderia ser exequível com os apoios ou financiamento estatal ou privado, ou seja, da DGPC, das Câmaras Municipais, de casas agrícolas das imediações e de empresas da zona, com vista a promover o desenvolvimento sustentável da região, gerar riqueza e rentabilizar os seus activos com

a distribuição dos ganhos. Junção de marcas em parceria, para anunciar, por exemplo, em feiras de turismo o nascimento deste conceito promovido com o apoio da comunicação social. Poder-se-ia, em alternativa, recorrer a um empréstimo bancário que pudesse ser liquidado pelas entidades referidas e por alguns mecenas, sempre com a garantia de persistirem nos objectivos em causa.

Os custos seriam associados a infra-estruturas a criar, a exemplo de um centro de interpretação histórica e da implementação de novas tecnologias de informação (como a criação de uma aplicação para smartphones ou tablets sobre as villae e época romana). Um projecto que podia originar novos projectos, incluindo um site institucional criado para todas as entidades associadas. O lucro proviria de entrada cobrada por um valor simbólico para o sítio sem guia e valor superior com guia, podendo existir preços especiais para crianças, para pessoas com deficiência ou outras situações particulares. Seria uma forma de cativar público, nomeadamente ao transmitir ideia de que o que é pago é e deve ser valorizado, mas disputando com outras existências neste sector que explorem também villae.

Podiam existir também roteiros que motivassem o interesse de putativos visitantes, como um dedicado a todas as villae do termo concelhio e até de concelhos vizinhos, **intitulado “Roteiro das Villae do Alto Ribatejo”**. Outro roteiro mais alargado, **podia ser concebido com o nome “Rota do Romano no Ribatejo”, ligando diferentes tipologias** de sítios romanos e de espaços com objectos romanos, nomeadamente museus e colecções.

Este consórcio de entidades parceiras podia, no caso de ser economicamente viável, colocar o seu capital numa bolsa de valores, mercado de acções, com a eventual entrada de algum accionista estrangeiro para fomentar a parte turística e proporcionasse obtenção de lucro. Provavelmente seria difícil sem uma entidade já bastante consolidada e com dinheiro a investir, embora compreendamos que, para a maioria dos economistas e de quem esteja ligado à alta finança, seria duvidosa a capacidade de sucesso desta iniciativa para um sector como é o património.

O que se pretende é transmitir a ideia de que o que é antigo pode tornar-se **“novo”**, permitindo, através da aprendizagem e da diversão, enriquecer, não só economicamente, as zonas ou localidades em que se inserem os sítios arqueológicos, mas também enriquecer, culturalmente, quem neles vive e visita, não descurando outras vertentes.

Tabela SWOT do investimento a realizar

Vantagens	Desvantagens
Desenvolvimento local e regional;	Custos elevados dos investimentos;
Aumento da auto-estima das comunidades locais e regionais;	Possíveis dificuldades na manutenção do projecto, a nível financeiro e a nível de conservação preventiva e/ou curativa dos arqueossítios.
Projecto em larga escala (praticamente inexistente no mundo);	
Várias entidades e organismos alcançariam reconhecimento e prestígio neste processo;	
Possibilidade de obter benefícios com sítios arqueológicos.	

A Villa Cardillio podia ter nas imediações uma réplica (como aconteceu em Wroxeter, Inglaterra, em 2011, com o contributo do canal de televisão Channel 4, da supervisão do professor arqueólogo britânico, Dai Morgan Evans, em nome da organização pública de beneficência English Heritage Trust e com o apoio de voluntários locais, entre outros) onde o visitante pudesse obter uma perspectiva arquitectónica da villa na escala mais próxima da realidade inscrita nos terrenos da envolvência, desconhecendo-se, no entanto, se seria viável no contexto nacional, podendo obter apoio da televisão, como o grupo RTP ou o canal História.

Um roteiro da Villa Cardillio também podia ser criado, a começar no centro interpretativo (Ver Anexo, imagem 3, este existe há mais de 20 anos, desconhecendo-se o arquitecto responsável e quem o mandou erigir, estando aberto ao público e com entrada gratuita, tendo como guarda das ruínas e guia o funcionário municipal que trabalha no local, o Sr. José Carlos). É possível lá encontrar a maquete da villa e uma pequena exposição do que foi nela encontrado até há pouco tempo, estando o espólio no Museu Municipal Carlos Reis, Torres Novas. De realçar que a villa tem a presença de um guia responsável pelo centro, carecendo este centro de remodelação para corresponder ao conceito e aos objectivos gerais de qualquer estrutura desta natureza. Será o caso do centro de interpretação Urbi Scallabis situado nas Portas do Sol, em Santarém, que acolhe espólio e património encontrado na Alcáçova e no centro

histórico, bem como novas tecnologias adaptadas à realidade que vivemos, que permitem uma abordagem mais enriquecedora e interactiva com os visitantes. Assim, na Villa Cardillio o roteiro podia prosseguir com um percurso interactivo, como se fosse um museu ao ar livre.

De seguida chegava-se à réplica: possibilidade de participar na confecção de pratos, degustá-los, com a criação de um restaurante com um nome típico adaptado ao local **designado como “A Adega do Cardílio” com decoração revivalista do período romano**, utilizando réplicas, o que permitiria revitalizar, por exemplo, algum do artesanato local. De sublinhar que seria uma forma de criar emprego, contribuindo, também assim, para o desenvolvimento sustentável do território e das comunidades. Os funcionários trajariam à romana ou com apontamentos de vestuário romano. Oportunidade de exploração especializada em gastronomia romana, com almoços, lanches e jantares. De referir que os produtos poderiam ser obtidos localmente, através de protocolos a firmar com produtores locais. Além disso, alguns dos produtos, como conservas e compotas, podiam ser vendidos numa pequena loja. O estabelecimento de uma residência nas imediações da réplica como uma pousada ou hotel rural e de uma coudelaria que permitisse percursos do tempo das legiões romanas pelas antigas vias, podiam constituir recursos acrescidos na procura pela revitalização do sítio e região onde se insere. As sinergias que por aqui podem despontar, no restauro desses caminhos, como a via de Olissipo a Bracara Augusta, que pudesse conectar-se à estrada real (Ver Anexo, imagem 4) junto à Villa Cardillio, abriria ou reforçaria o caminho de internacionalização do sítio, mas também à expansão dentro de Portugal deste negócio.

Outra hipótese de valorização deste sítio arqueológico seria o uso de novas tecnologias, como a modelação 3D e as plataformas de jogos de computadores.

Vizcaíno León (2013) refere que a incorporação dos avanços tecnológicos nos campos da infografia e do desenho gráfico virtual serviu como complemento e ferramenta valiosíssima no seu projecto de investigação, preservação e valorização do património arqueológico, como é a villa romana de Liédena, em Espanha, com recreações do mesmo através da visualização computadorizada (Vizcaíno León, 2013: 105). O mesmo podia ser feito na Villa Cardillio, também com o uso de drones, de aplicações acedidas em tablets e smartphones e da tecnologia Virtual Twin, que foi usada em Tomar no Convento de Cristo com a transformação digital da Charola, permitindo em contexto

pandémico visitar da forma mais realista possível este monumento nacional. Também se podia obter uma parceria com o CEAACP – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, que forneceria as ferramentas, conhecimentos e oportunidades de colaboração necessários para apoiar investigação de ponta, iniciativas académicas, e usos inovadores de tecnologia, como é sublinhado no seu site, para além da já existente colaboração com a UNIARQ.

4. Considerações Finais

De lembrar que se deveria difundir os conteúdos científicos e patrimoniais produzidos sobre e a propósito deste sítio junto da comunidade da zona da Villa Cardillio, como reforço das propostas de valorização e promoção do sítio arqueológico, ao mesmo tempo que contribuiria para a elevação da sua própria auto-estima através de uma maior consciência do passado que herdou e deve, também por isso, valorizar.

Ana Cristina Martins (2020) ao usar o exemplo do templo romano de Évora como imagem identitária da comunidade eborense, faz pensar que a Villa Cardillio também possa ser uma imagem identitária da comunidade torrejana, transmitindo a ideia de cartão de visita da cidade de Torres Novas para o mundo, mostrando a importância e a necessidade de salvaguarda desta villa romana para benefício da população local (Martins, 2020: 21). Propõe, o que poderá também ser aplicado a Villa Cardillio, construindo um projeto que nos permita conhecer o monumento no seu território e na interação com as comunidades. Um projeto que possibilite avaliar a perceção que as comunidades vão estabelecendo sobre o monumento e o valor simbólico que carrega, desde uma perspetiva cultural, antropológica e sociológica (Martins, 2020: 22).

Para terminar, será de referir que os últimos dados recolhidos sobre a Villa dizem respeito a uma publicação na revista *Almadan*, uma notícia no jornal *O Mirante*, outra notícia no *mediotejo.net* e a Dissertação de Mestrado sobre este sítio arqueológico **defendida pelo autor em Dezembro de 2021, com o título “Villa Cardillio – contributo para a história da valorização de um sítio arqueológico”, que serviu de base a este artigo** e que pode ser consultada no repositório da Universidade de Évora. Muito, no entanto, haverá ainda que fazer para melhor compreender o sítio no passado e o valorizar no presente.

5. Bibliografia

- ALARCÃO; J. (1967) – Achados na Vila Romana de Cardílio (Torres Novas). *Arquivo de Beja*. Beja.
- ALARCÃO; J. (1973) – *Portugal Romano*. Lisboa: Ed. Verbo.
- ALFONSO; L. (2012) – *Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*. Tese de Doutoramento.
- CAHYADI; H. (2016) – Integrating Archaeo-tourism with Geotourism Development. in Bantimurung National Park, South Sulawesi Province, Asia Tourism Forum – *The 12th Biennial Conference of Hospitality and Tourism Industry in Asia (ATF-16)*.
- CARVALHO; K. (2010) – Turismo Cultural e Arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do património cultural. *Turismo & Sociedade*. Curitiba.
- CASTELO-BRANCO; F. (1967) – A Arqueologia Nacional e o Turismo. Separata da *Revista “Ocidente”*. LXXIII. Lisboa.
- CONEJO DELGADO; N. (2017) – Villa Cardilio (Torres Novas, Santarém): una revisión desde la Numismática. *Portvgalia*. Nova Série. 38, Porto: DCTP-FLUP.
- COSTA; F. C. R. (1982) – Memória Breve sobre Vila Cardílio. *Nova Augusta*. 2ª Série (2), Torres Novas.
- ENCARNAÇÃO; J. (1986) – *III Congresso Nacional de Turismo* – Documentos. Porto.
- ENCARNAÇÃO, J. (2009) – **A epigrafia do momento: grafitos... a comunicação sedutora**, *Opinione Pubblica e Forme di Comunicazione a Roma: il Linguaggio dell’Epigrafia*. *Atti del Colloquio AIEGL*. Borghesi, 2007. Faenzi: Fratelli Lega Editori.
- ENCARNAÇÃO; J. (1994) – Para uma Gestão Inteligente do Património Arqueológico. *I Curso de Gestão do Património Cultural – Comunicações*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica.
- Lei nº 107, de 08 de Setembro, de 2001.
- MARTINS; A. C. (2020) – Território, comunidade, memória e emoção: a contribuição da história da arqueologia (algumas primeiras e breves reflexões). *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses/CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- MONTEIRO; A. (1999) – A Vila Cardílio. *Nova Augusta*. 2ª Série. 11, Torres Novas.

- MORAIS; L. (2010) – Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local. *XII Colóquio Ibérico de Geografia*.
- OEHMICHEN-BAZÁN; C. (2018) – Archaeology and Tourism. *The Encyclopedia of Archaeological Sciences*.
- PAÇO; A. (1963) – Vila Cardílio, Estação Romana de Torres Novas. *Nova Augusta*. 2. Torres Novas.
- PIRES, A; CADAVEZ, C; HENRIQUES, J. (2020) – *Turismo, História, Património e Ideologia – Diálogos e Memórias*. Câmara Municipal de Cascais e Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA; J. (2017) – *A Valorização de Sítios Arqueológicos Romanos no Alentejo*. ISCTE-IUL. Dissertação de Mestrado.
- SOUSA; J. (1999) – Elementos Culturais de Vila Cardílio. *Nova Augusta*. 2ª Série. 11. Torres Novas.
- SRIVASTAVA; S. (2015) – Archaeotourism: an approach to heritage conservation and area development. *Global Journal of Engineering, Science and Social Science Studies*.
- VIZCAÍNO LEÓN, D; et al. (2013) – La reconstrucción virtual del patrimonio arqueológico al servicio de la divulgación y puesta en valor de la Villa Romana de Liédena (Navarra, España). *Virtual Archaeology Review*. 4, n.º 8.

ANEXOS



Imagem 1 - Escultura de mármore encontrada na Villa Cardillio (retirada do SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico em 31 de Agosto de 2021)

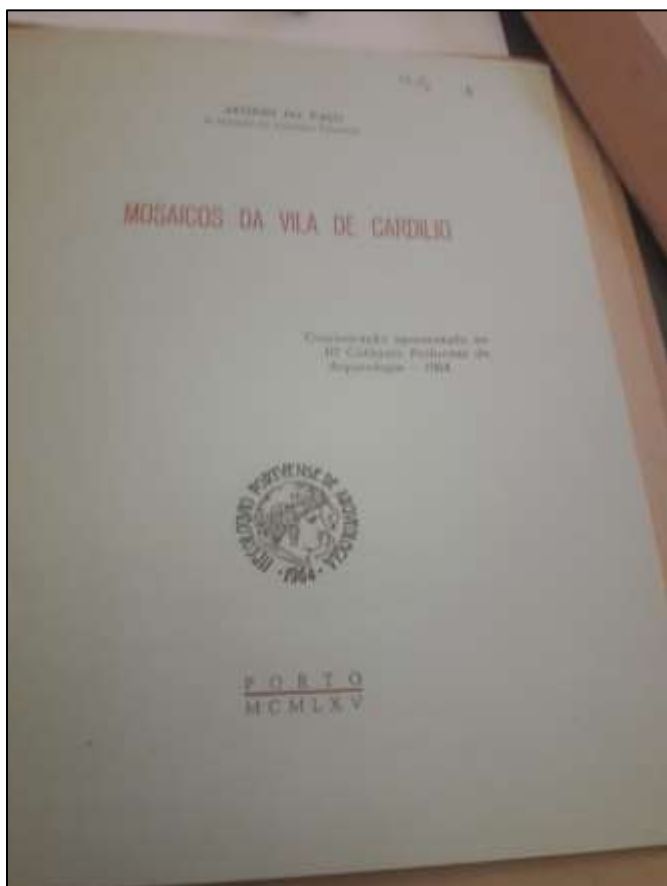


Imagem 2 - Página inicial de “Mosaicos da Vila de Cardilio” de Afonso do Paço (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal)



Imagem 3 - Fotografia do centro interpretativo da Villa Cardillio (retirada da notícia no site do mediatejo.net “Villa Cardílio: As ruínas esquecidas de Torres Novas”, por Cláudia Gameiro e datada de 21 de Janeiro de 2016)



Imagem 4 - Ortofotomapa de 2012 (retirado pelo autor, do SIG do Município de Torres Novas em 2015, vista aérea da zona de implantação da Villa Cardillio junto à estrada real, tracejada a vermelho no mapa)

Arqueologia e salvaguarda do património cultural de Tomar: os casos de Roure Pietra (1815-1874) e de Vieira Guimarães (1864-1939)

João Amendoeira PEIXOTO¹⁸

Ana Cristina MARTINS¹⁹

Resumo

Pedro de Roure Pietra (1815-1874) e José Vieira da Silva Guimarães (1864-1939), dedicam-se ao estudo das origens de Tomar, tendo realizado escavações na região e contactado com estudiosos da sua época.

Apesar de se tratarem de dois arqueólogos pertencentes a dois períodos distintos dos primórdios da arqueologia em Portugal, consideramos de interesse estudar a interação entre ambos, possíveis influências e ações respetivas na salvaguarda do património cultural de Tomar.

Torna-se crucial estudar o contributo destes arqueólogos para a valorização do património cultural, conhecer as gentes que os acompanham nas suas intenções, assim como, entender a importância dos seus trabalhos para o desenrolar dos acontecimentos locais, achados arqueológicos e dinâmica do presente e futuro do território.

Palavras-Chave: Arqueologia, património cultural, Roure Pietra, Vieira Guimarães, Tomar.

Abstract

Pedro de Roure Pietra (1815-1874) and José Vieira da Silva Guimarães (1864-1939), dedicate themselves to the study of the origins of Tomar, having carried out excavations in the region and contacted scholars of his time.

Although they are two archaeologists from two distinct periods from the beginnings of archeology in Portugal, we consider it of interest to study the interaction between both, possible influences and respective actions in safeguarding Tomar's cultural heritage.

¹⁸ CEHFCI – Universidade de Évora. joaoalve1@gmail.com

¹⁹ Ph.D. IHC NOVA FCSH – Pólo Universidade de Évora. acmartins@uevora.pt

It is crucial to study the contribution of these archaeologists to the valorization of cultural heritage, to know the people who accompany them in their intentions, as well as to understand the importance of their work for the unfolding of local events, archaeological findings and dynamics of the present and future of the territory.

Key-words: Archaeology, cultural heritage, Roure Pietra, Vieira Guimarães, Tomar.

1. ENQUADRAMENTO INTRODUTÓRIO

A comunicação *Arqueologia e salvaguarda do património cultural de Tomar: os casos de Roure Pietra (1815-1874) e de Vieira Guimarães (1864-1939)* presente no *IV Congresso de Arqueologia do Alentejo Norte* que acontece em março de 2022, inclui conteúdo incorporado no trabalho de doutoramento em História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora, coordenação da Prof.^a Catedrática Maria de Fátima Nunes, intitulado: *Medicina e Património Cultural em Tomar – o caso de José Vieira da Silva Guimarães*, e orientação da Prof.^o Doutora Ana Cristina Martins.

2. OS PRIMÓRDIOS DA ARQUEOLOGIA EM TOMAR

Sobre este assunto fizemos aproximação no *III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, que decorreu em novembro de 2020, com o título *Vieira Guimarães (1864-1939) e a Arqueologia em Tomar: uma abordagem sobre o território e as gentes*²⁰. Para além de termos apresentado José Vieira da Silva Guimarães²¹ como arqueólogo, realizámos uma breve referência a Pedro de Roure Pietra²², que considerámos obrigatória dada a sua envolvimento na história da arqueologia em Tomar. (Peixoto e Martins, 2020)

²⁰ Vide, a título de complemento, o artigo *Vieira Guimarães (1864-1939) e a Arqueologia em Tomar: uma abordagem sobre o território e as gentes* (Peixoto & Martins, 2020). Sobre este assunto apresentámos conteúdo inédito, incluindo uma participação de José Vieira Guimarães num congresso em 1923, assim como, consideramos que comete uma falha, em nossa opinião, a prova potencial do seu trabalho.

²¹ José Vieira da Silva Guimarães, nasce em Tomar a 13 de agosto de 1864, formado em Medicina na Escola Médico Cirúrgica de Lisboa em 1897, falece em Lisboa a 6 de março de 1939. Realiza um percurso de vida centrado na valorização da terra de onde é natural; participa em diversas associações, academias e sociedades, publica obras literárias, recebe o grau de Comendador da Ordem de Cristo em 1903, é eleito deputado da nação e torna-se professor de História e Geografia no Liceu Camões em Lisboa, ocupa o cargo de diretor da Sociedade Propaganda de Portugal. (Ribeiro, 2012; Peixoto, 2020) A 26 de janeiro de 1902, José Vieira da Silva Guimarães, é admitido na *Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, com a categoria de correspondente e o número de sócio 806.

²² Pedro de Roure Pietra, nasce em Lisboa em 1815, administrador de fábricas em Tomar, agrónomo, político, falece nesta cidade a 26 de maio de 1874. É sócio correspondente n.º 68, junho de 1864, da *Associação dos Arquitectos Civis Portugueses*. (Archivo de Architectura Civil, 1866)

Estamos perante duas individualidades nascidas no mesmo século, mas pertencentes a momentos distintos da arqueologia em Portugal. Através da informação recolhida, encontramos Pedro de Roure Pietra pela primeira vez envolvido em achados arqueológicos em 1856; enquanto sobre José Vieira da Silva Guimarães temos a primeira referência em 1895 a propósito das escavações na Igreja de Santa Maria do Olival em Tomar (Peixoto e Martins, 2020). Por conseguinte, a comunicação que agora apresentamos não se trata de uma repetição de conteúdo, mas de um conhecimento acrescido sobre estes dois arqueólogos, mostrando a intervenção de cada um na salvaguarda do património cultural de Tomar, ao mesmo tempo que permite assistirmos aos acontecimentos em que estão envolvidos e a revisitar os primórdios da arqueologia na região.

A empresa lançada para o estudo da obra e vida de José Vieira Guimarães em 2017, suscitou o interesse em realizar uma investigação sobre a pessoa Pedro de Roure Pietra, fruto do surgimento destes sobrenomes, tão pouco portugueses, em dois locais distintos: na obra *Thomar Santa Iria* (1927) de José Vieira Guimarães, quando este refere que *dois cipos romanos foram oferecidos pelo cidadão Pedro de Roure Pietra*; (Guimarães, 1927: 3) e num artigo publicado na revista *O Panorama*²³ em 1843 sobre a igreja tomarense Santa Maria dos Olivais (ou do Olival), no qual os seus autores mencionam que recolheram a informação junto de *um patrício da villa de Thomar* de nome *Pedro de Roure Pietra*.²⁴ (Carvalho, 1843)

Sobre a arqueologia em Tomar, é necessário relembrar que o século XIX se pauta por um apreço acrescido pela Antiguidade Clássica cultivada por Academias e Sociedades eruditas, com destaque para a *Associação dos Arquitetos Civis Portugueses* (AACP), fundada a 22 de novembro de 1863 por Joaquim Possidónio da Silva²⁵ (1806-1896), que liderava um grupo de professores de arquitetura da Academia Real das Belas-Artes de Lisboa e da Repartição ministerial de Obras Públicas. (Martins, 2013) Teve em Tomar, como sócio correspondente n.º 68, junho de 1864, Pedro de Roure Pietra. (Arquivo de Architectura Civil, 1866; Ministério da Educação Nacional, 1938)

²³ O Panorama, jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, foi um jornal de periodicidade semanal, com o primeiro número editado em 1837 e o último, em 1868.

²⁴ Fruto da investigação lançada, o coautor deste artigo João Amendoeira Peixoto, publicou uma crónica no *Jornal Cidade de Tomar* em 2017 intitulada *O Lavrador que foi Presidente da Câmara de Tomar*, assim como, um e-book em 2020, denominado *Thomar Pietra: segredo de pedra*, onde aborda a vida de Pedro de Roure Pietra. (Peixoto, 2017; Peixoto, 2020)

²⁵ Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), fidalgo e arquiteto da Casa Real, cofundador da *Associação dos Arquitetos Civis Portugueses* em 1863. (Martins, 2013)

A partir de 1871, através da agregação da componente arqueológica, passa a designar-se por *Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses* (RAACAP) (Martins, 2013; Martins, 2015; Martins, 2016; Martins, 2017).

Pedro de Roure Pietra efetua intervenções arqueológicas em Tomar, tendo oferecido, a 4 de abril de 1857²⁶, dois cipos romanos encontrados na *Serrada de João do Coito*²⁷. Neste mesmo ano, toma posse a 1 de novembro como vereador eleito e, entre seis vereadores, é eleito Presidente de Câmara.²⁸ (Rosa, 1941)

Joaquim Possidónio da Silva publica o artigo *Descobrimto da cidade de «Nabancia» em Portugal* em 1881, no Boletim da *Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes*, onde menciona uma escavação que efetua num local a que denomina *Marmeleiro* (Marmelais²⁹), *distante da cidade a dois kilometros*; onde refere efectuar diversos achados arqueológicos, situando no território a mítica *cidade romana de Nabancia*. Relembra igualmente a primeira visita que realiza a Tomar, justificando a presença através da salvaguarda do património:

andava em 1857, por curiosidade própria, percorrendo as províncias para salvar do vandalismo os objectos **artísticos e archeologicos** (...); revelando a descoberta de grandiosas peças de cantaria com molduras perto da igreja de Santa Maria do Olival, que chega a adquiri-las por intervenção do meu finado amigo o archeologo Pedro de Roule³⁰. (Silva, 1881: 152)

De acordo com a página digital do *Património Cultural*, Pedro de Roure Pietra é o primeiro a realizar achados no Cerrado de João do Couto no ano de 1856. (Património Cultural, 2022) Estas intervenções acontecem numa sociedade conservadora que

²⁶ Obtivemos esta informação através dos Anais do Município de Tomar, confirmada através da leitura das atas municipais do ano de 1857, presentes no Arquivo Municipal de Tomar.

²⁷ A Cerrada de João do Couto corresponde a uma porção de terreno próxima do antigo *fórum* romano de Seillium, situado na rua Carlos Campeão em Tomar. De acordo com a página digital do Património Cultural, a primeira referência a achados no local é de 1856, tendo Pedro de Roure Pietra descoberto duas inscrições, sendo que o mesmo autor recolheu quatro bases de colunas no mesmo local em 1863. (Património Cultural, 2022)

²⁸ Por decreto n.º 23 de 16 de maio de 1832, dentre os vereadores um era eleito presidente da câmara. A proximidade temporal destes dois momentos, a oferta dos cipos romanos e a eleição camarária, leva-nos a questionar sobre a ligação destes acontecimentos, considerando que Pedro de Roure Pietra se apresenta na sociedade tomarense como alguém interessado no seu património cultural, inovador na exploração do território através da arqueologia.

²⁹ Lugar de Marmelais, pode ser subdividido atualmente em Marmelais de Baixo e Marmelais de Cima, localizado na antiga freguesia de Santa Maria dos Olivais, hoje pertencente à União de Freguesias de Tomar.

³⁰ Queremos salientar que Pedro de Roure Pietra é mencionado como *archeologo*. À imagem do artigo de 1863, em 1881 é cometido o mesmo erro gráfico: *Roule* em vez de *Roure*.

questionava este tipo de práticas. O estudo da vida deste arqueólogo, permite-nos perceber que pertence a uma família influente na sociedade nabantina através da indústria com forte capital económico, social e cultural. Contexto familiar que agiliza esta sua atividade científica e cultural ao longo da vida que queremos abordar com minúcia a partir da troca epistolar mantida com Possidónio da Silva.

3. O ARQUEÓLOGO ROURE PIETRA E A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL DE TOMAR

Pedro de Roure Pietra chega a Tomar, onde se estabelece, na companhia da sua família³¹, fruto dos negócios familiares que ali prosperam. O seu tio Francisco de Roure, propôs construir uma fábrica de papel no sítio do Prado em 1823, tendo inclusive contratado um mestre genovês de nome Bartolomeu Testa e outros italianos, *afim de conseguir que na mesma Fábrica se manufacture bom papel*. O negócio é posteriormente vendido a Silvestre Shiappa Pietra³² (1773-1860), casado com Maria de Roure, irmã do antigo proprietário. (Ruas, 2014; Carreira, 2016)

A 30 de maio de 1842, a Câmara de Tomar patrocinou a sua majestade a Rainha de Portugal, uma representação dos proprietários das sete fábricas de Tomar, que empregavam cerca de 650 pessoas, contra *os infaustos tratados de 1810* da Grã-Bretanha; nela constam o administrador da Fábrica de fiação de algodão, Silvestre Schiappa Pietra e o administrador da fábrica de papel do Prado, Pedro de Roure Pietra. (Rosa, 1967; Rosa, 1982)

Tal como tínhamos referido, encontramos o seu nome a colaborar como informador dos autores das crónicas do jornal literário *O Panorama* em 1843, sobre a igreja de Santa Maria dos Olivais (ou do Olival). *A curiosidade patriótica*, segundo os autores³³ de *O Panorama*, o Sr. Pedro de Roure Pietra, que *leu e percorreu* o precioso documento, conseguindo o que os próprios não conseguiram ter acesso, revelando ser *patricio da villa de Thomar*. (Carvalho, 1843) Pedro de Roure Pietra participa igualmente com publicações suas, no período temporal entre 1842 e 1844, na *Revista Universal*

³¹ Filho de Silvestre Schiappa Pietra e de Maria Anne Leonor de Roure; tem como irmãos Maria Miquelina, Maria Henriqueta e Henrique.

³² Silvestre Schiappa Pietra (1773-1860), industrial, natural de Pernes, filho do genovês Pedro Schiappa Pietra. (Custódio e Santos, 1990; Peixoto, 2020)

³³ Os quatro artigos destinados à igreja de Santa Maria dos Olivais são assinados por João da Cunha Neves e Carvalho, sobre quem faremos referência adiante neste artigo.

*Lisbonense*³⁴, onde intervêm vários intelectuais da época tais como Alexandre Herculano e João da Cunha Neves e Carvalho ³⁵(1784- 1856), sendo identificado como *Lavrador*³⁶.

Nos artigos que escreve demonstra conhecimento sobre a fabricação de açúcar e manteigas, explanando processos de fabricação e utensílios. Numa crónica dedicada à fabricação de açúcar de beterraba, Pietra apresenta a sua opinião sobre o *estado da arte*³⁷ naquele ano:

Animar a indústria e a agricultura é por todos conhecido ser a única maneira possível para se tirar Portugal do empobrecimento e da miséria; é numa palavra abrir novas e inesgotáveis fontes de riqueza, que substituam as outras que tivemos e que estancaram por uma vez. O governo, porém, a quem isso cumpria, não cura de tal; e aos particulares que estão no caso de o poderem fazer, também tal não importará enquanto corroer as entranhas a este pobre país o cancro da agiotagem. (Pietra, 1843)³⁸

Como resposta à publicação de *Memória sobre o Convento de Cristo em Tomar* (Carvalho, 1842) pela Sociedade Propaganda dos Conhecimentos Úteis, da autoria de João da Cunha Neves e Carvalho, Pedro de Roure Pietra publica uma crítica na Revista Universal Lisbonense sobre esta obra. Intitulada *Resumo de uma carta: O Convento da Ordem de Christo em Thomar*, demonstra a sua opinião sobre a degradação do Convento de Cristo, identifica o autor João da Cunha Neves de Carvalho e apela a uma tomada de decisão para preservar o monumento que poderia passar pela ocupação do

³⁴ A Revista Universal Lisbonense é de publicação generalista, absorvendo diversos assuntos desde a agricultura, curiosidades, notícias enviadas pelos leitores, tendo dado início em 1841 e terminado em 1853. Várias personalidades distintas da época que nela participaram, tais como Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Bulhão Pato, Jacinto Amaral Frazão entre outros.

³⁵ João da Cunha Neves e Carvalho (1784-1856), natural da vila de Barcelos. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra e desembargador da antiga Casa da Suplicação, dedicou-se à advocacia e à história. Foi sócio da Academia das Ciências de Lisboa e do Instituto Histórico Geográfico do Brasil.

³⁶ Consideramos que os artigos que desenvolve para esta revista, refletem o seu conhecimento, dedicação e compromisso como agrónomo e intelectual, disfrutando de uma destreza de escrita que lhe é um útil instrumento.

³⁷ A participação de Pedro de Roure Pietra na imprensa nacional tem grande atividade entre 1842 e 1844; altura em que António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889), futuro conde de Tomar em 1845 e posteriormente marquês em 1878, restabelece a Carta Constitucional, sendo ministro do Reino desde fevereiro de 1842, impondo uma governação, até à Revolução Maria da Fonte em 1846.

³⁸ Queremos aqui assinalar a sua contestação contra a governação do ministro António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889) no que toca às necessidades do tecido industrial e agrícola.

monumento por uma entidade que lhe atribua utilidade e assegure restauro³⁹: *a casa ajudará à instrução e edificação dos eclesiásticos recolhidos sob as suas abóbadas inspiradoras, (...) em recompensa para que a ruína (...) não só mude mas desapareça* (Pietra, 1843b)

Desta forma, deparamo-nos com alguém que se envolve publicamente com os intelectuais do seu tempo, opinando na imprensa nacional acerca da salvaguarda do património cultural anos antes do seu encontro com Posidónio da Silva em Tomar.

A partir de 1843-1844, de acordo com Jorge Custódio (2012), quando Costa Cabral ocupa o convento, acontece uma campanha de restauro da igreja manuelina levada adiante pelo próprio e *sancionada* por D. Fernando II, ao exercerem pressão junto dos ministérios do Reino, das Obras Públicas e das Finanças. Assiste-se então ao regresso das tábuas à Charola e à reintegração de quatro pinturas restauradas pela Academia Real de Belas Artes. Esta campanha abrangia ainda uma campanha de obtenção de apoio financeiro para a reutilização da igreja e valorização patrimonial, onde estão incluídos o castelo, a Charola, a janela do Capítulo e o claustro D. João III. Jorge Custódio salienta que este processo demonstra um caso em que a *valorização patrimonial concorre para a salvaguarda e conservação do monumento e para o regresso do património deslocado*. (Custódio, 2011, 564)

Entre março e abril de 1846, uma contestação popular no Minho, liderada por Maria da Fonte, fruto da proibição de enterros nas igrejas confinando os mesmos aos cemitérios, levou a novos protestos, ganhando contornos de revolta, leva ao surgimento de grupos de guerrilha, onde participam absolutistas e setembristas. António da Costa Cabral segue para o exílio, e assiste-se à Guerra da Patuleia⁴⁰ que se prolonga até ao ano seguinte. Durante esta guerra civil, Pedro de Roure Pietra surge

³⁹ De acordo com a informação que recolhemos da autoria de Pedro de Roure Pietra, consideramos que não simpatiza com o fim das ordens religiosas, considerando que a extinção das mesmas levou ao abandono dos monumentos, dando como exemplo o Convento de Cristo.

As ordens religiosas foram extintas por decreto de 25 de maio de 1834 e por decreto de 14 de julho de 1834, foram os bens das mesmas postos à venda. O Convento de Cristo, que figura na lista n.º 318: N.º 122, “A cerca do sobredito convento denominada Quinta dos Sete Montes, e é toda murada”; tendo sido colocado à venda em 7 de novembro de 1837 por 5000\$000. António da Costa Cabral, foi o seu comprador, tendo posteriormente o seu neto Conde Bartolomeu da Costa Cabral em 1934 vendido ao estado por 560 contos. (Rosa, 1982) De acordo com Jorge Custódio (2012) a venda a Costa Cabral, acontece em 1843-1844, e incorpora uma parte significativa da área de clausura: duas quadras do Claustro dos Corvos e a cerca conventual. (Custódio, 2012)

⁴⁰ Na sequência dos acontecimentos da revolta popular acontece uma guerra civil em 1847, designada Patuleia ou Guerra da Patuleia, entre cartistas (defensores de Costa Cabral) e setembristas.

como comandante da *Companhia de Voluntários de Tomar*⁴¹, uma guerrilha da qual consideramos ser um dos principais organizadores. (Rosa, 1982)

Entretanto, o historiador Manuel de Guimarães, num trabalho dedicado à *Academina Philamonica Thomarensis* (1843-1850), revela-nos a participação de Pedro de Roure Pietra como secretário nas primeiras direções e presidente na quinta direção em novembro de 1845, surgindo inclusive como autor de peças musicais, manifestando que a academia é vítima da perturbação social em 1847 que só permitiria o reatamento da atividade em 1850. Manuel Guimarães refere que, neste período, o padre Miguel de Carregueiros *ataca no púlpito*, apelando ao apedrejamento da casa da Guarda Nacional, enquanto permite guardar na sua residência um arsenal de armas. A prisão de um jovem, que tinha sido visto na companhia de Pedro de Roure Pietra, é descrita como *desertor fillado na guerrilha de Pedro de Roure*. Manuel Guimarães defende que Pietra é nesta altura protegido pela posição social e económica da família. (Guimarães, 1982) Importante ressaltar que, à época, a Fábrica de Papel do Prado estava situada na freguesia de Carregueiros.⁴²A força militar dirigida por Pietra marca posição na região de Tomar, com destaque na zona da Serra de Tomar e Olalhas, no entanto, com as vitórias dos cartistas no Reino, em Tomar é organizado um grupo armado pela Administração do Concelho que irá avançar sobre os Setembristas; entrincheirados na Fonte de D. João são repelidos em maio de 1847, após duros combates. (Rosa, 1982)

Após um período de vida em que Pedro de Roure Pietra participa ativamente numa linha de publicação e participação na sociedade que seguia a dinâmica do romantismo e positivismo do século XIX, a guerra altera o seu percurso, a sua posição na salvaguarda do património parece manter-se.

Em 1848, na companhia de Abreu Moniz Serrão, investe na reabilitação da Ermida da Imaculada Conceição em Tomar (Ermida de Nossa Senhora da Conceição), em cujo interior se encontra uma placa identificando a data de origem do monumento (1572), da profanação pelos invasores franceses de 1810 e da respetiva reabilitação em 1848. (Figura 1)

⁴¹ Grupo armado, possivelmente organizado por Pedro de Roure Pietra, que consideramos ser setembrista.

⁴² Como prova da possível ligação deste padre Miguel e Pedro de Roure Pietra, encontramos uma certidão de casamento de Nicolas Testa (filho de Bartolomeu Testa) e Inocência Maria em junho de 1844, onde Pedro de Roure Pietra é padrinho, assinada pelo *Prior Miguel Nunes*. (Tombo, 2022)

Após a guerra civil de 1847, a reputação de Pedro de Roure Pietra sai fragilizada pela derrota dos setembristas e pela guerrilha que tinha liderado nesta contenda. Não obstante, o empenho na reabilitação da ermida, para além de comprovar uma saúde financeira, é motivada pela necessidade de marcar posição perante a sociedade tomarense no que toca à salvaguarda do património cultural, possivelmente perante os acontecimentos ocorridos no Convento de Cristo⁴³ onde são colocadas em prática ações de restauro pelo Conde de Tomar, o seu inimigo cartista. Prova daquela fragilidade e possível exclusão social, será o fim da conceituada *Academia Philharmonica Thomarensis* (1843-1850), a tentativa de criação da *Sociedade Philarmónica Thomarensis* (1851) em cujas votações Pedro Pietra é eleito Vice-Presidente por escassos quatro votos, e a criação de outra sociedade em 1853 por nome *Assemblea Philharmonica Thomarensis* (1853-?) cuja lista de sócios fundadores é encabeçada pelo Conde de Tomar, não marcando presença nenhum dos irmãos Roure Pietra. (Guimarães, 1982)

Em 1856/1857, volta a envolver-se na política local, agora como presidente de câmara eleito. Durante a sua administração adota um conjunto de *posturas municipais*, assim como dirige um pedido a El-Rei para que a *diretriz férrea da linha do norte* passasse por Tomar, o que *era um meio eficaz de promover a sua futura prosperidade*. (Rosa, 1982, 95) Após este curto período de participação camarária, volta a afastar-se, por razões ainda não totalmente esclarecidas.

Como já tínhamos feito referência, Pedro de Roure Pietra surge como sócio correspondente número 68, em junho de 1864, da *Associação dos Arquitetos Civis Portugueses* (AACP).⁴⁴ Fruto das escavações que Pedro de Roure Pietra coloca em marcha em Tomar no início da segunda metade do século XIX, como sócio correspondente da AACP, estabelece contacto com Possidónio da Silva.⁴⁵ Tivemos a possibilidade de analisar algumas das cartas⁴⁶ escritas por Pietra (Peixoto, 2020a), que contextualizam o seu percurso como arqueólogo. Uma destas cartas, datada 1864⁴⁷, informa Possidónio da Silva sobre a publicação de artigos na *Gazeta de Portugal*⁴⁸, relacionados com a história de Tomar e D. Gualdim Pais⁴⁹, da autoria do próprio Pedro

⁴³ *Vide supra*.

⁴⁴ Encontrámos igualmente como sócio número 168, António Bernardo da Costa Cabral, *sócio amador* de 29 de maio de 1866. (Ministério da Educação Nacional, 1938)

⁴⁵ Vide página 27 do e-book *Thomar Pietra: segredo de pedra* (Peixoto, 2020), inclui as respetivas cartas.

⁴⁶ Vide Anais UAMOC, volume I.

⁴⁷ Numeradas como n.º 2258 e n.º 2254, por Garcez Teixeira.

⁴⁸ *Gazeta de Portugal* (1862-1867), jornal fundado por António Augusto Teixeira de Vasconcelos.

⁴⁹ Inclui dois artigos dedicados a D. Gualdim Pais, publicados a 27 e 28 de fevereiro de 1863, assim como, quatro artigos sobre a história de Tomar, publicados a 9, 14, 19, 26, 27 e 28 de maio de 1863.

de Roure Pietra e que tivemos já oportunidade de consultar na íntegra. Queremos salientar, no presente contexto, que Pietra confirma que em 1863 a lápide fúnebre de D. Gualdim Pais, mencionada no Tomo III da obra *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares* (1712) pelo padre António Carvalho da Costa (1650-1715), se encontra em parte incerta.⁵⁰

Sobre as duas cartas de 1864, elas referem-se à igreja de Santa Maria dos Olivais em Tomar, com achados de estelas na zona envolvente ao monumento, local da necrópole medieval, salientando a importância de se realizar uma escavação no local.

Sobre este último assunto, julgamos estar associada a notícia publicada no primeiro número do *Archivo de Architectura Civil - Jornal dos Architectos Portuguezes e Archeologos* (número 1 de 1865), onde consta que *o Nosso digno sócio correspondente o Exmo. Sr. Pietro, offereceu igualmente para o nosso museu archeologico, tres pedras que serviram de cabeceiras às sepulturas dos cavalleiros templarios em Thomar; sendo estas pedras as únicas que escaparam ao vandalismo do furor estúpido dos destruidores dos monumentos nacionaes.* (Archivo de Architectura Civil, 1865: 16) Informação que coincide com a carta n.º 2258 de 1864, onde Roure Pietra se lamenta da destruição de estelas medievais pela *Junta da Parochia* de 1836.

Outras duas cartas, a n.º 281 e n.º 300, ambas identificadas por Garcês Teixeira como pertencentes ao *Tomo III*, de 1866 e 1867, apresentam novamente como tema central a Igreja de Santa Maria dos Olivais. Roure Pietra questiona sobre o seu pedido para as escavações, menciona a aquisição de uma estela *em perfeito estado de conservação*, opinando ainda, de modo desassombrado, sobre o museu arqueológico fundado por Possidónio da Silva em 1864, o Museu Arqueológico do Carmo (MAC): *Ouçõ que se cuida aí em nova sociedade arqueológica. Eu depois que vi o que são museus arqueológicos, perdi o furor, porque entendo que neste país não é possível levar a efeito coisa que boa seja: tudo são misérias.*

⁵⁰ De acordo com Roure Pietra, a lápide é colocada no *tempo do sr. rei D. Manuel (...) collocando uma inscripção na parede, que o padre Carvalho diz ter visto, mas que ainda até hoje não foi possível descobrir.* (Pietra, 1863: 1)

Este elemento dedicado ao mestre templário, viria a ser redescoberto por José Vieira Guimarães durante as escavações de 1895 na Igreja de Santa Maria dos Olivais.⁵⁰

Segundo Pietra, foi descoberta uma moeda de ouro pertencente à era suevo-visigoda: *Uma moeda d'ouro de Shindavitho*⁵⁰ assim como de que *foram desenterradas as bases de quatro enormes columnas.* (Pietra, 1863b: 1)

Assinala igualmente a presença da inscrição *STEFANI*, que ainda hoje está visível, ao mesmo tempo que discorre sobre os sepulcros medievais, lembrando que, em Santa Maria dos Olivais, se encontravam *os mausoléus de D. Gualdim Paes e de outros mestres da Ordem do Templo, esses quebraram tudo, e sumiram os ossos de tal modo, que me não tem sido possível descobrir o local onde foram metidos.*

Na carta n.º 378⁵¹, Roure Pietra volta a mencionar os cipos romanos, dando a informação a Possidónio da Silva de que os mesmos irão *brevemente*, até porque, na carta n.º 300⁵², de 2 de maio, informara que a Câmara Municipal de Tomar os *cedera* para o museu arqueológico de Possidónio da Silva. De igual forma, Pedro de Roure Pietra envia nesta carta *a cópia e a interpretação* dos dois cipos. Na verdade, pertencendo a AACP e encontrando-se instalado nas ruínas da antiga igreja do Carmo de Lisboa, sede associativa, o MAC funcionava como uma espécie de museu de salvados, de resgate do património nacional. (Museu do Carmo, 2022) O jornal da AACP, número 7 de 1866, 1.ª série, revela-nos parte deste museu, onde surgem três peças procedentes de Tomar: um *marco* romano, uma cabeça de madeira e um túmulo medieval. (Arquivo de Architectura Civil, 1866) (Figura 2) Sobre o elemento romano, ele *foi encontrado numa quinta de Thomar, e entregue pelo proprietário á camara municipal daquela cidade, que o cedeu ao nosso museu.* (Arquivo de Architectura Civil, 1866: 109-110) Segundo esta publicação refere-se ao imperador *Marco Aurélio*, pelo que, tendo em consideração o que escrevemos sobre a carta n.º 378 de Roure Pietra, e coincidindo com a informação que faculta sobre o nome do imperador, corresponde a um dos dois cipos romanos enviados para o MAC.

A 26 de maio de 1874⁵³, com 59 anos, solteiro e sem descendentes, Pedro de Roure Pietra falece em Tomar, na cidade que adotou como sua. (Tombo, 2020)

⁵¹ Esta carta, de acordo com Garcês Teixeira, apresenta a lápis a data de 1868, no entanto, consideramos ser 1866, pois se refere aos Cipos que são enviados neste ano. A ata de 1 de maio de 1866 da Camara Municipal de Tomar considera que o *dito Museu é o local mais apropriado para todas as antiguidades do nosso país* (Guimarães, 1927:4), referindo que irá informar Pedro de Roure Pietra sobre a decisão do envio dos cipos. Roure Pietra, assina a carta não 378, a 7 de maio de 1866, já informado.

⁵² Sobre a data apresentada de 1867, por Garces Teixeira, mais uma vez, consideramos ser de 1866, assinada a 2 de maio, o dia seguinte da decisão de envio dos cipos na sessão camarária de 1 de maio de 1866. Para um melhor entendimento desta situaao o livro *Thomar Sta. Iria* de José Vieira Guimarães é uma mais valia, inclui na integra a ata camarária de 1 de maio de 1866. (Guimarães, 1927:4)

⁵³ A 4 de junho de 1873, foram entregues os convites para levar as varas do Pálio da *Procissão do Corpo de Deus* em Tomar, no entanto, à imagem de outros anos, Pedro de Roure Pietra não se encontra entre os participantes, sendo que o irmão Henrique marca presença. (Rosa, 1967b)

Na sessão de Câmara de 10 de dezembro deste mesmo ano, o seu nome surge a liderar a lista da Freguesia de Tomar, nas *Actas* das eleioes das Juntas de Paróquias, para o bienio 1874-1875. (Rosa, 1967b)

4. O ARQUEÓLOGO VIEIRA GUIMARÃES E A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL DE TOMAR

No ano e mês em que Pedro de Roure Pietra faleceu, José Vieira da Silva Guimarães tem nove anos de idade.

No *III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses* em 2020, na comunicação que apresentámos sobre José Vieira Guimarães abordámos dois assuntos de relevância na história da arqueologia em Tomar: a investigação na igreja de Santa Maria dos Olivais com a colaboração de Manuel Henrique Pinto⁵⁴ (1853-1912) e José da Silva Magalhães⁵⁵, na descoberta da lápide parietal do túmulo de D. Gualdim Pais⁵⁶; e a localização de Seilium na região nabantina. (Guimarães, 1927)⁵⁷

Ao conteúdo apresentado em 2020 (Peixoto e Martins, 2020), queremos adicionar agora a informação que o autor Amorim Rosa⁵⁸ (1900-1976) nos fornece no segundo volume da obra *História de Tomar* (1965), quando se refere ao *23.º Mestre*, D. Lourenço Martins: *faleceu a 1 de Maio de 1308, sendo trasladado para Santa Maria do Olivais, onde o Dr. Vieira Guimarães descobriu a sua laje tumular (...).* (Rosa, 1965: 52) Embora o momento temporal da descoberta desta segunda lápide não nos é facultado, consideramos ser posterior a 1895.

O percurso de vida de Vieira Guimarães leva-o a envolver-se em conflitos locais. Após terminar o curso na Escola Médico Cirúrgica de Lisboa em 1897, instala consultório em Tomar. No entanto, as lides políticas terão contribuído para que desenvolvesse inimizades pessoais no final do século, ao ponto de ser ridicularizado num dos dois jornais *da terra*. Acontecimento que terá contribuído, em parte, para o seu empenho na redação de uma obra que o valorizasse: *A Ordem de Christo* (1901). Pese embora todos os

⁵⁴ Pintor naturalista, elemento do *Grupo O Leão* e próximo de José Malhoa, ambos pintores do primeiro naturalismo português, que em 1895 cumpria funções como diretor da Escola de Desenho Industrial Jácome Ratton em Tomar desde 1888, ano em que ocupa o lugar do seu falecido amigo Cipriano Martins, outro elemento do *Grupo O Leão*.

⁵⁵ Arquiteto tomarense e irmão do fotógrafo e editor António da Silva Magalhães (1834-1897).

⁵⁶ Sobre este assunto apresentámos um texto inédito de Vieira Guimarães no *III Congresso Internacional de História Local: conceitos, práticas e desafios na contemporaneidade*, onde surge a seguinte consideração: (...) *d' este inclito mestre; e também d' esse túmulo, nos parece ser o leão e um lado que se vê na base da torre da Igreja de São João Baptista* (Peixoto, 2019: 8)

⁵⁷ Demonstrámos, então, que participa no congresso misto de Salamanca em 1923 e localiza Seilium em Tomar onde passaria a via romana entre Scalabis a Aeminium.

⁵⁸ Natural de Tomar, historiador, militar e político. Autor de várias obras dedicadas à história nabantina. Neto do médico João Maria de Sousa, outro elemento dedicado à história de Tomar, sobre quem já tivemos a oportunidade de abordar no *IV Congresso de História Local: conceitos, práticas e desafios na contemporaneidade* em outubro de 2020.

diferendos, a verdade é que, logo no ano seguinte, é convidado para o cargo de *representante em Thomar do concelho dos monumentos*⁵⁹, onde desempenha esta função na companhia de Manuel Henrique Pinto, assim como, a sua integração no conselho dos monumentos coincide com a entrada na (agora redenominada) Real ACAP (vide supra).⁶⁰

De acordo com Jorge Custódio (2011), Vieira Guimarães é proposto para vogal correspondente do Conselho dos Monumentos Nacionais por Pedro d'Ávila⁶¹(1832?-1904), com quem *trabalhou no apoio ao projecto e orçamento do claustro principal* ⁶²(1900-1902) do Convento de Cristo. No litígio que então se estabelece em seu redor, o médico nabantino propõe reintegrar a cozinha e o refeitório na parte visitável do Monumento, processo que se delongará, finalizando já em plena I República. Posteriormente, Vieira Guimarães irá defender a criação de um museu arqueológico neste mesmo refeitório. (Custódio, 2011: 319)

Ainda neste contexto, assinalamos uma carta enviada a Augusto Fuschini (1846-1911), *presidente da Comissão Executiva dos Monumentos Nacionais* por Luís Caetano Pedro d'Ávila, datada de 1 de maio de 1901, com o assunto *Apreciação de um local para uma cadeia provisória em Thomar*.⁶³ Neste documento, Pedro d'Ávila revela que Vieira Guimarães o acompanha e de que trocam informações sobre o Convento de Cristo, considerando o próprio que o monumento apresenta condições deficitárias para o efeito pretendido. Revela que o médico concorda com esta sua opinião tendo-o encaminhado até à Várzea Grande em Tomar, onde existe uma capela de invocação a S. Sebastião, pertencente à Câmara Municipal, que considera ter condições para alojar

⁵⁹ Conselho dos Monumentos Nacionais, criado em 1902 pela Monarquia Constitucional, precede duas instituições similares (a Comissão dos Monumentos Nacionais e o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais), tem por objetivos informar sobre ameaças à conservação dos monumentos, propor obras de reabilitação e monumentos para classificação, colaborar com as autoridades na conservação e restauro efetivos, documentar e inventariar os bens móveis. (Custódio, 2011: 365)

⁶⁰ É no vórtice desta contenda que, em 1903 é agraciado com o *grau de Commendador da Real Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Christo*, tendo esta nomeação surgido na sequência da publicação da obra *A Ordem de Christo* (1901) (Ribeiro, 2012: 14)

⁶¹ Luís Caetano Pedro d'Ávila, engenheiro-militar e arquiteto.

⁶² Tivemos a possibilidade de consultar uma carta referente ao *orçamento por estimativa para o restaurar o bello claustro da renascença/ da Roma Moderna de D. João 3º (vulgarmente chamado dos Fillipes) em Thomar*; e queremos destacar a designação apresentada que se enquadra com a assumida por José Vieira Guimarães: o Claustro D. João III.

⁶³ Pedro d'Ávila refere que foi a Tomar, a pedido do presidente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, Augusto Fuschini (1846-1911), a *procurar o Sr. Doutor Vieira Guimarães, para conjuntamente com este Srº examinar o local para onde a Camara Municipal de Thomar deseja mudar as cadeias civis no Convento de Christo aos 20 d' Abril*. (Torre do Tombo, 2020)

peças e ser uma possibilidade para o efeito de cadeia provisória. (Torre do Tombo, 2020)

José Vieira Guimarães escreve igualmente *ao presidente da comissão executiva do Conselho de Monumentos Nacionais*, Augusto Fuschini, carta de 11 de maio de 1902, a agradecer por ser nomeado representante em Thomar do Conselho de Monumentos, dando início às suas funções como vogal. Nesta mesma carta, refere-se ao Convento de Cristo, *o mais rico e patriótico dos monumentos de Portugal*, onde após enaltecer o mesmo e questionar sobre o paredeiro de *dinheiros*, apresenta uma situação relacionada com um *chefe de cantoneiros*, um *excelente empregado* que esteve em vias de ser transferido, terminando com uma lista de apontamentos prioritários referentes a partes do Convento de Cristo e castelo, em concreto: *Torre de Menagem, Claustro da Lavagem, Claustro do Cemitério, antiga entrada dos Templários para o castello, Charola, corredor das enfermarias, Claustro da Hospedaria*; acrescentando necessidades que envolvem todo o complexo monumental, tais como *limpeza de cantarias e extinção de raízes, ervas e plantas daninhas*. Termina, considerando-as *reparações urgentes*. (Torre do Tombo, 2020)

Augusto Fuschini documenta a 9 de junho de 1902, em folha timbrada pelo Conselho Superior de Monumentos Nacionais, a lista de trabalhos propostos por José Vieira Guimarães: *Nota de pequenas reparações de que carece o extinto Convento de Christo*.

(Torre do Tombo, 2020)

A Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionais tinha na sua missão ser mais eficaz na sua ação sobre a conservação dos monumentos, pelo que a contratação de funcionários do Ministério de Obras Públicas fosse de ter em consideração. (Custódio, 2012) Sobre este assunto, Vieira Guimarães, em colaboração com Manuel Henrique Pinto, propôs a conservação do Convento de Cristo a um *chefe de conservação do distrito* remunerado pela entidade pública. De acordo com Jorge Custódio (2011), Vieira Guimarães e Henrique Pinto *souberam entender as exigências constantes da defesa do monumento contra os constantes actos de vandalismo e as exigências quotidianas de manutenção*. (Custódio, 2012: 322) Após consultarmos a carta manuscrita por José Vieira Guimarães, de 1 de novembro de 1902, a escolha do empregado José António Baptista Ribeiro é acompanhada de um breve resumo dos seus préstimos e qualidades: *este cuidadoso empregado nas horas de menos serviço nas estradas empregava os seus subordinados em limpezas, desentulhos (...) tal era o amor e interesse com que cuidava d' esta sagrada relíquia (...)*. (Torre do Tombo, 2020) A proposta é aceite, tendo Baptista

Ribeiro começou a desempenhar as suas funções no Convento de Cristo, exercendo-as entre 1904 e 1906 e, ficando a residir no 1.º piso do Claustro da Hospedaria, na designada *Casa do Fâmulos*. (Custódio, 2011: 323)

No âmbito de uma excursão científica da Sociedade de Geografia de Lisboa ao Convento de Cristo (1905), Vieira Guimarães publica a obra *A Missão de Portugal e o Monumento de Thomar*. Podemos descrever este livro como um discurso de encerramento da excursão, onde a ligação entre a história de Tomar e os seus monumentos é colocada em evidência através de uma abordagem histórica na qual outros acontecimentos e construções da humanidade são trazidos para comparação e elevação dos feitos nacionais. (Guimarães, 1905) Encontrámos uma notícia sobre esta excursão na revista *A Construção Moderna*, N.171, de 10 de julho de 1905, onde, em tom de elogio público, Vieira Guimarães é apresentado e analisada a sua intervenção onde *fez resumir em lucida conferencia tudo quanto escreveu, tudo quanto sabe, acerca do Convento de Christo em Thomar*. (Mattos, 1905: 115)

De acordo com os dados por nós recolhidos até ao momento, constata-se que ser Vieira Guimarães alguém com uma **apetência especial para acompanhar visitas** ('excursões', como então se designavam) aos monumentos que conhece com maior profundidade, expressando-se por vezes de forma efusiva, opinando, sempre que necessário, sobre assuntos em debate, pugnando, em permanência, pela valorização do património cultural e assim suscitar novas sensibilidades junto dos mais diversos públicos.

Da mesma forma, as obras que publica parecem incorporar esta mesma capacidade. Disso é exemplo a sua opinião incluída na revista *A Construção Moderna* sobre o livro *A Missão de Portugal e o Monumento de Thomar*: *Ainda toda a obra deixa em nós o desejo de estudarmos tendo em conta a technica coeva e, sob esse ponto de vista é uma mina que pode desentranhar-se em trabalhos cheios de interesse acerca do Convento de Christo de Tomar*. (Mattos, 1905: 117)

A 2 de maio de 1905⁶⁴, José Vieira Guimarães informa Augusto Fuschini sobre a estrada de ligação entre Tomar e o Convento de Cristo que se encontra em estudo, destacando a passagem pela igreja de Nossa Senhora da Conceição, *monumento precioso pela sua architectura e fabrico*, no sentido de *respeitosamente relembrar* que a mesma contorne o

⁶⁴ De acordo com o *Livro de Actas das Sessões da Câmara de 1903 a 1905*, através do Vice-Presidente Luís Delgado da Silva, na sessão de 6 de abril, *foi proposto e aprovado, que em lugar do estudo da projectada Avenida para o Convento de Cristo, se representasse ao Governo de Sua Magestade solicitando o mesmo estudo e construção da mesma Avenida*.

Convento de Cristo: *dando a estrada esta pequena volta grande embelezamento (...) e realça dá à já de si elegante igreja.* (Torre do Tombo, 2020)

De acordo com a autora Ana Margarida Ribeiro, é publicada no jornal *A Verdade* de 25 março de 1906 a notícia *Estrada para o Convento de Cristo*. Nela se realça que o Vieira Guimarães consegue junto do Ministério das Obras Públicas a *dotação de 1.000\$00* para a construção da supracitada estrada. Sendo da sua a responsabilidade os melhoramentos nela realizados, o seu nome ser-lhe-ia atribuído: Avenida Dr. Vieira Guimarães. (Ribeiro, 2012)

O envolvimento do médico nabantino na valorização do Convento de Cristo é contínuo durante do século XX até ao seu falecimento em 1939. O início do restauro do Claustro D. João III em 1901, por iniciativa de Augusto Fuschini, que atribui o projeto ao arquiteto Pedro d'Ávila auxiliado por Vieira Guimarães e Manuel Henrique Pinto, abre caminho a um conjunto de ações em que estará envolvido. Segundo Jorge Custódio (2011b), o projeto é bastante preciso, podendo integrar-se *no modelo de "restauro arquitectónico" definido por Camillo Boito.* (Custódio, 2011b: 673) No entanto, o falecimento de Pedro d'Ávila em 1904 e de Manuel Henrique Pinto em 1912, conduzem a atrasos significativos e a uma interrupção das obras desde a morte do pintor Henrique Pinto.

O restauro do claustro principal do monumento envolveria problemas arqueológicos dado estarem presentes duas construções quinhentistas da autoria de dois arquitetos distintos, João de Castilho e Diogo de Torralva. (Custódio, 2011b) Os estudos de José Vieira Guimarães e do historiador Garcês Teixeira⁶⁵, que trabalham em conjunto, permitem um maior entendimento do monumento, pelo que podemos vislumbrar um conjunto de obras da autoria do médico nabantino em torno deste assunto: *O sexcentenário da Ordem de Cristo*⁶⁶ (1919), *Thomar: noticia histórico-archeologica e artística do Monumento de Christo e das Igrejas de Santa Maria dos Olivais, de Santa Iria e de S. João* (1929), *O Claustro de D. João III em Thomar* (1931) e *O poema de pedra de João de Castilho em*

⁶⁵ Francisco Augusto Garcez Teixeira (1869-1946), Coronel de Engenharia, autor de diversas obras e estudioso da história de Tomar.

⁶⁶ Esta obra é apresentada em conferência realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa, a convite da *Academia de Ciências de Portugal* (1907-1925). Nela o dr. Vieira Guimarães defende a instalação de um colégio, no monumento, destinado a formar missionários, a quem denomina de nova milícia. Em 1922, é criado o Colégio das Missões Ultramarinas, tendo ocupado parte do Convento de Cristo em Tomar.

Thomar (1934), que comprovam a constância do seu trabalho. (Guimarães, 1920; Guimarães, 1929; Guimarães, 1931; Guimarães, 1934)

De salientar que, a 15 de março de 1918, Vieira Guimarães, na companhia, entre outros, de Garcês Teixeira, fundam a UAMOC- União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo. De acordo com Álvaro Barbosa (2009) esta é uma associação de defesa do Convento de Cristo e Castelo de Tomar que durante cinco décadas,

vela e cuida da conservação do monumento, aí mantendo um museu monográfico, arqueológico e lapidar os seus membros organizam pela primeira vez a pesquisa documental sobre a Ordem de Cristo e o seu Termo de Thomar, publicando a documentação da sua vida Associativa, Cultural e Científica, através de boletins periódicos: os Anais da UAMOC. (Barbosa, 2009: 184)

Em 1922, surge um mecenas, elemento da UAMOC, que investe nas intenções de salvaguarda patrimonial. E entre 1922 e 1930, decorre o estudo científico e o restauro arranca entre 1928 e 1930. (Custódio, 2011b: 674) Enquanto Garcez Teixeira procede a sondagens arqueológicas, Vieira Guimarães encarrega-se da investigação de arquivo e da redação do estudo final. Para Jorge Custódio, os resultados obtidos com *a reconstituição em planta e com a reconstituição gráfica de um alçado do primitivo claustro de D. João III*, seguindo o desenho de João de Castilho é *um excelente exemplo da investigação arqueológica, arquitectónica e documental, interdisciplinar e colectiva*. (Custódio, 2011b: 675)

Através da obra *Thomar* de 1929, é possível traçar a perspectiva de Vieira Guimarães sobre o claustro principal, com um cuidado especial na distinção dos trabalhos elaborados pelos dois arquitetos quinhentistas e respetiva nomeação:

D´esses seis artísticos claustros, cuja descrição muito alongaria estas paginas, um não existe hoje tal qual Cartilho o construiu, pois, por ordem de D. João III, em virtude de estar arruinado, foi mandado reconstruir a **Diogo de Torralva**, (...) temos vindo, já de há muitos annos, a intitular de D. João III, em lugar de dos Philippes, que erradamente e antipatrioticamente se lhe tem dado, (...). (Guimarães, 1929: 43-44)

A investigação que realizámos até ao momento parece demonstrar uma referência permanente ao claustro principal como *Claustro dos Filipes*, como ocorre no álbum de fotografias *Recordação de Thomar*, de fins do século XIX, da autoria de Emilio Biel (1838-1915), e num segundo álbum fotográfico, impressão Silva Magalhães & Silva, curiosamente com o mesmo título, *Recordação de Thomar*, de 1928, onde consta como *Claustro dos Filipes*.

É em nossa perspetiva, através dos trabalhos de José Vieira Guimarães, principalmente da obra que publica em 1931, *O Claustro de D. João III em Thomar*, que a nova terminologia ganha consistência. (Guimarães, 1931) Num olhar sobre a capa desta obra, encontramos uma fotografia do claustro principal (Figura 3), sobre a qual temos noutra folha a sua descrição: *Claustro de D. João III fustigado pelo tempo e pela incúria dos homens*. Não identificámos na obra o autor e data da fotografia, no entanto, através de duas crianças que parecem surgir furtivas numa varanda, comprova-se ser a mesma fotografia presente no álbum de Emilio Biel, sustentado, assim, a afirmação de Vieira Guimarães, segundo a qual teria adotado para a capa uma imagem anterior às intervenções de restauro iniciadas por Pedro d'Ávila.

5. DA MÍTICA NABÂNCIA À DESCOBERTA DE SEILIUM E A METAMORFOSE DA PALAVRA

O descobrimento da cidade romana Nabancia em Portugal (1881) é o texto de Possidónio da Silva sobre o qual já nos debruçámos. No entanto, durante o entendimento do trabalho de Roure Pietra e de Vieira Guimarães retomámo-lo para compreender melhor a sua matéria central.

Tal como demonstrámos no *III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (2020), José Leite de Vasconcelos⁶⁷ contesta a posição de Possidónio da Silva, numa primeira fase em 1895, acerca do nome *Nabancia* e dos achados envolvidos: *faço em quanto algumas reservas* (Vasconcelos, 1895: 14). Depois, em 1914, aprofunda essas mesmas reservas em *Antiguidades de Tomar*, cuja leitura nos revela que Vieira

⁶⁷ José Leite de Vasconcelos Pereira (1858-1941), linguista, filólogo, arqueólogo e etnógrafo português. Fundador e primeiro diretor do atual Museu Nacional de Arqueologia. (Museu Nacional de Arqueologia, 2020)

Guimarães o acompanha na visita às *ruínas (...) no sítio dos Cardais, e chamam-se Nabância, depois que Possidónio as crismou assim:*

Se queremos denominar Nabância um local em que existam vestígios do passado, esse só poderia ser a margem esquerda do rio, à entrada de Tomar para quem vai de Coimbra (...) tem aparecido (...) segundo me informa o Sr. Dr. Vieira Guimarães, alicerces de casas, tijolos queimados (lares), cimalhas, fragmentos de estátuas, etc. (...) acusei o benemérito Possidónio, conquanto já em 1618 Isidoro de Barreira, na História de Santa Iria, logo no frontispício do livro, identifique Nabância com Tomar. (Vasconcelos, 1914a: 149)

Da mesma forma como a publicação de Possidónio da Silva é uma abertura, de *Caixa de Pandora*, para o tema Nabância, consideramos que as afirmações de Leite de Vasconcelos funcionam do mesmo modo, neste caso responsabilizando Possidónio por situar a mítica Nabância no sítio de *Cardais*⁶⁸, e não na *margem esquerda do rio, à entrada de Tomar*. José Leite de Vasconcelos mantém esta posição ao longo da vida, embora, relendo o texto de 1891, possa ter tido lugar um equívoco interpretativo da sua parte.⁶⁹

Possidónio da Silva identifica os achados que efetua em *Marmelais* como parte da cidade romana de *Nabancia*⁷⁰, recordando que diferentes autores mencionam esta povoação *por detraz da igreja de N.S. Oliveira, que corresponde ao logar em que se principiaram as investigações*. De seguida, referindo-se à sua descoberta em Marmelais, escreve: *Tratava-se portanto de uma importantíssima descoberta feita em Portugal no ultimo quartel do XIX seculo*. Mais lembra a sua primeira visita a Tomar em 1857, recordando o seu *finado amigo o archeologo Roure Pietra* e menciona a existência de *peças de cantaria com molduras (...) Tudo nos indicava, que o descobrimento do grande mosaico pertencia à opulenta cidade de Nabancia*. (Silva, 1881: 152)

⁶⁸ Em Marmelais de Baixo, local a que Possidónio da Silva denomina *Marmelaio* e situa a 2 km de Tomar.

⁶⁹ Admitimos a hipótese de José Leite de Vasconcelos, que revela em 1895 acompanhar o jornal tomarense *A Verdade*, ter sido influenciado pela opinião do redator Afonso Martins Velho, neste contexto de Joaquim Possidónio da Silva localizar Nabância em Cardais. (Guimarães, 1927: 60)

⁷⁰ De acordo com Vieira Guimarães (1927), o sr. *Júlio Carlos Manuel Mardel de Arriaga, secretario da Comissão dos Monumentos Nacionaes* está igualmente envolvido nos achados arqueológicos em Cardais. (Guimarães, 1927: 60)

Com base na informação apresentada por Possidónio da Silva, é possível que se pretenda situar Nabância entre o local dos achados em torno da Igreja de Santa Maria dos Olivais e o sítio de Cardais⁷¹ situado *a um kilometro da margem esquerda do rio Nabão*. (Silva, 1881: 152)

Neste contexto Possidónio da Silva terá sido de alguma forma influenciado por gente local, ao relacionar a lendária Nabância com a presença romana. Erradamente, porém, pois a lenda de Santa Iria pertence ao período visigodo, ano da martirização de 653 d.C. A obra de Freire Isidoro da Barreira de 1618, *História da Vida e Martyrio da Gloriosa Virgem Santa Eria, Freira da Ordem Patriarcha Sam Bento, natural de Nabancia, que hoje he a notavel Villa de Thomar em o Reyno de Portugal*, isenta de qualquer menção à presença romana.

Em todo o caso, Leite de Vasconcelos considera ser Possidónio da Silva quem *chamou Nabância, nome que muito quadrou nos Tomarenses* (Vasconcelos, 1914a: 150), embora equacionemos terem sido os *Tomarenses* a influenciá-lo neste sentido, como nos indica Roure Pietra:

Foi portanto, de tal denominação que parece ter derivado a de uma povoação que existia do outro lado do rio opposto á actual cidade, a que muitos escriptores como Carvalho e outros, têm pretendido honrar com o título de cidade; porém nós contestamos formalmente tal opinião, não só porque não ha um só historiador contemporaneo que della falle, mas tambem porque as ruinas occupam um espaço muito circumscripto, não sendo, além disso, provavel que existisse uma cidade a legua e meia de distancia d´outra, qual era a cidade de Concórdia de que fallam Ptolomeu e Plinio, e que estava no sitio onde está hoje o logar da Beselga, mudança de nome já citada por Dextro, quando diz: Concordia in Lusitania quae nunc Bezulei dieitur, Sancti Christi martyres, Donatus, et socii ejus multa etiam passi. A sobredita povoação aqui a tradição chama Nabancia, parece ter sido de origem romana, porque entre os vestígios de edifícios, e de mistura com fragmentos de boa cantaria, tem aparecido algumas inscrições romanas, e moedas de todos os imperadores. (Pietra, 1863:1)

⁷¹ A distância entre o monumento e o lugar é de aproximadamente de 1,5 km.

Pedro de Roure Pietra em 1863 será, possivelmente de forma isolada e precoce, o primeiro arqueólogo a questionar a existência de uma antiga cidade romana de nome Nabância localizada em Tomar, considerando que *as ruínas ocupam um espaço muito circumscripto*, que os escritores contemporâneos não lhe fazem referência e que a proximidade de Concórdia *a legua e meia de distancia* inviabilizam a sua existência naquele território.

Em 1914, José Leite de Vasconcelos publica um artigo sobre a *inscrição romana de Lorvão* onde aborda o conteúdo de uma lápide sepulcral romana pertencente a um *seilliense*. A informação que segue contribui para que Vieira Guimarães defenda mais tarde a localização de Seilium em terras de Tomar: (Vasconcelos, 1914b)

O epíteto pátrio Seilliensis traz-nos à mente o adjetivo geográfico Seillensis de uma inscrição galega do Corpus, II, 2562, e o nome Sellium, que nesta forma figura no Itinerário de Antonio como signativo de uma povoação **situada entre Scallabis e Conimbriga, (...) não só a concordância não é tal, que em dois manuscritos do Itinerário não haja as variantes Cellium e Cellum, e Ptolemeu não tenha um só I, ao passo que o Itinerário tem dois, mas este é tardio, supõe-se ser dos últimos tempos do séc. II, e baseia-se talvez na mesma fonte que o texto de Ptolemeu. Nada mais fácil do que num manuscrito com SEILIVM o primeiro I ser tomado por L, (...)** (Vasconcelos, 1914b: 366)

Esta informação em muito contribui para o trabalho desenvolvido por Vieira Guimarães. No entanto, a *inscrição galega do Corpus, II, 2562* surge como um *paradoxo*⁷² para o médico e arqueólogo nabantino. Este será o motivo central que o leva a utilizar o termo *Sellium* em vez de *Seilium*, justificando que autores venham a apresentar a denominação *Sellium* e a reproduzam até finais do século XX.

Apesar de, em 1914, José Leite de Vasconcelos revelar a hipótese de *o primeiro i ser tomando por um l*, sendo a forma correta *Seilium*, ainda antes da localização respetiva

⁷² *Paradoxo*, assim designa Vieira Guimarães esta situação na obra *Thomar Sta. Iria* (1927). Sobre este assunto, vide, a título de complemento, página 107 do artigo *Vieira Guimarães (1864-1939) e a Arqueologia em Tomar: uma abordagem sobre o território e as gentes* (Peixoto & Martins, 2020)

em Tomar, José Vieira da Silva Guimarães parece não querer arriscar, possivelmente influenciado pelo seu paradoxo, a *inscrição galega do Corpus, II, 2562*.

A 27 de junho de 1923, José Vieira Guimarães participa no segundo congresso misto organizado pela Associação Portuguesa para o Progresso da Ciência e pela Associação Espanhola para o Progresso das Ciências, que decorre em Salamanca. Intervém com a comunicação *A “Sellium” dos romanos é hoje representada por Thomar e a via militar de “Scalabis” a “Aeminium” passava ali*. A sua teoria surge, por conseguinte, pela primeira vez, afastada da opinião pública nabantina, quatro anos antes de *Thomar Sta. Iria* (1927). (Guimarães, 1924)

Nesta intervenção, o tema Nabância é catalogado como lenda e a localização de *Sellium* em Tomar é apresentada de modo inédito:

Havendo passado esta até nós, com a denominação de Nabância, ao presente, vai-se refugiando esse nome nos domínios da lenda, ficando só, de verdade, a povoação que existiu e que, de certo, teve relativa importância. Este é lhe dáda por Ptolomeu que sob o nome de *Sellium* a nomeia em sua Geografia, e o Itenerarios Antonio que lhe assigna-la a situação. (Guimarães, 1924: 63)

Apesar de *Thomar Sta. Iria* (1927) de Vieira Guimarães incluir informação concreta sobre a localização de *Seilium* em Tomar, durante décadas a sua descoberta foi contestada e ignorada. É o que acontece com o historiador local Amorim Rosa (1900-1976) no volume I da sua *História de Tomar* (1965) onde enaltece a visão de uma Nabância romana em Tomar, refutando a posição de Vieira Guimarães: *E isto escreveu Vieira Guimarães, que sempre quis negar, por razões que não vêm para o caso, a existência, evidente, de Nabância*.⁷³ (Rosa, 1965: 20)

Na obra *Thomar Sta. Iria* (1927), o autor lança as seguintes questões: *Onde ficava Sellium? Qual a povoação de ora que a continua? Se a trajectória da via entre Scalabis e Aeminium fosse desmarcada por um ou outro miliário (...)* (Guimarães, 1927: 3)

⁷³ É de destacar que o avô de Amorim Rosa, de nome João Maria de Sousa, médico formado em Coimbra e nascido em Porto da Lage, aldeia de Tomar, publica igualmente uma obra em 1903 dedicada à história local nabantina, onde aborda o tema Nabância e a descoberta da dita moeda NABAENTVM, que já tinha sido contestada por José Leite de Vasconcelos em 1895. (Peixoto, 2020b: 22)

O primeiro assunto que desenvolveu é dedicado aos dois cipos romanos descobertos por Pedro de Roure Pietra. Vieira Guimarães classifica-os como *marcos miliários*, associando-os à presença de uma via romana. (Guimarães, 1927: 4) O arqueólogo reconhece a importância da descoberta destes dois elementos naquele que será o contributo principal de Roure Pietra para a localização de Sellium em Tomar. José Vieira Guimarães verbaliza o momento na sua obra, *passemos, d'ora avante, da hipótese à realidade, chamando-lhe Sellium*. (Guimarães, 1927: 31)⁷⁴

O termo *Sellium* é utilizado até ao questionar da sua grafia, com a publicação do artigo *J.L. Vasconcelos e os percursos por Tomar antiga* por Salette da Ponte em 1994, que em nossa opinião firma uma reflexão sobre a metamorfose da palavra. Neste artigo considera o surgimento de novas abordagens por novos autores, onde estão incluídos *estudos recentes sobre o topónimo com a grafia Sellium = Sellium*, evidenciado Roldán-Hervás (1975) e Luís Fernandes (1997)⁷⁵. (Ponte, 1994) Desde finais do século XX, que o termo *Sellium* passou a ser utilizado de forma recorrente na literatura científica.⁷⁶

6. CONCLUSÃO

De um modo geral, podemos afirmar que os trabalhos de investigação desenvolvidos por Pedro de Roure Pietra e José Vieira Guimarães são de relevância para os estudos de história local, em geral, e de arqueologia, em particular, tendo ambos importantes desempenhos no domínio da salvaguarda patrimonial.

Apesar de pertencerem a diferentes momentos da história da arqueologia, os seus estudos são complementares. Enquanto Pedro de Roure Pietra, como arqueólogo correspondente, participa com Possidónio da Silva e acompanha-o nos achados romanos em Tomar culminados na presumida *descoberta de Nabância*, José Vieira Guimarães segue José Leite de Vasconcelos, também ele de formação médica, revestidos de hipotético maior *rigor científico* que aplicam ao estudo das descobertas

⁷⁴ Após a publicação de *Thomar Sta. Iria* (1927), durante o século XX foram realizados vários estudos e achados arqueológicos em Tomar que comprovam a existência da povoação romana. Desde os anos 40 do século XX que se intensificaram as intervenções na região, recorrendo a novos métodos de trabalho científico, delas se destacando as escavações nos anos 80, com a revelação da presença de diversas construções romanas. (Batata, 1997)

⁷⁵ O estudo de Luís da Silva Fernandes «Inscrições romanas de Tomar e seu termo», haveria de ser publicado no *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Tomar* (n.º 21) em outubro de 1997.

⁷⁶ Durante o século XXI, são desenvolvidos novos estudos e descobertas, tais como o referente às *marcas de oficina em tijolos romanos de Sellium* (Fernandes e Ferreira, 2002) e a escavação de 2008/2009 onde surgem achados da época romana (Portal do Arqueólogo, 2020a).

arqueológicas traduzidas, por exemplo, na localização de *Sellium* em Tomar⁷⁷. Os supramencionados dois cipos romanos e o tema das vias romanas surgem como elos de ligação entre ambos.

Não obstante, outras matérias que entrelaçam os dois autores objeto desta nossa primeira e breve abordagem. É o caso da salvaguarda patrimonial, mais concretamente, o Convento de Cristo. Tanto Roure Pietra como Vieira Guimarães, se dedicam ao monumento. Mas enquanto o primeiro sugere a importância de uma entidade que o habite, o torne útil à sociedade e o restaure, o médico nabantino participa ativamente⁷⁸ no seu estudo e restauro na qualidade de vogal do Conselho de Monumentos Nacionais. Desta forma, ambos assistem a décadas de descobertas arqueológicas em Tomar, questionando a existência de Nabância, erguendo novas perspetivas e participando em sociedades e entidades dedicadas à promoção da produção de conhecimento científico e patrimonial. E enquanto Pedro de Roure Pietra é o primeiro autor a colocar em causa a existência de uma cidade romana, remetendo Nabância para a tradição popular tomarense. José Vieira Guimarães, por seu turno, admite a presença de uma cidade romana, adiciona Nabância aos domínios da lenda, questiona, formula uma hipótese, apresenta a sua visão ao congresso de Salamanca em 1923 e demonstra o seu estudo para provar *Sellium* na obra *Thomar Sta. Iria* (1927). (Guimarães, 1924)

Os dados recolhidos até ao momento permitem-nos interrogar em que medida a opinião de Pedro de Roure Pietra acerca da improbabilidade de uma cidade romana em Tomar terá motivado Possidónio da Silva a indagar por novas provas que a contrariassem.

Apesar dos vários contratempos de origens diversas, mas às quais não terá estranhado uma sociedade tomarense profundamente conservadora, nenhum dos dois esmoreceu, continuando, pelo contrário, a participar ativamente na salvaguarda do património cultural de Tomar, como podemos observar facilmente através da leitura da tabela comparativa que se segue, da nossa autoria:

⁷⁷ É José Vieira Guimarães, de acordo com Leite de Vasconcelos, que o informa sobre a existência da inscrição: *GENIO MVNICIPI* em Tomar. (Vasconcelos, 1914: 149)

⁷⁸ O dr. Vieira Guimarães sugere igualmente a ocupação do espaço, especificamente para a criação de uma *nova milícia*.

Contexto	Roure Pietra	Vieira Guimarães
Trabalhos arqueológicos	Cerrado de João do Couto (1856).	Igreja de Santa Maria dos Olivais (1895).
Achados arqueológicos	Cipos romanos (1856)	Epitáfio de D. Gualdim Pais (1895)
Salvaguarda do Património Cultural	Restauro da Ermida de Nossa Senhora da Conceição (1848). Salvaguarda de achados.	Participação no estudo e restauro do Convento de Cristo (Século XX). Salvaguarda de achados.
Caminhos de Ferro	Como presidente de Câmara requiere, em 22 de junho de 1857, a El-Rei para que a “ diretriz férrea da linha do Norte ” passasse por Tomar.	No século XX, como membro da Sociedade de Propaganda de Portugal, idealiza uma ligação entre Tomar e a Nazaré.
Indústria e agricultura	Por herança familiar é gestor de fábricas, considera a indústria e a agricultura fundamentais para o desenvolvimento da região e do país.	A exposição industrial e agrícola que idealiza em 1895, é acompanhada de catálogo da sua autoria, onde demonstra a sua visão sobre o valor da indústria para o progresso da região, integrando-a na história de Tomar.
Imprensa	Publica em revistas e jornais da sua época.	Publica em revistas e jornais da sua época.

Selecionámos uma fotografia presente num dos trabalhos de Vieira Guimarães, onde os dois arqueólogos se cruzam metaforicamente através da presença de dois edifícios que lhes estão relacionados: a Casa Vieira Guimarães⁷⁹ e a Ermida de Nossa Senhora da Conceição⁸⁰. (Guimarães, 1929b) (Figura 4)

Os casos de Roure Pietra e de Vieira Guimarães, dois pioneiros verdadeiramente inspiradores para os seus sucessores na esfera da salvaguarda do património, permitem percorrer décadas de acontecimentos registados em Tomar e comprovar a importância dos seus contributos para a afirmação e desenvolvimento da prática

⁷⁹ Casa Vieira Guimarães, edifício emblemático mandado erguer pelo médico tomarense, estilo neomanuelino, com importância de destaque no horizonte nabantino, contendo as suas varandas duas datas sobre os anos da edificação, 1920 e 1922.

⁸⁰ Roure Pietra colabora no seu restauro em 1848.

arqueológica, numa lógica relacional entre passado, presente e futuro de um determinado território e suas comunidades.

7. BIBLIOGRAFIA

- ARCHIVO DE ARCHITECTURA CIVIL (1865) - *Jornal do Architectos Portuguezes e Archiologos*. 1. 1ª Série. Lisboa: [Consult. 20 de março de 2022] Disponível em: http://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/arqueologia_historia/serie_1/S1_N1.pdf
- ARCHIVO DE ARCHITECTURA CIVIL (1866) - *Jornal do Architectos Portuguezes e Archiologos*. 7. 1ª Série. Lisboa. [Consult. 20 de março de 2022] Disponível em: http://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/arqueologia_historia/serie_1/S1_N7.pdf
- BARBOSA, Álvaro (2009) - *Habitar o património: o caso do Convento de Cristo*. 18. Viseu: Máthesis, p. 177-193.
- BATATA, Carlos (1997) – *As origens de Tomar: a carta arqueológica do concelho*. Tomar: Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar.
- CARREIRA, Maria João (2016) - [Consult. 20 de março de 2022] Disponível em: <https://slideplayer.com/slide/12433385/>
- CARVALHO, João da Cunha Neves e (1842) - *Memoria sobre o convento da Ordem de Christo em Thomar*. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.
- CARVALHO, João da Cunha Neves e (1843) - Igreja de Santa Maria do Olival: matriz de todas as outras igrejas da Ordem de Cristo parte II. *O Panorama: jornal litterário e instructivo*. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Volume II. 2º da 2ª Série, 99, 365.
- CUSTÓDIO, Jorge; SANTOS, Luísa (1990) - *A real fábrica de fiação de Tomar e a 1ª geração europeia e americana de fábricas hidráulicas*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada.
- CUSTÓDIO, Jorge (2011) – “*Renascença*” *artística e práticas de conservação e restauro arquitetónico em Portugal, durante a I República: fundamentos e antecedentes*. Volume 1. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- CUSTÓDIO, Jorge (2011) – “*Renascença*” *artística e práticas de conservação e restauro arquitetónico em Portugal, durante a I República: património da nação*. Volume 2. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- FERNANDES, Luís da Silva; FERREIRA, Rui (2002) – Marcas de oficina em tijolos romanos de Seilium. *Conimbriga*. Coimbra. 41, 257-267.
- GUIMARÃES, José Vieira da Silva (1905) – *A Missão de Portugal e o Monumento de Thomar*. Lisboa: Typ.da Empreza da Historia de Portugal.

- GUIMARÃES, José Vieira (1919) – *O sexcentenário da Ordem de Christo*. Lisboa: Papa Figueirinhas.
- GUIMARÃES, José Vieira (1924) – A “Sellium” dos romanos é hoje representada por thomar e a via militar de “Scalabis” a “Aeminium” passava ali. *Boletín de la “Asociación Española para el Progreso de las Ciencias”*. VIII. Madrid. Congresso de Salamanca, sessão de 27 de junho de 1923. p. 61-71.
- GUIMARÃES, José Vieira da Silva (1927) – *Thomar Sta. Iria*. Lisboa: Livraria Coelho.
- GUIMARÃES, José Vieira (1929) - *Thomar: noticia histórico-archeologica e artística do Monumento de Christo e das Egrejas de Santa Maria dos Olivais, de Santa Iria e de S. João*. Lisboa: Monumentos de Portugal.
- GUIMARÃES, José Vieira (1929b) – *A Estremadura*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- GUIMARÃES, José Vieira (1931) – *O claustro de D. João III em Thomar*. Gaia: Pátria.
- GUIMARÃES, José Vieira (1934) – *O poema de pedra de João de Castilho em Thomar*. Lisboa: Oficinas Fernandes.
- GUIMARÃES, Manuel da Silva (1982) - Da Academia Filarmónica Thomarense à Assembléa Philharmonica Thomarense. *Boletim Cultural e informativo da Câmara Municipal de Tomar*. Tomar: Gabinete de educação e cultura.
- MATTOS, José Maria de Mello (1905) – *Excursão a Thomar*. 171. Lisboa: A Construcção Moderna, p.115-117.
- MARTINS, Ana Cristina (2003) - *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um Percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MARTINS, Ana Cristina (2012-2013) – Entre a metamorfose e a adaptação de associação dos arquitectos civis portugueses a real associação dos arquitectos civis e arqueólogos portugueses (1863-1896). *Arqueologia e História*. 64-65. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 15-29.
- MARTINS, Ana Cristina (2015) – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. 100 anos de transformação (1863-1963)*. 2 vols. [Texto policopiado]. Tese de Doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Ana Cristina (2016) – Francisco Tavares Proença Júnior (1883-1916) e arqueologia em Castelo Branco na viragem para o século XX: textos, contextos e (des)venturas. *II Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco*. Castelo Branco, p. 25-60.
- MARTINS, Ana Cristina (2017) – A Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses e o Museu Arqueológico do Carmo: alguns percursos internacionais (abordagem preliminar). *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*. Lisboa, p. 99-131.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL (1938) - *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Volume IV. 50. [Consult. 20 de março de 2022] Disponível em: [AH_serie7_Vol_IV.pdf \(museuarqueologicodocarmo.pt\)](#)
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2020) - *O Fundador*. [Consult. 21 de março de 2022] Disponível em: <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=301>
- PEIXOTO, João Amendoeira (2017, 17 de novembro) - O Lavrador que foi Presidente da Câmara de Tomar. *Jornal Cidade de Tomar*, 4302, p.30.
- PEIXOTO, João Amendoeira; MARTINS, Ana Cristina (2020) - Vieira Guimarães (1864-1939) e a arqueologia em Tomar: uma abordagem sobre o território e as gentes. *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM. 1. 101-114.
- PEIXOTO, João Amendoeira (2020a) - Thomar Pietra: segredo de pedra. Tomar: Gualdim Edições.
- PEIXOTO, João Amendoeira (2020b) - *Medicina e património em Tomar: recordando o Dr. Vieira Guimarães*. Tomar: Gualdim Edições.
- PEIXOTO, João Amendoeira (2019) - *Vieira Guimarães e o património cultural de Tomar: primeira abordagem*. Tomar: Gualdim Edições.
- PIETRA, Pedro de Roure (1843) - *Revista Universal Lisbonense*. Tomo II, p.529-533.
- PIETRA, Pedro de Roure (1843b) - *Revista Universal Lisbonense*. Tomo II, p.306-307.
- PIETRA, Pedro de Roure (1863) - Thomar. *Gazeta de Portugal*. Lisboa: N.º88, 1.
- PIETRA, Pedro de Roure (1863b) - Thomar. *Gazeta de Portugal*. Lisboa: N.º150, 1.
- PIETRA, Pedro de Roure (1863c) - Thomar. *Gazeta de Portugal*. Lisboa: N.º159, 1.
- PATRIMÓNIO CULTURAL. Cerrado de João do Couto (2019). [Consult. 20 de março de 2022] Disponível em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=54066>
- PATRIMÓNIO CULTURAL. Ruínas ditas de Nabância (2022). [Consult. 21 de março de 2022] Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70607>
- PONTE, Salete da (1994) – J.L. Vasconcelos e os percursos por Tomar antiga. *O Arqueólogo Português*. IV. 11-12. Lisboa: 135-141.
- PORTAL DO ARQUEÓLOGO (2020a) – *Escavação 2008/2009*. [Consult. 22 de novembro de 2019] Disponível em: <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos&subsid=3170224>
- RIBEIRO, Ana Margarida (2012) - *Vieira Guimarães: Contributo para uma Biografia*. Tomar: Heart Books.
- ROSA, Amorim (1941) - *Anais do Município de Tomar 1840-1869*. Tomar: Gabinetes de Estudos Tomarenses.

- ROSA, Amorim (1965) - *História de Tomar*. I. Tomar: Fábricas Mendes Godinho, SA.
- ROSA, Amorim (1967) - *Anais do Município de Tomar 1801-1839*. Tomar: Gabinetes de Estudos Tomarenses.
- ROSA, Amorim (1967b) - *Anais do Município de Tomar 1870-1901*. Tomar: Gabinetes de Estudos Tomarenses.
- ROSA, Amorim (1982) - *História de Tomar*. II. Tomar: Fábricas Mendes Godinho, SA.
- RUAS, João (2014) - *Notícias sobre a história do papel em Portugal*. Cultura. [Consult. 20 de março de 2022] Disponível em <https://journals.openedition.org/cultura/2344>
- TOMBO (2022) - [Consult. 20 de março de 2022] Disponível em: <http://tombo.pt>
- TORRE DO TOMBO (2022). [Consult. 20 de março de 2022] Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4611788>
- MUSEU DO CARMO (2022) - [Consult. 21 de março de 2022] Disponível em: www.museuarqueologicodocarmo.pt
- SILVA, Joaquim Possidónio da (1881) – Descobrimento da Cidade Romana «Nabancia» em Portugal. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Tomo III. 10: 152-154.
- VASCONCELOS, José Leite (1895) – Antiguidades romanas de Tomar. *O Archeologo Português*. 1. Lisboa, p.13-15.
- VASCONCELOS, José Leite (1914a) – Antiguidades de Tomar. *O Archeologo Português*. 19. Lisboa, p. 146-151.
- VASCONCELOS, José Leite (1914b) – Inscrição romana de Lorvão. *O Archeologo Português*. 19. Lisboa, p. 365-366

FIGURAS

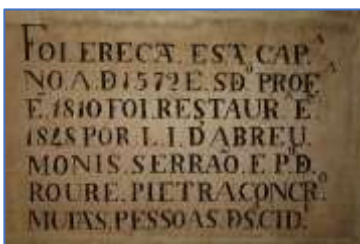


Figura 1: Placa presente na Ermida de Nossa Senhora da Conceição em Tomar, que comprova a participação de Roure Pietra no restauro do templo em 1848.



Figura 2: As três peças presentes no Museu do Carmo em 1866.



Figura 3: A fotografia da capa do livro Claustro de D. João III (1931), que está presente no catálogo de fotografias (Séc. XIX) de Emilio Biel.



Figura 4: Fotografia da Ermida de Nossa Senhora da Conceição (no alto), com a Casa Vieira em destaque.

Proyecto para la definición de la secuencia de ocupación del término municipal de Valencia de Alcántara (Cáceres, España)

Projecto para a definição da sequência de ocupação do município de Valência de Alcántara (Cáceres, Espanha)

Alberto DORADO ALEJOS⁸¹

Juan Carlos JIMÉNEZ DURÁN⁸²

Pedro RANCHEL REYES⁸³

José Manuel de la PIEDAD PIRÓN⁸⁴

Sara RODRÍGUEZ ROMO⁸⁵

Fernando CORBACHO GADELLA⁸⁶

Fernando MOLINA GONZÁLEZ⁸⁷

Francisco CONTRERAS CORTÉS⁸⁸

Juan Antonio CÁMARA SERRANO⁸⁹

Macarena BUSTAMANTE ÁLVAREZ⁹⁰

Liliana SPANEDDA⁹¹

Luis ARBOLEDAS MARTÍNEZ⁹²

Eva ALARCÓN GARCÍA⁹³

⁸¹ Dpto. de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Granada | Asociación Cultural En la Brecha, doradoalejos@ugr.es, <https://orcid.org/0000-0003-0351-7550>

⁸² Asociación Cultural Grupo de Arqueología y Defensa del Patrimonio de Valencia de Alcántara. jcd68@gmail.com

⁸³ Investigador Independiente. pranchelr02@educarex.es

⁸⁴ Asociación Cultural Grupo de Arqueología y Defensa del Patrimonio de Valencia de Alcántara. josemanueldelapiedadpiron@yahoo.es

⁸⁵ Investigadora Independiente. sara_r_romo@hotmail.com

⁸⁶ Asociación Cultural En la Brecha. fergadella@gmail.com

⁸⁷ Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Granada, molinag@ugr.es, <https://orcid.org/0000-0002-9189-4198>

⁸⁸ Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Granada. fccortes@ugr.es, <https://orcid.org/0000-0002-2997-2079>

⁸⁹ Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Granada, jacamara@ugr.es, <https://orcid.org/0000-0003-4007-0639>

⁹⁰ Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Granada, mbustamante@ugr.es, <https://orcid.org/0000-0001-5988-6908>

⁹¹ Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Granada, spanedda@ugr.es, <https://orcid.org/0000-0003-4672-8542>

⁹² Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Granada, arboledas@ugr.es, <https://orcid.org/0000-0002-6176-2717>

⁹³ Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Granada, eva@ugr.es, <https://orcid.org/0000-0003-2334-6496>

Elena H. SÁNCHEZ LÓPEZ⁹⁴
Alexis MALDONADO RUÍZ⁹⁵
Paula PINILLOS DE LA GRANJA⁹⁶
Charles BASHORE ACERO⁹⁷
Yaiza HERNÁNDEZ CASAS⁹⁸
Jesús FACENDA DUQUE⁹⁹
Javier MARTÍNEZ JIMÉNEZ¹⁰⁰

Resumen

El presente trabajo muestra las nuevas líneas de investigación que se van a desarrollar en el marco del proyecto de prospecciones arqueológicas del término municipal de Valencia de Alcántara (Cáceres). De este modo, se plantea un estudio completo de territorio con el objeto de favorecer la protección de su rico patrimonio y, con ello, ayudar a su difusión, generando un producto que permita y posibilite visitas a medio y largo plazo. Sin embargo, las primeras fases del estudio se centrarán sustancialmente en el registro del mayor número de sitios posibles, se realizarán revisiones de los materiales depositados en los museos locales (incluyendo colecciones privadas), y recuperando parte del acervo fotográfico que permita ver la evolución de estos lugares durante el último siglo. Todo ello, generará un conocimiento que permitirá obtener inferencias acerca de los patrones de asentamiento, no solo para Valencia de Alcántara, sino para todo su indisociable entorno comarcal a un lado y otro de la Raya. Para ello, nos valdremos de nuevas tecnologías que permitirán un registro adecuado de los sitios, desde una perspectiva geográfica y de forma gráfica, mediante modelos

⁹⁴ Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Granada, elenasanchez@ugr.es, <https://orcid.org/0000-0002-7807-9770>

⁹⁵ Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Granada, amaru@ugr.es, <https://orcid.org/0000-0002-6602-9514>

⁹⁶ Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Granada, pinillosdlg@ugr.es, <https://orcid.org/0000-0001-5087-8063>

⁹⁷ Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad Autónoma de Madrid, charlesbashoreacero@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-6161-1997>

⁹⁸ Dpto. de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas, Universidad de Granada, yaizaher@ugr.es, <https://orcid.org/0000-0002-6672-7814>

⁹⁹ Asociación Cultural Grupo de Arqueología y Defensa del Patrimonio de Valencia de Alcántara, arqueologiavalbon@gmail.com

¹⁰⁰ Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Granada, javiermj@ugr.es, <https://orcid.org/0000-0003-4132-4135>

fotogramétricos que aplicaremos a distintos niveles y que apoyarán los estudios posteriores.

Palabras clave: Prospección arqueológica; patrones de asentamiento; Prehistoria Reciente; Arqueología Clásica.

Resumo

Este trabalho mostra as novas linhas de investigação que vão ser desenvolvidas no âmbito do projecto de prospecção arqueológica no município de Valência de Alcántara (Cáceres). Desta forma, propõe-se um estudo completo do território com o objectivo de favorecer a protecção do seu rico património e, com isso, contribuir para a sua divulgação, gerando um produto que permita a sua exploração a médio e longo prazo. Contudo, as primeiras fases do estudo centrar-se-ão substancialmente no registo do maior número possível de sítios, na revisão dos materiais depositados nos museus locais (incluindo colecções privadas), e na recuperação de parte da colecção fotográfica que nos permitirá ver a evolução destes sítios ao longo do século passado. Tudo isto gerará conhecimentos que nos permitirão tirar conclusões sobre os padrões de povoamento, não só para Valência de Alcántara, mas para todo o seu inseparável ambiente regional em ambos os lados da Raya. Para tal, faremos uso de novas tecnologias que permitirão um registo adequado, de uma perspectiva geográfica e gráfica, por meio de modelos fotogramétricos que aplicaremos a diferentes níveis e que apoiarão os estudos subsequentes.

Palavras-chave: Prospeção arqueológica; padrões de povoamento; Pré-história Recente; Arqueologia Clássica

Dedicado a Juan Dorado Higuero, por tu ayuda a todos aquellos que lo necesitaron

Introducción

A lo largo de todo el siglo XX y p. del XXI se han venido documentando en Valencia de Alcántara (Cáceres) una serie de sitios arqueológicos de gran interés para el estudio del cuadrante suroccidental de la península Ibérica. Las distintas intervenciones arqueológicas –ya sean puntuales o sistemáticas–, han dejado ver un rico patrimonio que, con los años, se ha venido multiplicando con el hallazgo de nuevas estructuras megalíticas, pinturas rupestres o asentamientos de distinta naturaleza. Sin embargo,

esta información procede de diversas fuentes, lo que ha supuesto la generación de un conocimiento dispar en relación a la ocupación diacrónica del término. Así pues, se presenta un proyecto integral actualmente en desarrollo que pretende desarrollar un estudio científico que implique un mayor conocimiento de Valencia de Alcántara que contribuya, en primer lugar, a proteger su patrimonio y, después, a difundirlo, de modo que posibilite la ejecución de inferencias acerca de los patrones de asentamiento, no solo para Valencia de Alcántara sino para todo su indisociable entorno comarcal a un lado y otro de la Raya.

Ahora bien, esta información procede de diversas fuentes –generalmente de personas naturales de la zona– que ha supuesto, por su escasa formación, un grado de conocimiento muy dispar en relación a la ocupación diacrónica del término, de modo que los hallazgos están supeditados a la realización de ciertas infraestructuras o, por el contrario, por la comunicación de personas legas en Arqueología, no así las realizadas por parte del personal de la Junta de Extremadura o los propios investigadores asociados a distintos centros nacionales e internacionales. Sin embargo, para los últimos años carecemos de prospecciones sistemáticas que permitan reordenar y aportar nueva información sobre la ocupación de este rincón de Extremadura de manera diacrónica. Este motivo nos ha llevado a proponer una prospección en el término municipal de Valencia de Alcántara (Cáceres) con la finalidad de buscar, detectar, caracterizar, estudiar e investigar aquellos enclaves con restos arqueológicos de cualquier tipo fruto de la actividad humana, de acuerdo con las leyes que regulan la gestión del Patrimonio Cultural en Extremadura, a saber, la Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español, en la que se expone en su Art. 41, apartado 2, que

Son prospecciones arqueológicas las exploraciones superficiales o subacuáticas, sin remoción del terreno, dirigidas al estudio, investigación o examen de datos sobre cualquiera de los elementos a que se refiere el apartado anterior

y la Ley 3/2011, de 17 de febrero, de modificación parcial de la Ley 2/1999, de 29 de marzo, de Patrimonio Histórico y Cultural de Extremadura que trata sobre, en su art. 50. Intervenciones arqueológicas y autorización, apartado a, se defina prospección como

Las prospecciones arqueológicas, que son las exploraciones u observaciones en superficie o en subsuelo sin que se lleven a cabo remociones del terreno. Se incluyen en este apartado todas aquellas técnicas de reconocimiento del subsuelo mediante la aplicación de instrumentos geofísicos y electromagnéticos diseñados al efecto.

Y es que, nuestra propuesta plantea un estudio integrador, que implique un conocimiento exhaustivo del término municipal de Valencia de Alcántara y que contribuya, en primer lugar, a protegerlo y, después, a difundirlo. E igualmente, que posibilite la ejecución de inferencias interesantes sobre patrones de asentamiento diacrónicos, enriqueciendo el conocimiento que se tiene de la zona de estudio. Por otro lado, la información obtenida podrá ser de relevancia y gran utilidad a las entidades locales para el desarrollo de futuros planes generales de ordenación urbana (PGOU).

Todo ello, nos lleva a implementar no sólo herramientas clásicas de prospección, sino también la aplicación de nuevas herramientas de teledetección y drones, así como la aplicación de TIC's con objeto de recuperar el mayor volumen de información posible a nivel macro, mediante la documentación de sitios arqueológicos, como a una escala meso, estudio de artefactos de diversa naturaleza, y cuando sea preciso, el estudio micro a partir de datos arqueométricos para la caracterización exhaustiva de dichos artefactos.

Objetivos

El objetivo general del proyecto es diseñar y ejecutar una prospección selectiva en superficie, orientada a la búsqueda de yacimientos y sitios arqueológicos, explorando y documentando exhaustivamente el territorio del actual término municipal de Valencia de Alcántara (Cáceres). Sin embargo, dado el desigual conocimiento del territorio, se procederá de forma intensiva en el entorno de la Ribera de Avid y río Alburrel, y sus afluentes de menor entidad (Regato Peje, Alpotrel y Arroyo de las Moreras y Caparrosa) y el río Aurela (al noreste del término municipal), articuladores todos ellos del territorio y basculantes en dirección norte, vertiendo sus aguas en el río Sever, de mayor entidad. Los periodos más recientes serán documentados también (Moderna y Contemporánea) pero no formarán parte esencial del estudio, sino que se tendrán en cuenta con el fin de apoyar las labores de documentación del patrimonio llevadas a cabo por la Consejería de Cultura, Turismo y Deportes de la Junta de Extremadura, y se tenga así constancia de su conocimiento. Con el desarrollo esta prospección nos planteamos realizar una revisión del estado del conocimiento previo sobre los yacimientos en el término municipal de Valencia de Alcántara, en parte realizado como se verá más abajo. Seguidamente, en campo, se quiere reconocer los yacimientos arqueológicos referenciados con anterioridad, así como recabar la información existente en la

memoria viva local y, en lo posible, también las piezas que puedan hallarse en poder de particulares **fruto del hallazgo casual**.

Derivado de lo anterior, identificar, localizar, registrar y documentar los previsiblemente nuevos sitios en el término municipal de Valencia de Alcántara, documentando su cronología y delimitando su perímetro. Cuando sea necesario, se recogerán muestras diagnósticas mínimas en cerámica, lítica, metal y otros artefactos o material constructivo con las que efectuar analíticas que, *a posteriori*, nos ayuden no sólo a datar los sitios arqueológicos, sino a comprender desde una esfera social a las comunidades que los poblaron y su evolución diacrónica. Será necesario (e) contextualizar los elementos de cultura material recogidos, con la premisa de intentar caracterizar cronoculturalmente los enclaves arqueológicos referenciados. Todo ello, supondrá determinar la estrategia ocupacional del territorio, así como los modelos de poblamiento característicos en cada periodo cronocultural. Sin duda, la divulgación será un ejercicio posterior que supondrá que el conocimiento desarrollado por este medio tenga una reversión social a través de distintas vías.

Características del territorio: contexto geográfico, geológico y ecológico

La villa de Valencia de Alcántara tiene actualmente un censo de población de 5.397 habitantes, congregados mayoritariamente en un único núcleo urbano, pero con una cierta dispersión poblacional que ocupa las diez aldeas de La Campiña: El Pino, Las Huertas de Cansa, San Pedro de los Majarretes, Las Casiñas, Aceña de la Borrega, Alcorneo, Las Lanchuelas, La Fontañera, Jola y La Miera, así como otros caseríos de menor entidad. Su término municipal asciende a 594,83 km² y limita con los municipios de Herrera de Alcántara y Santiago de Alcántara, al norte, Membrío y Aliseda, al este, San Vicente de Alcántara y la Codosera, al sur, y Portugal al oeste. Administrativamente pertenece a la comarca de Sierra de San Pedro, siendo la cabeza comarcal de la mancomunidad Sierra de San Pedro.



Figura 1. Localización del término municipal de Valencia de Alcántara en la provincia de Cáceres.

Valencia de Alcántara se encuentra *geográficamente* en el cuadrante oeste de la provincia de Cáceres, concretamente en el extremo occidental de la misma (fig.1). Tal emplazamiento lo convierte, ecológicamente, en una zona de marcada ecotonía y, culturalmente, en una encrucijada de caminos, ambas circunstancias estrechamente vinculadas a la geografía física del territorio. Sus contrastes ambientales conforman un mosaico de teselas ecológicas muy diversas, asociadas al gradiente entre las más altas cotas de la Sierra de San Pedro (964 msnm) y la junta entre los ríos Alburriel y Sever (288 msnm). Todo ello provoca que la *red fluvial* drene hacia el río Tajo, situado a unos **27'8 km al norte del núcleo urbano. Por tanto, nos encontramos en el marco** de la cuenca hidrográfica del Tajo, a pesar de que los núcleos rurales de Alcorneo, la Aceña de la Borrega y Jola, pertenecen ya a la Confederación del Guadiana.¹⁰¹ De entre los ríos de esta zona, destaca el río Sever. Por su parte, la ribera de Avid se constituye como uno de los pequeños cursos de agua que en el estío puede llegar a secarse, lo que pudo provocar la creación artificial de pequeños diques o embalses de agua con el fin de

¹⁰¹ Así describía el transcurso de los distintos ríos y riberas de la red fluvial de Valencia de Alcántara Sebastián de Miñano (1826) en el siglo XIX, aunque no sin problemas de asignación de los distintos ríos: "Sever, río que sirve de límite entre una parte de la provincia de Estremadura y otra de la de Alentejo en Portugal. Nace de la sierra de San Mamed, en la cima mas elevada de la de Portalegre, y en las inmediaciones de Membrio y castillo de Zagala: sigue su curso hacia el O. por el valle de San Salvador ó de Arameña, pueblo conocido por los antiguos con el nombre de Meidubrigenses Plumbaris, por las abundantes minas de plomo que cerca de allí trabajaban, y de que aun hoy se ven los pozos, cerca de estos nacen 6 ú 8 ojos de agua que aumentan mucho el Sever, el cual, dando luego una vuelta al E., rodea el elevado cerro que ocupa la plaza de Marvaom, y volviendo al N., por entre peñas y precipicios, pasa por las cercanías de Valencia de Alcántara, donde toma el nombre de Alburriel; recibe el pequeño Vide que baña el castillo de este nombre, y se pierde con él en el Tajo como á 2 leguas O. de Herrera."

mantenerla cuando ésta escaseaba¹⁰². Esto mismo ocurre en la actualidad en relación al río Alburrel. Sin duda, este motivo pudo provocar la construcción del aljibe o cisterna en el castillo con el fin de acumular agua en la zona superior¹⁰³, elemento del que, si bien no sabemos la fecha de construcción exacta, pudo realizarse posiblemente en momentos anteriores a la llegada cristiana de principios del s. XIII.

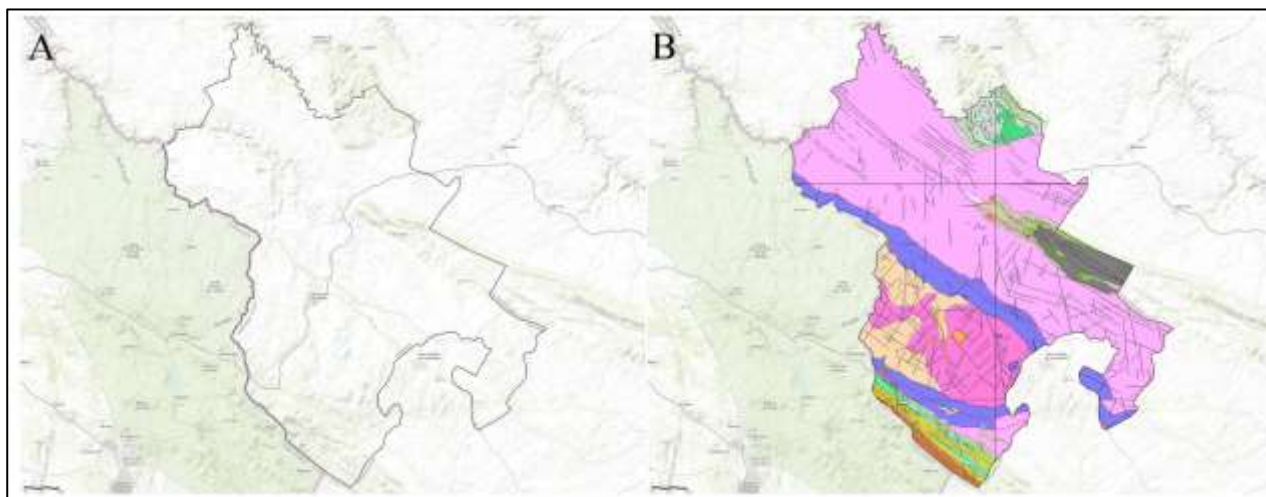


Figura 2. Mapa geográfico (a) y principales unidades geomorfológicas identificadas (b) en el término municipal de Valencia de Alcántara (Cáceres).

En cuanto a la *geología*, esta zona se enmarca dentro de los terrenos graníticos que caracterizan el área suroccidental de la provincia de Cáceres (fig.2). Estos relieves graníticos coinciden con una gran intrusión de que desde Badajoz llega con un gran anticlinal, provocando así la presencia de pizarras que se encontraban en estratos geológicos inferiores. Éstas sufrirían un proceso de metamorfismo de contacto con aureolas de pizarras mosqueadas y corneadas que rodean al batolito granítico. Ello provoca el afloramiento de granitos con formas casi siempre redondeadas. Es gracias a estas complejas formaciones por lo que se producen algunos abrigos que dieron refugio a las poblaciones neolíticas cercanas, como así se atestigua en Los Barruecos, en Malpartida de Cáceres (Cáceres) (Sauceda Pizarro, 1986).

Esta geología supone la generación de unos suelos específicos que se distribuyen de una forma amplia en el territorio (Martín Bravo, 1994). El primero de ellos se sitúa en las zonas de riberos, en la que destaca la colonización del matorral por la desaparición

¹⁰² En este sentido parece abordarse la problemática la Gaceta del Notariado Español, T. II (1860: 71), la cual apunta en el siglo XIX de los problemas existentes en relación al uso del agua y su aportación a las huertas que se situaban en la ribera del caudal.

¹⁰³ “el cast[illo], reedificado en la misma época sobre las ruinas de otro ant[er]ior, es de forma irregular; tiene su torre de homenaje, puerta de socorro, cisterna y un buen cuartel.” (Madoz, 1845)

del bosque, aprovechándose éstos como áreas de pastos para rebaños de cabras y ovejas; el segundo tipo son los suelos profundos, utilizados durante siglos para el cultivo, sobre todo, de secano. Entre estos dos tipos anteriores cabría destacar aquellas zonas en las que la arboleda no ha sido eliminada totalmente, desarrollándose pastizales, aunque depende del tipo de suelo de modo que en los terrenos arenosos del área granítica crece pasto de buena calidad, mientras que en las zonas de pizarras se desarrollan gramíneas y leguminosas de buena calidad, donde se desarrolla fundamentalmente una ganadería de bovino. Junto con este tipo de suelos, encontramos las dehesas, en las que conviven árboles, sobre todo encinas, con un estrato de gramíneas y leguminosas, caracterizada por la coexistencia de animales silvestres y ganadería. Por último, las sierras, con suelo poco profundos, sólo se desarrolla el matorral montano, con posibilidad única de explotación para cabras y ovejas, de las que se obtendrían además una serie de productos secundarios como la lana¹⁰⁴. Esta comarca, por tanto, tiene una clara vocación ganadera, que viene, sin duda, determinada, por la morfología del suelo.

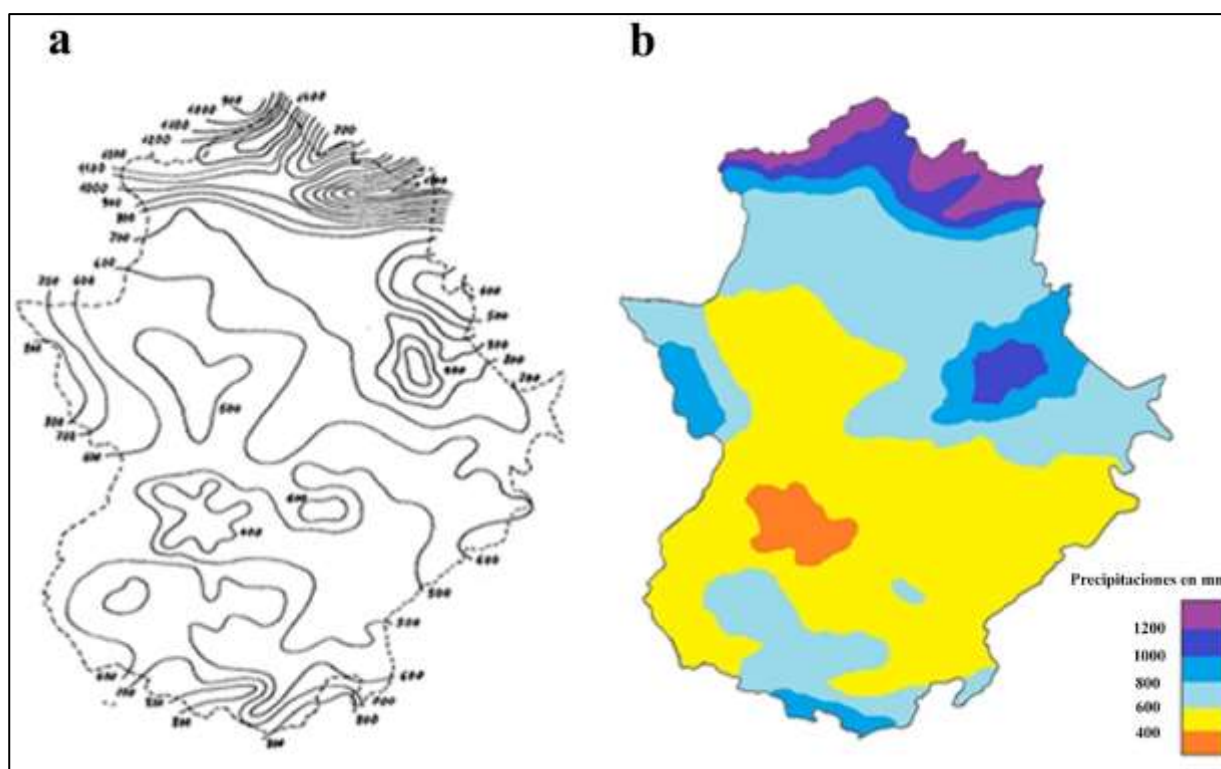


Figura 3. Mapa de precipitaciones medias anuales de Extremadura de los años 1931 a 1960 (a) y entre 1961 hasta actualidad, en las que puede verse unas precipitaciones medias situadas entre los 600-800 mm. (Fuentes: Barrientos *et al.*, 1985: 38; Juan Carlos Doncel Domínguez).

¹⁰⁴ Madoz, Op. Cit, p. 449

Si atendemos a la regularidad de las precipitaciones (fig.3), destaca la variabilidad de las mismas (c. 700 l/m² al año), desigualmente repartida de otoño a primavera, no coincidiendo además con el ciclo climático de las plantas. Los veranos secos y muy calurosos combinados con inviernos suaves, produce que los aprovechamientos agrarios se encuentren sometidos, por tanto, a un alto grado de dependencia de las condiciones hídricas (Barrientos *et al.* 1985: 38). Así, se entiende de la necesidad de un curso de agua cercano u otros medios de obtención del agua que estuvieran disponibles para el buen desarrollo agrícola, sobre todo en el ámbito de la horticultura.

Además de otros posibles aprovechamientos de recursos como pastos de altura, caza, frutos, etc. (Bueno y Vázquez, 2008: 17-20) cabría destacar la explotación del subsuelo en forma de minería; son numerosos los afloramientos de cobre en esta zona de la provincia de Cáceres, como la mina de Terrías, pero además podemos encontrar otro tipo de afloramientos, como el plomo con una notable tradición de extracción que llega hasta momentos romanos, hecho constatado arqueológicamente (Barrientos *et al.* 1985: 139). También es posible encontrar otro tipo de minerales en mayor o menor medida como plata u oro aluvial, antimonio –como posible uso para fabricación de medicinas en época medieval– o hidrocinita –explotación del zinc en fase moderna–.

Otro rasgo importante de este territorio vendría determinado por la accidentada topografía. Los escasos vados existentes para cruzar el Tajo, que se daría en la zona de Alconetar, pudo provocar la afluencia de personas desde sur y el oeste peninsular, haciendo necesario el control de las vías de comunicación. Este desarrollo vendría determinado con el impulso por el comercio a largas distancias.

Estado del conocimiento

Aunque la propuesta se desarrollará sobre la totalidad del término municipal, como hemos señalado más arriba, serán especialmente interesantes aquellas zonas anejas a los cursos de los principales hitos fluviales que configuran el término municipal de Valencia de Alcántara, interesándonos por la ocupación que pudo desarrollarse en los distintos periodos cronológicos. Por ello, hemos realizado una visión general acerca de la presencia de diversas ocupaciones del espacio en el devenir de los siglos hasta formarse las agregaciones poblacionales que hoy constituyen tanto el núcleo urbano de la villa como las restantes pedanías dependientes del mismo.

Aunque en el ámbito urbano apenas se documentan intervenciones arqueológicas (Lozano, 1984), no ocurre lo mismo con la zona rural del término, en el que gran cantidad de restos muebles e inmuebles supuso que en el año 1992 fuera declarado Bien Cultural con categoría de Zona Arqueológica, protegiendo dólmenes, castros, calzadas, castillos, etc. Esto ha provocado que Valencia de Alcántara tenga una cierta tradición de estudios arqueológicos en sus inmediaciones. Sin embargo, la importante cantidad de estructuras megalíticas ha supuesto que la balanza bibliográfica se incline hacia la Prehistoria.

Así, los momentos más antiguos documentados para el término municipal se sitúan en el Paleolítico Superior. Hasta la fecha, los datos que tenemos para este momento son aún escasos, habiéndose documentado en terrazas de la Ribera de Avid un único resto identificado como un bifaz por H. Breuil (Breuil, 1920: 53) (fig.4a). Se trataría, por tanto, de la primera ocupación del territorio formada posiblemente por pequeños grupos humanos, con una economía de cazadores-recolectores, una alta movilidad en el territorio y, por ello, necesarias actividades que puedan compensar problemas de abastecimiento en momentos determinados. Lo mismo ocurre con momentos más recientes, de las que tenemos referencia en el Tajo/Sever a partir de la presencia de figuraciones rupestres (ver este volumen) pero, como se ha dicho, la mayoría de la información disponible procede de los estudios de ámbitos más recientes, hundiéndose sus raíces en el s. XVIII (Torres y Tapia, 1763). Pinturas y grabados rupestres adscritas al epipaleolítico han sido además documentadas en distintos puntos del término y su entorno (Bueno *et al.*, 2011).

La Prehistoria Reciente se encuentra aquí más representada como consecuencia del interés de la investigación para el estudio del mudo megalítico. Así, los avances en la investigación, vendrán en el siglo XIX, cuando observamos una proliferación de la información (Madoz, 1849; Viu, 1852; Barrantes, 1875; Vilanova y Piera, 1889; Leite de Vasconcelos, 1896), con metodología propia del momento. No será hasta el primer cuarto del s. XX cuando tengamos las primeras compilaciones de los dólmenes (Mélida, 1924; Leisner y Leisner, 1959), donde se describen, dibujan sus plantas, se llevan a cabo nuevas prospecciones y se hallan nuevos dólmenes, llegando a mediados de siglo cuando se llevan a cabo las primeras excavaciones y prospecciones en la zona con metodología moderna (Almagro, 1962). En los años 70, 80 y 90 aparecieron algunos inventarios y catálogos (Diéguez, 1976; Bejarano, 1993, 2008) y se llevaron a cabo nuevas intervenciones arqueológicas (Bueno Ramírez, 1988: 17). En los últimos años no se han

realizado nuevas intervenciones ni trabajos de campo que permitan actualizar los conocimientos de los que se disponía (Enríquez y Carrasco, 2000).

Se trata de un periodo que podemos situar entre el VI y el I mil. AC, momentos en los que se producen cambios fundamentales en las estructuras sociales de los grupos que irán agregándose y asentándose en el territorio. Se produce la domesticación de animales, ovicápridos, y plantas, habiendo así desarrollado la agricultura, centrada en la cebada, el trigo y las leguminosas. A ello debemos añadir la aparición de la cerámica y los nuevos tipos tecnológicos, como es la piedra pulimentada, para elaboración de hoces, cuchillos o puntas de flecha. Fruto de esos cambios económico-sociales, se desarrollará una nueva percepción del espacio, de modo que las poblaciones de este periodo se caracterizarán por un nuevo tipo de arquitectura: las aldeas, situadas en las zonas con mayores índices de fertilidad como serían los valles aluviales o las campiñas donde también es posible una fácil explotación. Ha de añadirse aquí también la importancia que irá adquiriendo la minería que, en esta zona, como se ha mostrado anteriormente, es rica en yacimientos de distintos minerales.

Si bien en los primeros momentos de este periodo es difícil hallar hábitats, no será así en momentos finales y los primeros momentos del Calcolítico, con gran presencia en la zona. Se empiezan a identificar ahora las grandes estructuras funerarias dolménicas, como lo son Los Mellizos, Porqueros, Lanchas, Zafra o Cajirón (Oliveira, 1998; Bueno y Balbín, 1991) (fig.4b). La alta densidad de dichas estructuras nos indica una elevada presencia de poblaciones asentadas en la zona. Estas sociedades, que en el sur de la península generan grandes complejos fortificados, como Los Millares (Molina y Cámara, 2005) y grandes agregaciones de población como Valencina de la Concepción (Mederos *et al.*, 2020), no se manifestarían del mismo modo en esta zona. Las únicas referencias arqueológicas que encontramos para este momento de poblado amurallados en el término municipal es el poblado de El Jardínero I, cuya primera fase se sitúa en el Cobre Final, en la que se observan lienzos de una muralla que alcanza hasta 5 metros de ancho con bastiones semicirculares (Bueno *et al.*, 1990).

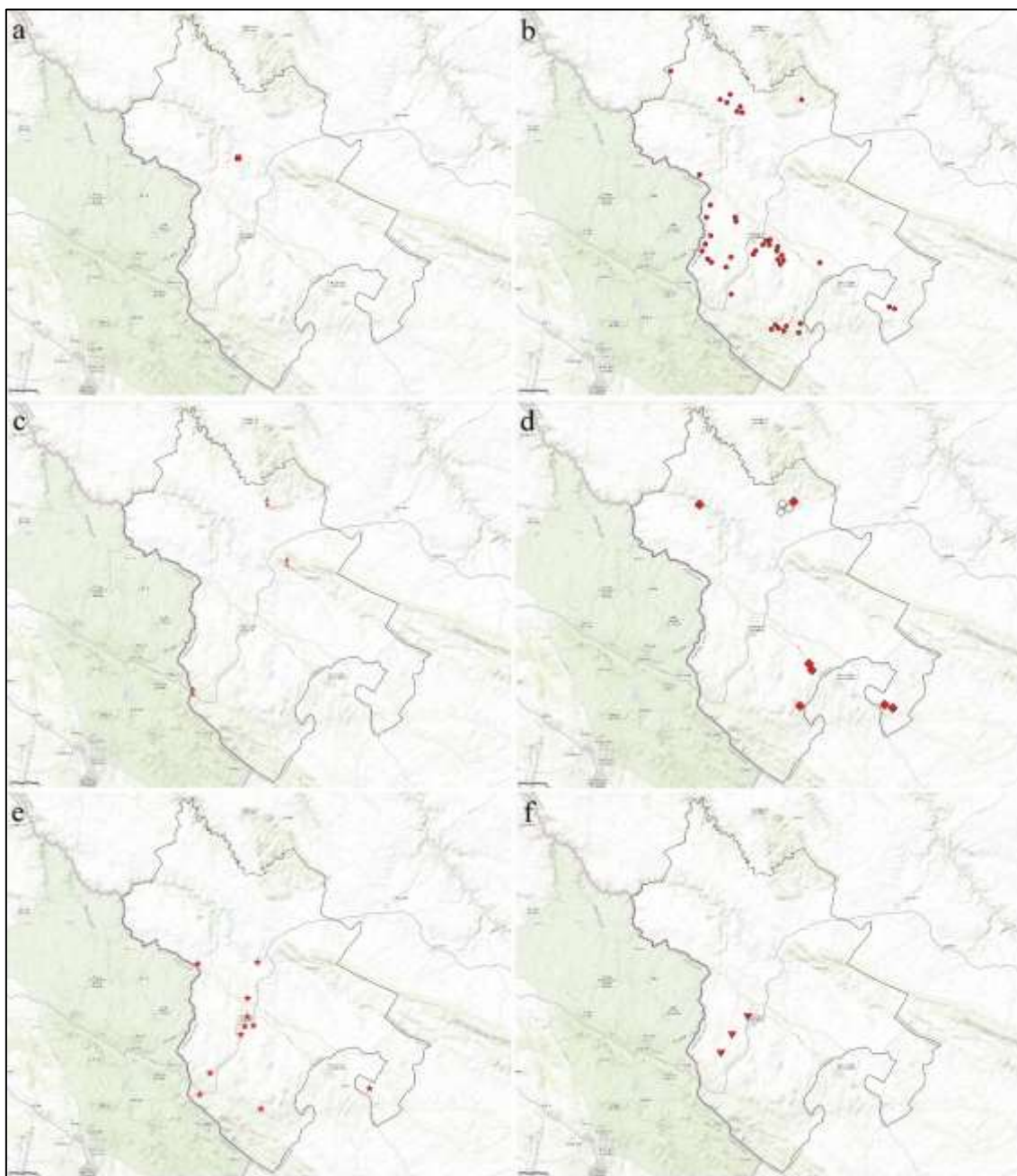


Figura 4. Mapas de hallazgos de acuerdo a la naturaleza y la cronología de los mismos: **a)** Paleolítico; **b)** estructuras megalíticas; **c)** abrigos con pinturas rupestres; **d)** poblados del Bronce Final/Hierro y estelas asociadas; **e)** sitios para época romana; **f)** tumbas antropomorfas de posible adscripción tardoantigua.

A estos hábitat e ítems del territorio debemos añadir los recientes hallazgos de pinturas rupestres de diferentes momentos documentados en distintos puntos del término municipal (Oliveira *et al.*, 2014). Así, los trabajos previos han demostrado que, en las zonas con megalitos, las pinturas esquemáticas ocupan un papel muy significativo en la definición de territorios, junto con los grabados al aire libre. Por tanto, la complejidad expresiva es mucho más contundente de lo que proponían las hipótesis clásicas. El hallazgo de pinturas esquemáticas en Valencia de Alcántara aporta un

conjunto de abrigos con pintura esquemática en uno de los núcleos más ricos del megalitismo regional (fig.4c).

Al final de la Prehistoria Reciente se observan cambios a nivel local, más evidentes según nos adentramos en el II Mil. AC. Encontramos un nuevo tipo de elemento: las estelas (Almagro Basch 1962), que han sido interpretadas como hitos funerarios ofrendados a personajes importantes, lo que denotaría un incremento de la jerarquización social en relación al momento anterior. En este caso, Valencia de Alcántara posee tres ejemplos, todos ellos localizados en el norte del término, siendo El Millarón, Valencia de Alcántara I y II, únicas por el momento (Diéguez, 1964; Galán Domingo, 1993: 96-97) (fig.4d). Estos datos permiten señalar el abandono de las antiguas estructuras dolménicas y la creación de nuevos hitos en el territorio. Estas estelas, estudiadas ya en los años 60 del siglo pasado (Diéguez, 1964; Almagro, 1966), han sido incluidas en trabajos más recientes (Celestino, 2000), se pondrían en relación con espacios habitacionales como El Jardinero II–Cerro de la Mina, El Torrejón, en sus dos fases de ocupación, Virgen de la Cabeza, El Cofre y El Alburrel, a pesar de que el único excavado ha sido El Jardinero (Bueno *et al.*, 1991). Todos ellos ubicados en un espigón fluvial, con buenas defensas naturales y con un importante control del territorio circundante. Estas dinámicas de ocupación del territorio pueden observarse en El Cofre de la Edad del Hierro, situado a unos 450 msnm, y el castro de El Alburrel, contemporáneo al anterior y situado a 260 msnm. Estas poblaciones devendrían posteriormente en las poblaciones locales prerromanas, aún por definir en la zona.

La sociedad prerromana apenas está caracterizada en la zona, destacándose una figura zoomorfa que ha sido interpretada como un toro, aunque su localización aún no está bien definida (Ruiz Zapatero y Álvarez-Sanchís, 2002; Álvarez-Sanchís, 2009). Si consideramos que los primeros ataques lusitanos a los romanos se fechan en el año 194 a.n.e., no será hasta el 155 a.n.e. cuando se inicien las llamadas Guerras Lusitanas, en las que participaron vetones y lusitanos frente a contingentes romanos, una situación que se prolongará hasta el 136 A.C. Este puede determinarse como el punto de partida de la ocupación romana de la zona y el inicio de los cambios en el modo de ocupación del territorio: creación de ciudades que controlan un extenso territorio delimitado por barreras naturales, destacando entre ellas tres ciudades estipendiarias: Augustobriga, Caparra y Caurium, más otros núcleos de menor entidad (Martín, 1999). Estas ciudades desarrollarían en su entorno sistemas de explotación de su *ager* a partir de *villae* y/o distintas entidades agropecuarias, un hecho que terminó por constituir un

poblamiento de carácter disperso en la zona (Enriques, 1988: 24). Algunos estudios previos señalan que, dada la amplia dispersión de los materiales que alcanzan algunos de estos yacimientos, hace pensar que se desarrollaran como importantes núcleos que se fueron consolidando a lo largo de la etapa imperial, sobre todo a partir del s. III, con una distancia entre ellas que giraría en torno a los 4 y 5 km. En otros puntos de la provincia de Cáceres se ha podido constatar un fenómeno similar. Especialmente interesante son los resultados obtenidos en los alrededores de Capara donde se ha podido documentar que los asentamientos rurales se distribuyen por el territorio en **intervalos regulares de unos 2'5 Km. entre ellos, aumentando esa distancia hasta 4 Km.** en las zonas marginales. En torno a Norba la separación media entre los asentamientos **es de unos 3 Km. acercándose a 1'5 Km.** en determinadas áreas (Martín, 1994: 270).

Quizás los restos de época romana estén aquí bien representados, pues han sido identificadas distintas *villae*, necrópolis y artefactos que justifican esa presencia en la zona (fig.4e). Entre las villas destaca fundamentalmente Torre Albarragena (González Cordero *et al.*, 1990.), de finales del s. III con un mosaico en el que se presenta el triunfo de Baco (Marín Díaz, 2016). Otros restos de gran envergadura son los documentados en la Postura Roja/St^o. Domingo (Gorges, 1979: 240) o en el Cortijo del Paje/Los Nogales, donde se han encontrado inscripciones, *tégulas*, así como la base de una columna en su entorno inmediato (Gorges, 1979: 240; Soria Sánchez, 1997: 531). Por último, en Espadañal se han encontrado algunas monedas bajoimperiales (Fernández Corrales, 1988: 259).

La falta de construcciones civiles nos lleva a pensar en una falta de población agregada. En este sentido, quizás es el acueducto la construcción que más controversia ha generado a lo largo de los años pues distintos autores señalan que pudo tener su origen en época romana. En la actualidad apenas se conservan unas arcadas que pudieron pertenecer a este momento (Fernández Casado 2008). Más aún, se reconocieron algunos elementos reutilizados, como expone J. de Viu (1852), quien señala que, entre el arco décimo y el noveno, empezando por el SO, se localiza una inscripción con caracteres desconocidos, posiblemente de fase prerromana, lo que no se ha podido corroborar hasta la fecha. El acueducto toma el agua de la llamada Fuente del Oro, situada en una pequeña pedanía conocida como Sⁿ Pedro de los Majarretes (Mélida, 1916-1919), la cual podría igualmente fecharse en el s. I (Blázquez, 1977: 153). Esta fuente es un pozo de tipo circular, de unos 8 m. de profundidad y 10 m. de diámetro, provisto de varias galerías colectoras arqueadas y de salidas, actualmente taponadas.

Otro punto discordante es el llamado Puente de Abajo/Puente de Piedra, un puente muy sencillo construido sobre la Ribera de Avid, el cual cruza con tan solo una arcada, pero se tienen dudas sobre su posible origen romano (Ávila Vega, 1992: 49). Esto mismo podría ocurrir con el Pontarrón, un puente de doble ojo que cruza el río Alburrel, al NE del núcleo urbano de Valencia de Alcántara, con restos de calzada a ambos lados del puente. Sin embargo, es posible que solo algunos sillares de las primeras hiladas pudieran adscribirse a época romana (Ávila Vega, 1992: 48-49).

Otras infraestructuras importantes son las diversas fuentes –algunas ya mencionadas más arriba– y que motean el territorio valenciano, como es la Fuente Blanca. Se trata de una fuente de caño de importante caudal que debió ser explotada desde estos momentos como se infiere por la cantidad de vestigios que se han encontrado en su alrededor, entre las que cabe destacar las aras que hacen referencia a las propiedades salutíferas del agua. Otras fuentes que han sido consideradas como romanas, por el contrario, presentan mayores problemas de adscripción, como son Fuente de Monroy y la Fuente de La Dehesa. La primera es una fuente de granito localizada en la zona sur de casco urbano, muy cercana a los restos de Los Nogales. Presenta dos vanos con arcos de medio punto rebajados rematada en cornisa. Tradicionalmente se ha considerado romana, pudiendo pertenecer al siglo I d.C. aunque, eludiendo eso, lo que conservamos hoy parece posterior (Ávila Vega, 1992: 48-49). La segunda también es de dudosa fábrica romana, la cual desaparece en 1926 por haberse convertido en una fuente de suicidios (Ávila Vega, 1992: 47-48).

En relación a las necrópolis, por el momento conocemos el caso de dos necrópolis: la necrópolis de La Fuente Herrada y necrópolis de Puerto Roque. La primera ha sido recientemente documentada en las labores de construcción de la circunvalación de San Vicente de Alcántara, documentándose 31 enterramientos de incineración realizadas en fosa excavadas en la roca (Cano y Valdivieso, 2009). Por sus materiales, las excavadoras del sitio situaron cronológicamente esta necrópolis entre el s. I y III. La necrópolis de Puerto Roque, realizada en nichos de lajas de pizarra, parece ser un poco más tardía, en torno al s. IV (Molano *et al.*, 1991-1992: 148).

Existen otros restos de posible adscripción romana y algunos otros que han sido fruto de largas discusiones. En el primer caso encontramos la calzada de La Zafra, de la que se tienen pocos datos bibliográficos que hablan sobre ella (Arias, 2007) y, aunque se ha dicho de ella que era romana, lo cierto es que presenta claras remodelaciones de épocas

posteriores (Ávila Vega, 1992: 49-50). Otro punto del que poco se sabe es el sitio de Chivarría en el que, atendiendo a los restos visibles en superficie, pudo pertenecer a una antigua fundición de hierro romana (Bueno y Vázquez 2008: 146). Y, por último, un caso sin resolver: El Sexmo del Sever. El sitio contiene una gran cantidad de restos, lo que supuso que se vinculara con *Iulia Contrasta*, un error en que incidieron muchos autores del s. XIX, y de lo que aún se hicieron eco algunos diarios españoles de mediados del siglo pasado¹⁰⁵. El sitio se encuentra a orillas del río Sever, a unos escasos kilómetros del núcleo de urbano. En su entorno se observan muchos restos de piedras labradas de gran tamaño, algunas tumbas en pieza, ladrillo, trozos de mármoles, teselas, pedazos de columnas, capiteles de estilo corintio, pedestales y un sin fin de restos similares (Viu, 1852: 247-249; Madoz, 1845: 449; Mélida, 1924: 201). Según exponen, también se podían observar restos de un acueducto y áreas donde parecían erigirse tres templos, de los cuales uno debía ser de gran tamaño *a juzgar por el diámetro de sus columnas, en torno al metro y medio*. Se conservan los zócalos y basamentos, pero ya muy destrozados por el trabajo del arado. Añadir que, en una de las supuestas casas del centro del poblado, como señalan, se han hallado inscripciones. Ya en el último tercio del siglo, se añaden al conjunto una serie de monedas del periodo altoimperial (Fernández Corrales, 1988: 259) y hasta trece inscripciones localizadas en El Carrascal, Sexmo del Sever, Olivar de la Villa, entre otros (Galavís, 2020: 219-237).

Ya durante la tardoantigüedad y primeros momentos de la Edad Media, y aunque los asentamientos son abundantes en Extremadura, no se tiene constancia de que exista en la zona algún tipo de resto para estos momentos más allá de la serie de tumbas antropomorfas que podrían adscribirse a este momento. Nos referimos a las sepulturas del valle de San Benito, la Barca y la Dehesa (fig.4f), conjuntos que aún no han sido estudiados en profundidad pero que presentan características similares a las halladas en Arroyo de la Luz (aun por estudiar), en Carregal do Sal e Gouveia (Tente y Lourenço, 1998) o en Riba Côa (Martín Viso, 2007), por poner algunos ejemplos.

A finales del siglo VIII y principios del IX debieron ser abundantes los contingentes bereberes del norte de África que se asentaron en Extremadura. Estos contingentes se conformaban por clanes que ocuparon tierras de las que luego se hicieron propietarios, estableciendo centros de control. Estos centros fueron más tarde dominados por

¹⁰⁵ Diario ABC de Madrid (6-1-1968): En Busca de Iulia Contrasta. https://elbauldevalenciadealcantara.blogspot.com/2009/11/blog-post_7636.html [visto el día 3 de julio de 2022].

Abderramán I, que divide la zona central del país en *qoras* o provincias bajo un *wali* o *amil*, cuyo fin no sería otro que mantener esa estructura, pero ahora bajo el control centralizador del califato. En momentos posteriores, serían los núcleos fortificados o de cierta entidad demográfica las que se constituyen como áreas de control del territorio. Así, según nos acercamos a la fecha de 1221, cuando Valencia de Alcántara es conquistada por los reinos cristianos, la zona se convierte en una *frontera* (Cardalliaget, 1999: 66), lo que produjo la necesidad de crear una alcazaba para frenar los avances cristianos. La gran parte de los autores propone la fecha del s. XII-XIII como construcción de tal fortaleza en el lugar en que hoy encontramos la actual (Navareño, 1985: 150-151; Campesino, 2006: 930-933). Sin embargo, en lo que respecta al periodo, no hay muchos estudios sobre la zona, pues se enmarcan dentro de estudios más generales, dentro de los actuales términos de Extremadura (Cardalliaget, 2000). Destacan algunos trabajos sobre el posible origen de las columnas del actual consistorio las cuales pudieron formar parte de la antigua mezquita (López Jiménez 1994), posteriormente desmentido (Miranda y Martín 2017).

En adelante toda la zona pasará a formar parte de los reinos cristianos y se encontrará bajo el control de la Orden de Alcántara hasta que ésta desaparezca y sea controlada directamente por el poder central de los monarcas hispanos. Sin duda, la zona sufrirá los avatares de localizarse en un área fronteriza, lo que supondrá, por un lado, las razias hispanomusulmanas desde el sur y, por otro, las de sus vecinos portugueses. Sin embargo, las relaciones a los dos lados de la frontera –hispanoportuguesa, en este caso– serían relativamente distendidas, como se demostró en el 1313 con la firma del tratado más antiguo rubricado en Europa actualmente, entre las poblaciones de Valencia de Alcántara y Marvão, en el cual se establecieron las bases de una relación de cooperación en relación al uso de los pastos para los pastores transterminantes de la zona a un lado y otro de la Raya.

A pesar de ello, las guerras entre ambos estados fueron sucediéndose. La secuencia de enfrentamientos bélicos con Portugal se inició en el 1247 y se extendió hasta el 1801, siendo especialmente virulentos durante la Restauración de la Independencia de Portugal (1640-1668) (Bragado y Dorado, 2014) y la Guerra de sucesión española (1703-1714), en los que se devastó y despobló amplias zonas de la frontera. Entre ambos estados se firmaron diversos acuerdos a lo largo de la Edad Media, Época Moderna y Contemporánea, destacándose los tratados de Zamora (5 de octubre de 1143), que marca el inicio de la independencia de Portugal del reino de León (Alfonso VII) y de la

dinastía Alfonsina con Alfonso I de Portugal, el Tratado de Sahagún (1170); el Tratado de Badajoz (1267); firmado por Alfonso X de Castilla y León y Alfonso III de Portugal y establece la frontera entre Castilla y Portugal; tratado de Alcañices (1297), en la que se fijaron las fronteras entre Portugal y el reino de Castilla; Tratado de Badajoz (1801); Tratado de Lisboa (1864), en el que se fijaron las fronteras aún vigentes entre España y Portugal; Acuerdo de Límites (1926). Todo este tipo de idas y venidas generará una serie de estructuras, tanto en el avance de la conquista cristiana (Navareño, 1987), como posteriormente entre las distintas guerras hispanolusas, que dependerán de los modelos geopolíticos de cada momento y supondrán la génesis de nuevas dinámicas de ocupación del territorio y construcción de diversas obras que irán antropizando el territorio valenciano.

En el núcleo urbano las modificaciones del espacio se irán sucediendo. Sin embargo, es hasta la fecha es difícil de evaluar arqueológicamente ya que son pocos los estudios realizados, destacando la intervención desarrollada para la revalorización de la antigua sinagoga, llevada a cabo entre febrero y marzo del 2000 (Bravo Escudero 2002-2003). El resto de estudios realizados en el ámbito urbano desarrollan aspectos que tienen más relación con lo cualitativo, es decir, se fijan en los aspectos estilísticos de los distintos edificios que conforman el urbanismo, como, por ejemplo, la Plaza Mayor de Valencia de Alcántara o el barrio gótico (Lozano, 1984: 2), las iglesias (Miranda Díaz, 2008; Miranda Díaz y Martín Nieto, 2009) o la fortificación (Navareño Mateos, 1987, 1988; Corchero, 2007). Sobre el barrio gótico destaca la reciente tesis doctoral realizada por Y. Morante (2017) que, a través de la arquitectura, ha realizado una caracterización de la urbanística desde época medieval y su evolución en fases sucesivas, observándose la importancia que presentan los edificios monumentales en la organización del espacio y su ligación a los oficios.

Metodología

La ejecución de la actividad arqueológica a la que responde el presente trabajo se desarrollará siguiendo unos planteamientos bien definidos en varias fases. En una primera fase, de forma previa al desarrollo de la prospección en campo, se realizará la recopilación y análisis de la información preexistente, que en parte se presenta en este trabajo (fig.5). En la segunda se ejecutarán propiamente los trabajos de campo, esenciales a la prospección arqueológica y, en la tercera, se procesará y analizará la

información obtenida, procediendo finalmente a la presentación de resultados.

Así, la Fase I del trabajo conllevará un exhaustivo trabajo previo de documentación, recopilando toda la información cartográfica e histórico-arqueológica existente hasta el momento sobre el ámbito de actuación, incluyendo también la procedente de fuentes orales. Por ejemplo, en el museo local, actualmente se encuentran expuestos algunos útiles en piedra pulimentada, cerámica, etc. los cuales serán debidamente documentados y, en lo posible, determinar su origen, lo que resultaría de indudable utilidad como fuente de información sobre posibles yacimientos prehistóricos actualmente desconocidos y la administración pública. Incluso se tienen indicios de la posible existencia de algunas piezas en poder de particulares y cuya documentación y procedencia resultarían del mismo interés.

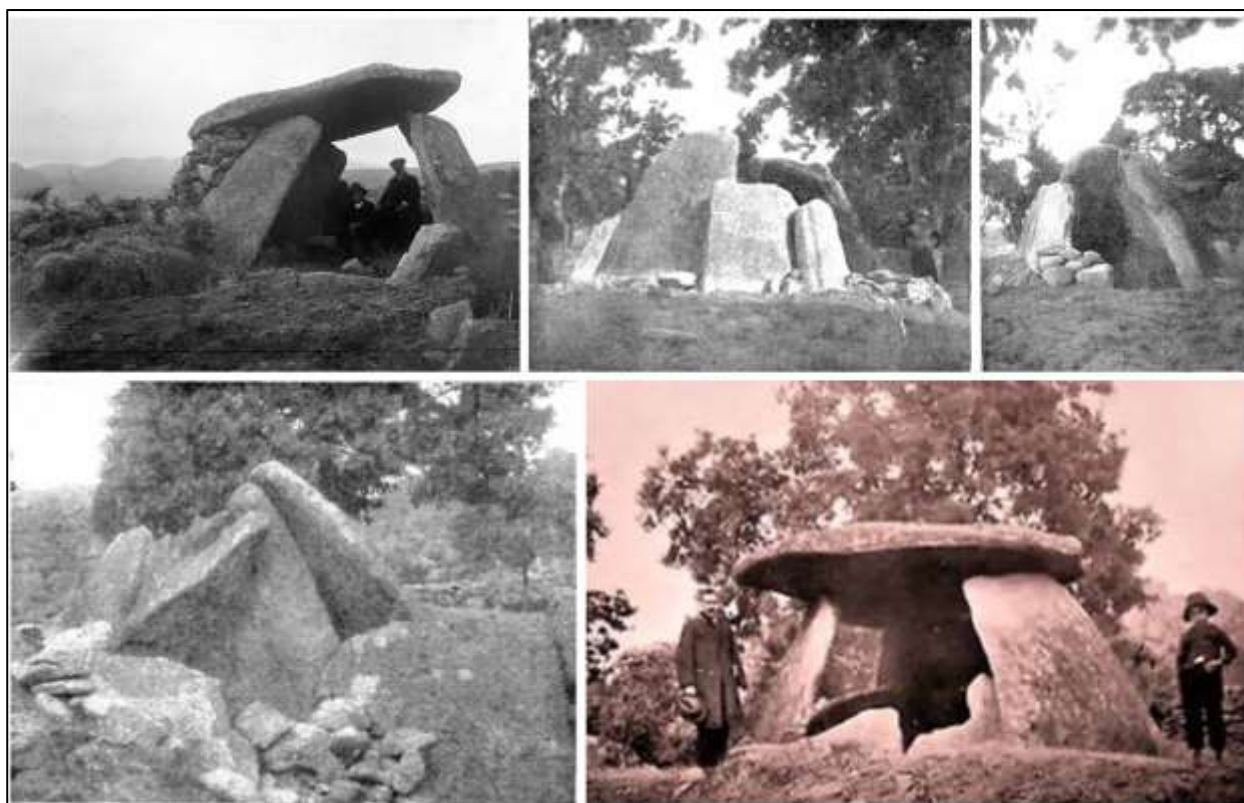


Figura 5. Acervo documental previo que tiene por objeto la recuperación de la memoria de los sitios arqueológicos a partir de fotografías.

La Fase II del trabajo del proyecto se centrará en el trabajo de campo, que se desarrollará mediante **prospección arqueológica de superficie**, entendida como la **exploración visual del registro material conservado en la superficie del terreno y su debida documentación mediante un método planificado** (Cerrato Casado, 2011). Esta técnica constituye en sí misma una potente herramienta para la investigación

arqueológica, en especial para el mejor conocimiento de los aspectos territoriales (p.e. Ruiz-Zapatero, 1996; García Sanjuán, 2004; Cerrato Casado, 2011), con independencia de que, en un futuro, y previa autorización administrativa, pudiera considerarse procedente la excavación de alguno de los lugares arqueológicos que se detecten.

La superficie del área de estudio asciende a 594,8 km², es decir, la totalidad del término municipal de Valencia de Alcántara. Para un ámbito geográfico de tal extensión –y máxime con las limitaciones inherentes a un proyecto de este tipo– resulta imprescindible una correcta planificación previa de los trabajos. En aras precisamente a adecuar su desarrollo a los medios disponibles e intentando optimizar sus resultados, el diseño propuesto incluye dos tipos complementarios de prospección: (a) de cobertura absoluta y (b) muestreo aleatorio mediante transectos (fig.6). Estas dos técnicas de prospección se aplicarán en el territorio en función de los sectores preliminarmente delimitados. La estratificación definitiva se realizará en el transcurso de esta fase, una vez autorizada la intervención. Todos los movimientos en campo (*tracks*) serán recogidos mediante GPS y estos volcados a un *csv*. para su visionado en SIG.

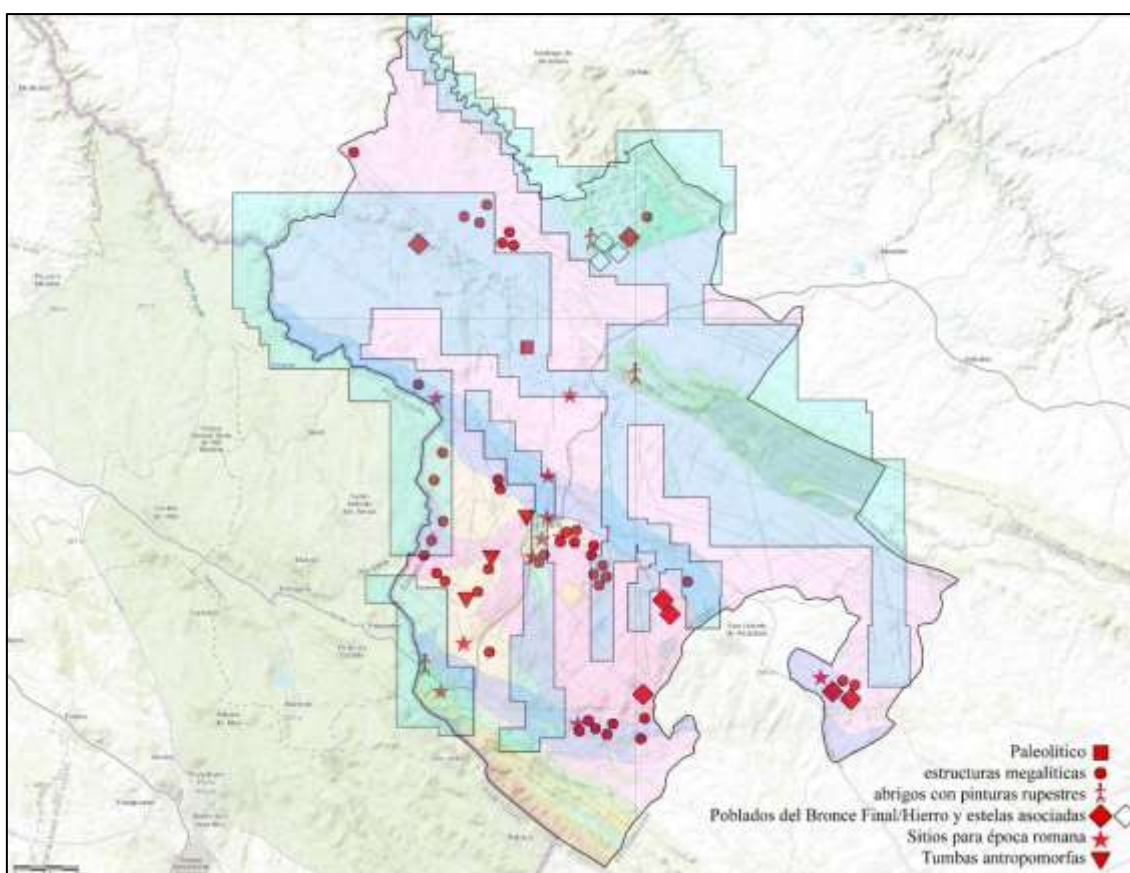


Figura 6. En azul se marcan las zonas en las que se realizará una prospección intensiva, siguiendo un modelo modificado de la propuesta que realizan P. Bueno y A. Vázquez (2008). Se sitúan asimismo los sitios y hallazgos del municipio recogidos hasta la fecha mediante bibliografía.

Con objeto de optimizar el esfuerzo de prospección, el sector objeto de cobertura absoluta se limitará a aquella parte del territorio donde resulta presumible una mayor probabilidad de albergar lugares arqueológicos. Tal delimitación se ha realizado en base al conocimiento previo del equipo de trabajo y atendiendo a características geomorfológicas y topográficas, toponimia, proximidad a surgencias de agua y cauces menores, presencia de hitos geomorfológicos singulares y áreas fuente de recursos líticos, considerando también la totalidad de los conjuntos montañosos y sus abrigos y, en general, prescindiendo de los ámbitos ya prospectados.

El segundo sector, objeto de prospección mediante muestreo aleatorio con transectos, se corresponde básicamente a zonas de campiña más o menos llanas, pero alejadas de cursos y puntos de agua. Actualmente están en su totalidad dedicadas al cultivo de olivar y a amplios espacios de dehesas destinados a la montanera o como pastizales. Cada unidad de muestreo será el transecto, en este caso con unas dimensiones de 50 m de anchura x 500 m de longitud (2,5 ha). Cada uno de tales transectos será recorrido por un grupo de 5 personas, discurrendo en paralelo y separadas 10 m entre sí. La selección de los transectos se realizará mediante selección de puntos al azar (García Sanjuán, 2004), estableciendo únicamente la condición de encontrarse en pendiente inferior al 7%; cada una de las coordenadas obtenidas al azar se utilizará como punto medio de transecto, tomándose la dirección del mismo como N-S en todos los casos.

En todos los trabajos de prospección y sectores territoriales, independientemente de su tipología, se prestará preeminente atención al hallazgo de materiales y/o estructuras objeto del presente proyecto. En el caso de localización de estructuras y elementos muebles de relevancia, éstos serán fotografiados y descritos en ficha de campo, siguiendo el modelo ya utilizado en prospecciones anteriores por el Grupo de Investigación de la Prehistoria Reciente de Andalucía (GEPRAN, HUM-274) (Molina *et al.*, 1991). Si bien, en este caso la ficha se rellenará en un soporte informático para su posterior volcado a SIG. La ficha de campo consta de los siguientes campos generales: datos de control del yacimiento (sigla, nombre, etc.), datos de georreferencia y localización, descripción (de los restos, estructuras, entorno, etc.), área del yacimiento, características, tipología, recursos cercanos, visibilidad, yacimientos cercanos, registro arqueológico (cultura material y estructuras), cronología y conservación. La documentación se completará con un apartado descriptivo (fotografía, croquis, dibujos, etc.), que permitirá a *posteriori* informatizar y sistematizar la información recogida. Todo ello siempre ajustado al modelo de la Junta de Extremadura.

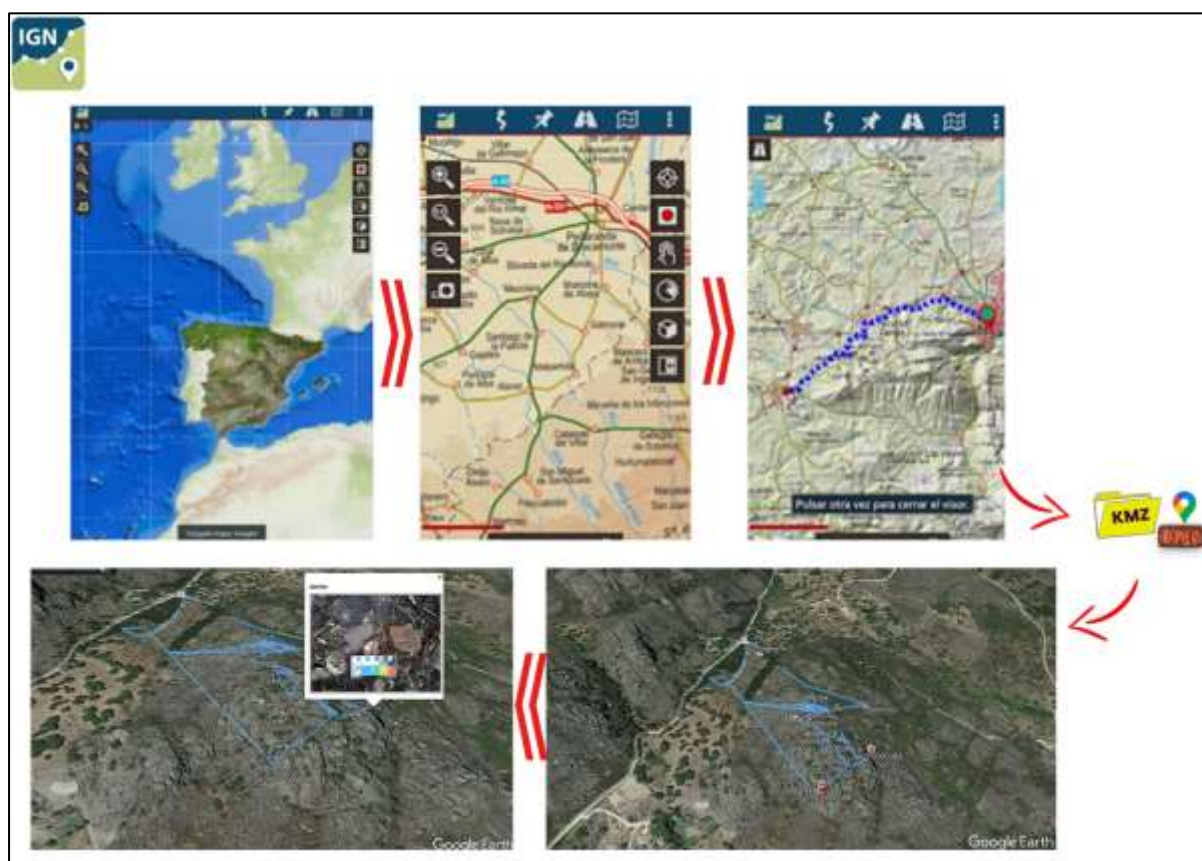


Figura 7. Estrategias de documentación seguida para el registro de sitios arqueológicos y materiales asociados a partir de la aplicación del IGN y la información volcada a Google Maps.

Cada nuevo yacimiento será objeto de delimitación mediante su inscripción dentro de un polígono que abarcará la totalidad de las evidencias superficiales inmuebles y/o, al menos, el 90% de las muebles. El perímetro de este polígono quedará georreferenciado. Además, se realizará una recogida selectiva de muestras de material mueble en función de su interés científico o de sus necesidades de conservación, si así lo requieren, para su posterior estudio y análisis. La identificación de material arqueológico es fundamental para caracterizar funcional y cronoculturalmente el yacimiento. Todos los materiales que por su interés sean retirados de superficie, para su posterior estudio, serán registrados mediante UTM individualizada.

Complementariamente, se georreferenciarán también los inéditos lugares arqueológicos de los periodos más recientes a nuestros días que pudieran ser localizados, con objeto de su comunicación a la Consejería de Cultura, Turismo y Deportes de la Junta de Extremadura. Todos los registros obtenidos se volcarán en un modelo de SIG (fig.7).

La Fase III del proyecto conlleva el procesamiento de la información y análisis de los vestigios materiales recuperados, así como la presentación de resultados. En esta etapa se realizarían las siguientes actividades. Primeramente, se está realizando (a) un inventario de los materiales recogidos, si los hubiese, los cuales serán lavados, siglados, cuantificados, descritos y clasificados. Seguidamente, se genera una (b) reconstrucción y dibujo de las piezas arqueológicas en el caso de recogida de material arqueológico (Dorado y Gámiz, 2020). Estos materiales pasarán luego a ser (c) almacenados en cajas de cartón del material arqueológico estudiado en el caso de que lo hubiere, para su posterior depósito en el museo correspondiente, como así se hace constar en el art. 53 de la ley 3/2011, de 17 de febrero, apartado 2, sobre las obligaciones *del director de la intervención, o en su caso, del suplente del mismo*, en el apartado e), *Depositación de los materiales en el Museo señalado en la resolución en la forma que se establezca reglamentariamente*. Tras la localización de los sitios, se procede a la informatización de los dibujos arqueológicos de las estructuras documentadas, así como de su cultura material. En muchos casos, tanto artefactos como sitios arqueológicos, están siendo registrados mediante modelos tridimensionales que estarán disponibles en el repositorio institucional del que dispone el Dpto. de Prehistoria y Arqueología de la UGR¹⁰⁶. Para ello, seguimos un sistema jerarquizado que pretende recoger datos fotogramétricos que pueden resumirse en tres niveles (fig. 8): artefactos de pequeño tamaño, grabados y estelas; sitios arqueológicos de mediano tamaño como dólmenes, verracos o crómlech, y; yacimientos arqueológicos en su totalidad. Para ello usamos distintas herramientas como cámaras fotográficas o drones, de acuerdo con el nivel de registro al que nos enfrentamos.

Por último, y volcados todos los datos de campo en distintas tablas, crearemos un mapa en que quedarán representados las distintas categorías establecidas. Este Sistema de Información Geográfica tiene por objeto ordenar el grueso del registro recogido, en el que se los resultados extraídos de trabajos de campo realizados por otros equipos con anterioridad. Sin duda, permitirá en un futuro realizar un estudio integral del área objeto de la intervención que ayude a establecer la secuencia ocupacional de Valencia de Alcántara y, con ello, generar herramientas a distintos niveles de conocimiento, así

¹⁰⁶ Este repositorio está accesible en: <https://virtual3dugr.prehistoriayarqueologia.org>, y es utilizado tanto para la actividad docente como investigadora de los miembros del departamento de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada.

como planificar posibles obras de infraestructuras que la administración pública o por cuenta privada puedan realizarse.

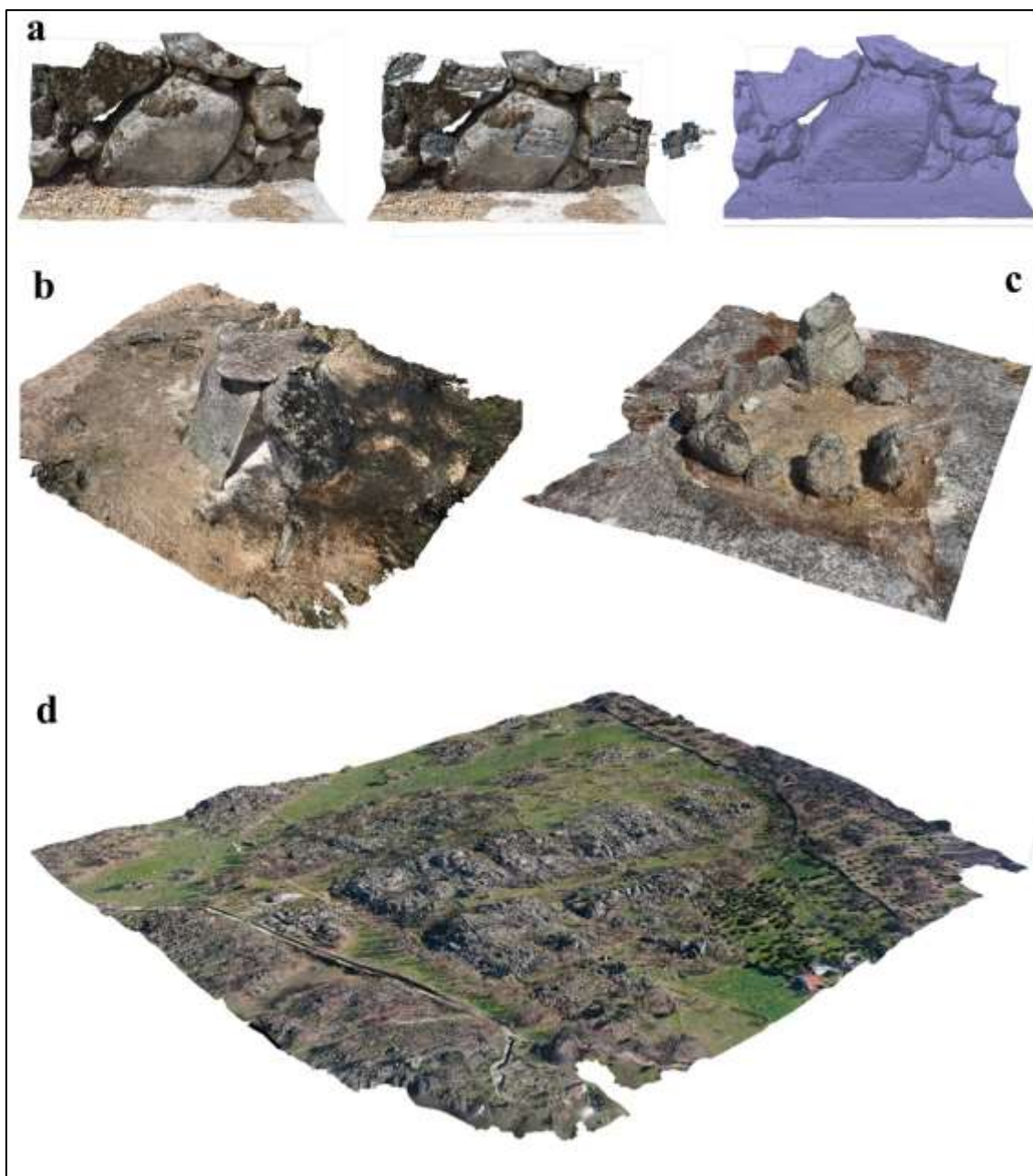


Figura 8. Ejemplos de niveles de documentación fotogramétrica aplicado al proyecto: a) Grabado realizado con caracteres semíticos identificado en la Calleja del Tinte; b) Modelo fotogramétrico del dolmen Tapias II; c) Posible crómlech localizado en la pedanía de Las Lanchuelas; d) Poblado fortificado localizado a las orillas del río Caparrosa.

Algunas consideraciones iniciales...

La prospección que se plantea para el término municipal de Valencia de Alcántara apenas acaba de comenzar (pues se inicia en agosto de 2021). Sin embargo, creemos que la metodología usada, junto con el apoyo de los voluntarios y voluntarias que apoyan

las tareas de campo, así como toda la información recabada, suponen hasta la fecha un éxito. Algunas de las novedades ya pueden verse en este documento, como es la recopilación de datos del acervo fotográfico popular mediante la cesión de fotografías históricas de los vecinos (fig.5) lo que, sin duda, se constituye como una aportación de gran relevancia no sólo por los datos que aporta a nivel histórico, sino por el apoyo recibido. Y es que, finalmente, esto conlleva la implicación y participación de la ciudadanía en las labores básicas de documentación y, con ello, una revalorización de las tareas que los investigadores realizamos. En estas tareas además se han implicado varias asociaciones locales, como la A.C En la Brecha, que se constituye como la promotora de la actividad, y los miembros del Grupo de Arqueología y Defensa del Patrimonio de Valencia de Alcántara, que dan su apoyo en campo durante las labores de prospección. Elementos como las estelas de guerrero o diferentes aras romanas están también siendo modeladas con su apoyo mediante fotogrametría para que sean accesibles para otros investigadores o personas que estén interesadas en el conocimiento histórico valentino.

Toda esta participación está suponiendo la localización de un importante número de nuevos yacimientos arqueológicos de gran interés, pues generan e incrementan el conocimiento que hasta la fecha tenemos de las distintas fases cronológicas de las que se compone el proyecto de prospección, como así lo demuestra el posible crómlech localizado en Las Lanchuelas (fig.8c) o el poblado fortificado de posible adscripción prerromana sito junto al río Caparrosa (fig.8d), por citar algunos de los nuevos sitios. Igualmente, nuevos abrigos con pinturas rupestres están siendo localizados en la Sierra de Matalobos o El Millaron, un lugar del que sabíamos su existencia pero que ahora se están viendo incrementados notablemente.

Con todo, y aunque debemos ser cautos por el momento, creemos que las sinergias que estamos generando supondrán el incremento paulatino de los sitios arqueológico y su imbricación con la población que, durante años, ha vivido a espaldas de la arqueología. Y es que, las intervenciones realizadas durante los años 80 llevaron a implantar el *dolmen* como una suerte de icono para la población, gracias a las labores de divulgación y trabajo de campo que se realizaron en el pasado. Con estas intervenciones queremos nuevamente volver a acercar la Arqueología a la 'a la calle' y, con ello, educar para su conservación y mantenimiento y, ulteriormente, generar nuevas estrategias que permitan fijar población a través de la puesta en valor de algunos de estos nuevos lugares.

Agradecimientos

Este trabajo se está realizando en el marco de los estudios que desarrolla la Unidad de Excelencia 'Archaeometrical Studies. Inside the artefacts & ecofacts', financiada por el Vicerrectorado de Investigación y Transferencia de la Universidad de Granada, así como por el proyecto Arqueología en la Red (2): Ahora más conectados. Las nuevas colecciones de Prehistoria y Arqueología de la UGR, financiado por Medialab, Universidad de Granada. Asimismo, queremos agradecer a todas aquellas personas que de una u otra manera contribuyen al conocimiento de Valencia de Alcántara.

Bibliografía

- ALMAGRO BASCH, Manuel (1962) – Una nueva estela grabada extremeña. Valor cultural y cronológico de estos monumentos. *Munibe*, XIV, p. 285 – 296.
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, Jesús Rafael (2009) – *Los Vettonos* (2ª Edición). Bibliotheca Archaeologica Hispana. Madrid: Real Academia de la Historia
- ARIAS, Gonzalo (2007): Mapa - Índice de las vías romanas de Hispania. *El Miliario Extravagante*, p. 39-41
- BARRIENTOS ALFAGEME, Gonzalo; CERRILLO M. DE CÁCERES, Enrique; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (1985) - *Historia de Extremadura. La Geografía y los Tiempos Modernos I*, Badajoz: Universitas Editorial.
- BEJARANO GONZÁLEZ, Francisco (1993) – *Guía del conjunto megalítico de Valencia de Alcántara*. Ayto. de Valencia de Alcántara: Valencia de Alcántara.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (1977) – La administración del agua en la Hispania romana. *Segovia. Symposium de Arqueología Romana*. Barcelona, p. 147 – 161.
- BRAGADO ECHEVARRÍA, Javier; DORADO ALEJOS, Alberto (2014) – *El Sitio y Defensa de Valencia de Alcántara Durante la Guerra de Restauración (1664)*. Colección de la Historia de Valencia de Alcántara 1. Valencia de Alcántara: Grupo Literario Valbón.
- BRAVO ESCUDERO, Berta M. (2002-2003) – Restauración y rehabilitación de un edificio histórico olvidado la sinagoga de Valencia de Alcántara (Cáceres). *Norba: Revista de arte*, 22-23, p. 309 – 324.
- BREUIL, Henri (1920) - **La station paleolithique ancienne d'Arronches (Portalegre)**. *O Arqueologo Potugués*, XXIV, p. 53

- BUENO RAMIREZ, Primitiva (1988) – *Los Dólmenes de Valencia de Alcántara*. Madrid: Subdirección General de Bellas Artes y Arqueología.
- BUENO RAMIREZ, Primitiva; DE BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (1991) – El proyecto arqueológico Valencia de Alcántara: El Jardinero y yacimientos megalíticos de la comarca de Valencia de Alcántara (Cáceres). *Extremadura Arqueológica*, 2 [Ejemplar dedicado a: I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)], p. 89 – 102.
- BUENO RAMIREZ, Primitiva; DE BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo; BARROSO BERMEJO, Rosa; CARRERA RAMIREZ, Fernando (2011) - Painting Versus Engraving: Palaeolithic And Post-Palaeolithic Rock Art In The International Tagus – Sierra de San Pedro (Santiago De Alcántara and Valencia de Alcántara, Cáceres), *From the Origins: The Prehistory of the Inner Tagus Region*, eds. P. Bueno Ramirez. E. Cerrillo Cuenca. A. Gonzalez Cordero, BAR International Series 2219. Oxford: Archaeopress, p. 7 – 22.
- BUENO RAMIREZ, Primitiva; MUNICIPIO, Luciano José; ALVARADO, Manuel de; GONZÁLEZ, Antonio (1990) – El yacimiento de El Jardinero (Valencia de Alcántara, Cáceres). *Extremadura Arqueológica*, I, p. 89 – 102.
- BUENO RAMIREZ, Primitiva; VÁZQUEZ CUESTA, Antonio, (2008) – *Patrimonio Arqueológico de Valencia de Alcántara. Estado de la Cuestión*. Cáceres: Ayuntamiento de Valencia de Alcántara.
- CAMPESINO FERNÁNDEZ, Antornio José, (2006) – Fortificaciones abaluartadas de Extremadura: Planos inéditos de Moraleja, Zarza la Mayor, Alcántara, Valencia de Alcántara y Alburquerque. *Revista de Estudios Extremeños*, LXII, II, p. 930 – 933.
- CANO ORTÍZ, María Isabel; VALDIVIESO RAMOS, A. (2009) – *Memoria de la excavación arqueológica del yacimiento Fuente Herrada*. Memoria Sin Publicar.
- CARDALLIAGET QUIRANT, M. (1999) – *Sociedad y Territorio en la Historia de Extremadura*. Cáceres: Diputación de Cáceres.
- CERRATO CASADO, E. (2011) – La prospección arqueológica superficial: un método no destructivo para una ciencia que sí lo es. *Arte, Arqueología e Historia*, 18, p. 151 – 160.
- CORCHERO CERRÓN, José Manuel (2007) – Valencia de Alcántara. En M. CRUZ VILLALÓN (Coord.) - *Ciudades y núcleos fortificados de la frontera hispano-lusa*. El

- territorio de Extremadura y Alentejo. Historia y patrimonio*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 65 – 87.
- DIÉGUEZ LUENGO, Elías (1964) – Nuevas aportaciones al problema de las estelas extremeñas. Hallazgo de dos losas sepulcrales de la Edad del Bronce en Valencia de Alcántara (Cáceres). *Zephyrus*, 15, p. 125 – 130.
- DIÉGUEZ LUENGO, Elías (1976) – Los dólmenes de Valencia de Alcántara. En *V Congreso de Estudios Extremeños*. Badajoz, p. 25 – 42.
- DORADO ALEJOS, Alberto (2015) – **Ocupación laboral de una villa ‘Rayana’: Valencia de Alcántara a finales del Antiguo Régimen**. *Chronica Nova*, 41, p. 169 – 194. <https://doi.org/10.30827/cn.v0i41.1105>
- DORADO ALEJOS, Alberto; GÁMIZ CARO, Jesús (2020) – *Guía práctica. La representación de vasijas arqueológicas mediante el tratamiento digital de imagen*. Zenodo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3750847>
- FERNÁNDEZ CASADO, C. (2008) – *Acueductos Romanos en España*. Madrid: Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos.
- FERNÁNDEZ CORRALES, José María (1988) – *El Asentamiento Rural Romano en Extremadura y su Análisis Espacial*. Cáceres: Univ. de Extremadura.
- GACETA DEL NOTARIADO ESPAÑOL, T. II (1860) – Madrid: Imprenta de Ramón Campuzano Madrid, p. 71.
- GALÁN DOMINGO, Eduardo (1993) – *Estelas, Paisaje y territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica*. Complutum-Extra, 3. Madrid.
- GALAVÍS BUENO, Francisco (2020) – *El Poblamiento Romano En La Comarca De Valencia De Alcántara*. Badajoz: Ed. Francisco de Asís Galavís Bueno.
- GARCÍA SANJUÁN, Leonardo (2004) – La prospección arqueológica de superficie y los SIG, *Actas del I Encuentro Internacional “Informática aplicada a la investigación y la gestión arqueológicas”*, coords., MARTÍN, José Clemente; LUCENA, Agustín María, Córdoba: Universidad de Córdoba, p. 185 – 210.
- GONZÁLEZ CORDERO, Antonio; DE ALVARADO GONZÁLEZ, Manuel; MOLANO BRÍAS, Juana; CASTILLO CASTILLO, Jesús; SUÁREZ DE VENEGAS, José Suárez de (1990) – Mosaicos de la villa romana de Torre Albarragena: un nuevo triunfo báquico en la Península Ibérica, *Archivo Español de Arqueología*, 63, p. 317-330.
- GORGES, Jean-Gérard (1979) – *Les Villas Hispano-romaines. Incentaire et Problematique Archeologiques*. Paris.

- LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1956) – *Megalithgraeber Iberhalbinsel*. Madrider Forschungen Series. De Gruyter Inc.
- LOZANO BARTOLOZZI, María del Mar (1984) – El "Barrio Gótico" de Valencia de Alcántara. *Alcántara. Revista del Seminario de Estudios Cacerenses*, 2, p. 31 – 44.
- MADOZ E IBÁÑEZ, Pascual (1845) – *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar*, vol. XV, Madrid.
- MARÍN DÍAZ, Purificación (2016) – *Otium, salubritas, amoenitas: Decoraciones musivas pictóricas romanas en la Vega de Granada*. Granada: Universidad de Granada. <http://hdl.handle.net/10481/43695>
- MARTÍN BRAVO, Ana María (1994) – Los castros del Occidente de la provincia de Cáceres. *Complutum Extra* 4, p. 243 – 291.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2007) – Tumbas y sociedades locales en el centro de la península en la alta edad media: el caso de la comarca de Riba Côa (Portugal). *Arqueología y Territorio Medieval*, 14, p. 21–47. <https://doi.org/10.17561/aytm.v14i0.1503>
- MEDEROS MARTÍN, Alfredo; SCHUHMACHER, Thomas; FALKENSTEIN, Frank; OSTERMEIER, Nils; VARGAS, José Manuel (2020) – Excavación arqueológica y prospección geomagnética en el sector norte del yacimiento de la Edad del Cobre de Valencina de la Concepción (Sevilla). Campaña de 2017. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*, 30, p. 307 – 350. <https://doi.org/10.30827/cpag.v30i0.15867>
- MÉLIDA, José Ramón (1917) – Museo Arqueológico Nacional: Adquisiciones en 1916. Notas descriptivas. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*.
- MÉLIDA, José Ramón (1924) – *Catalogo Monumental de España. Provincia de Cáceres*. Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes, p. 201.
- MIÑANO Y BEDOYA, Sebastián de (1826-29) – *Diccionario Geográfico-Estadístico de España*. Madrid.
- MIRANDA DÍAZ, Bartolomé; MARTÍN NIETO, Dionisio Á. (2017) – Vestigios de las guerras hispano-portuguesas en la arquitectura de La Raya el ayuntamiento nuevo de Valencia de Alcántara. *Boletín de la Real Academia de Extremadura de las Letras y las Artes*, t. 25, p. 423-442.
- MIRANDA DÍAZ, Bartolomé (2008) – La desdichada historia constructiva de una iglesia rayana: Nuestra Señora de Rocamador de Valencia de Alcántara (siglos XVI-XVIII)". *Revista de Estudios Extremeños*, LXIV (Número dedicado a la Orden de Alcántara, t. II), p. 1429 – 1567.

- MIRANDA DÍAZ, Bartolomé; MARTÍN NIETO, Dionisio Á. (2009) – La ermita de Nuestra Señora de Valbón de Valencia de Alcántara. *Cara a Cara*, 1, p. 31 – 39.
- MOLANO BRÍAS, Juana; CASTILLO CASTILLO, Jesús; ALVARADO GONZALO, Manuel de; MATEOS ROMERO, Trinitario (1991-92) – Excavación de Urgencia en la Necrópolis de la Ermita de Santa Ana (Monroy). *Norba-Arte*, XI-XII, p. 141 – 170.
- MOLINA GONZÁLEZ, Fernando; ESQUIVEL GUERRERO, José Antonio; CONTRERAS CORTÉS, Francisco, (1991) – Sistema integrado de catalogación y análisis de la información arqueológica. *Complutum*, 1, p. 243 – 246.
- MOLINA, Fernando; CÁMARA, Juan Antonio, (2005) – *Guía del yacimiento arqueológico Los Millares*, Empresa Pública de Gestión de Programas Culturales, Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, Sevilla.
- MORANTE CABALLERO, Yolanda (2017) – *Urdimbre residencial de una ciudad abaluartada transfronteriza. Valencia de Alcántara (Cáceres). Análisis gráfico y constructivo*. Tesis Doctoral. Universidad de Extremadura. <http://hdl.handle.net/10662/6306>
- NAVAREÑO MATEOS, Antonio (1987) – *Arquitectura militar de la Orden de Alcántara en Extremadura*. Salamanca: Editora Regional de Extremadura.
- NAVAREÑO MATEOS, Antonio (1988) – *Aportaciones a la historia de la arquitectura en Extremadura. Repertorio de artistas y léxico de alarifes*. Cáceres.
- NAVAREÑO MATEOS, Antonio (1985) – Fortificaciones Abaluartadas de Extremadura. Planos de Juan de Landaeta. *Norba-Arte* VI, p. 145 – 157.
- OLIVEIRA, C., BUENO, Primitiva; JIMENEZ, Juan Carlos; OLIVEIRA, Jorge de, (2014) – Pinturas Esquemáticas en el occidente de la península Ibérica: las sierras del Tajo Internacional y los nuevos hallazgos en Valencia de Alcántara. En *III Simposium Internacional de Arte Rupestre de Havana, 2012*. Instituto Cubano de Antropología, p. 1-19. <http://hdl.handle.net/10174/11909>
- OLIVEIRA, Jorge de, (1998) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do rio Sever*. Ed. Colibrí. Lisboa.
- RUIZ ZAPATERO, Gonzalo; ÁLVAREZ-SANCHÍS, Jesús Rafael (2002) – Etnicidad y arqueología. Tras la identidad de los vettones. *SPAL*, 11, p. 253 – 277. <http://hdl.handle.net/11441/34848>

- RUIZ-ZAPATERO, Gonzalo, (1996) – La prospección de superficie en la arqueología española. *Quaderns de Prehistòria i Arqueologia de Castelló*, 17, p. 7-20.
<http://hdl.handle.net/10234/44583>
- SAUCEDA PIZARRO, M. I. (1986) – Primeros avances sobre el calcolítico en Extremadura: Los Barruecos, Malpartida de Cáceres (Cáceres). *Norba*, 7, p. 17-23.
- SORIA SÁNCHEZ, V. (1997) – Noticias Arqueológicas de Extremadura, *Revista de Estudios Extremeños*, XXXIII (3), p. 522 – 536.
- TENTE, Catarina; LOURENÇO, Sandra (1998) – Sepulturas medievais escavadas na rocha dos concelhos de Carregal do Sale Gouveia: estudo comparativo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1-2, p. 191 – 221.
- VIU, José de (1852) – *Extremadura. Colección de sus inscripciones y monumentos, seguida de reflexiones importantes sobre lo pasado, presente y el porvenir de estas provincias*, vol. I. Madrid.

Romanos no Nordeste alentejano – Percursos de uma investigação

José d` ENCARNAÇÃO¹⁰⁷

Resumo

Procura traçar-se uma panorâmica das principais características do que foi a vivência romana em terras do actual Nordeste alentejano. Dá-se particular atenção às povoações com notáveis vestígios dessa época: Ponte de Sor, Alter do Chão, Ammaia, Elvas e Monforte.

Palavras-chave: epigrafia romana; cultos indígenas; cultos romanos; sociedade romana.

Abstract

A view about the most relevant aspects of the Roman life in these countries of the actual North-east of the Portuguese Alentejo. We see specially what we know about Ponte de Sor, Abelterium, Ammaia, Elvas and Monforte.

Key words: Roman epigraphy; Roman Lusitania; indigenous deities; Roman society.

Que caminhos pode percorrer a investigação sobre os tempos romanos no Nordeste agora alentejano?

Arqueólogos dirão dos vestígios materiais: as cidades, as *villae*, as necrópoles – e o que da sua distribuição espacial pode deduzir-se quanto ao povoamento e aproveitamento dos recursos naturais, não descurando os ecos culturais que daí dimanam.

Os numismatas complementarão esses dados com as informações económicas veiculadas pelos achados monetários e, ao olharem para as numismas, nelas descobrirão também ecos político-culturais!

Que papel fica, então, reservado para o epigrafista, ao decifrar mensagens propositada e imorredoiamente gravadas? Ecos culturais também, mais vivos porventura, porque

¹⁰⁷ jde@fl.uc.pt. Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP). Universidade de Coimbra.

através da análise dos antropónimos e dos teónimos e da escrita se penetra no modo de pensar!

A descoberta de uma dedicatória imperial em Portalegre levou os eruditos do século XVII a discutirem sobre *Medobriga* e *Ammaia* e, naturalmente, sobre as enormes potencialidades da região. Multiplicam-se hoje as epígrafes encontradas; de *Ammaia* se sabe muito mais; a onomástica patente nas inscrições denuncia uma aculturação precoce e permite-nos afirmar que, também aqui, o rio Tejo não foi fronteira mas elo de ligação. Se a influência da capital *Emerita Augusta* se fez sentir, não é menos verdade que gentes do mesmo estrato cultural indígena se distribuíram pelas duas margens do rio.

E por essas descobertas caminhamos!

¿Que caminhos calcorrear, na certeza de que haverá sempre quem, como José Régio, preferirá proclamar: «Não, eu não vou por aí!»?

Ousar-se-ão, pois, propor paragens nesse calcorreado percurso, para se contemplar o que há para contemplar aí.

Sintetizei assim: Ponte de Sor – a passagem; Alter do Chão – o luxo; *Ammaia* – o urbano; Elvas – a cultura; Monforte – a opulência.

Ponte de Sor, a passagem, pela quantidade de miliários que se encontraram no seu termo, a denunciar (como, de resto, o seu nome indica) que era ‘ponte’, lugar de passagem.

Alter do Chão – o luxo. O *dominus* da *villa* de Ferragial d’El-Rei não hesitou em mandar desenhar em grande mosaico uma Medusa protectora e, para mostrar a sua erudição, um instantâneo a mostrar Alexandre, o Grande, na batalha de Hisdaspes (António 2015)! Não é apenas a beleza da cena em si que importa, mas sim, de modo especial, a ocorrência desta representação aqui.

É também de Alter uma telha (*imbrex*), fragmentada, com grafito, que nos dá, na sua singeleza, mui sugestivas informações, a confirmar a intensa vida económica que *Abelterium* não se importava de ostentar .

Diz o seguinte: VIIRNA/CVLVS / FECIT / IMBRICIIS / ⁵ AB[II]LTIRIO / AD CASTOREM / ∞ ∞ (*duo milia*) / ∞ (*mille*) / DCCCCL (*quingenta et nongenti*) / ¹⁰ DCCC (*octingenti*)

Vernáculo fez, em Abeltírio, à do Castor, telhas 2000, 1000, 850, 800.

Era como que um registo das fornadas que se iam fazendo. O telheiro era de Castor e Vernáculo fez questão em esclarecer que tudo se passava em *Abeltírio*, corruptela do topónimo *Abelterium*, conhecido pelos itinerários e de cuja localização ainda se não tinha a certeza. Esta telha veio, por conseguinte, confirmar a hipótese de o actual nome «Alter» ter sido derivado do latino *Abelterium* (António e Encarnação, 2009).



Figura 1. O epitáfio de Sentia Laurilla, de Alter do Chão. Foto de Jorge António.

Importa ainda olhar para o epitáfio de *Sentia Laurilla* (Fig.1), monumento que se diria perfeitamente clássico, canónico. E se *Sentius* é gentílico que surge em *Ammaia* e o *cognomen Laurilla* se insere de pleno direito no rol dos cognomes etimologicamente latinos de bom recorte, atente-se no facto de a sua identificação estar apresentada à maneira indígena: é filha de Tangino! E Tangino é antropónimo pertencente ao estrato pré-romano. Ou seja, oriunda de uma família local, Laurilla subiu na vida, de tal modo que aos seus libertos, de cognome bem erudito (*Sadala* e *Repentina*), outorga, por testamento, o direito de serem seus herdeiros. E são eles – *heredes ex testamento* – que mandam lavar seu epitáfio (António e Encarnação, 2006).

Ammaia – o urbano. Na verdade, à medida que as investigações prosseguem, mais evidente se torna a imponência urbana que a cidade atingiu. A justificar, por exemplo, o interesse que despertou ao imperador Cláudio.

Cláudio concedeu *virritim*, isto é, pessoalmente, a cidadania romana a *Publius Cornelius Macer*, notável municipal que em *Ammaia* exerceu os cargos de questor e de duúviro.

E outras benesses, sem dúvida, terá o imperador concedido, a justificar a homenagem (IRCP 615) que, no ano 44, “por voto anual”, a *civitas Ammaiensis* lhe prestou.

Homenagem importante, uma vez que nela intervém, em nome do imperador, o seu legado provincial, numa altura em que o aglomerado ainda não ascendera à categoria de município (partirá, mui possivelmente, desse mesmo imperador Cláudio a iniciativa dessa promoção). Na verdade, quem, na altura, representa os Amaienses são dois indígenas, decerto os *magistri*.

E não poderá passar despercebida a informação de que se trata de um voto anual: haviam-se oficialmente comprometido os responsáveis da *civitas* a honrarem, todos os anos, o imperador. Decerto, nem sempre a homenagem terá sido consignada numa epígrafe, esta poderá ter servido posteriormente de ‘testemunha’, mediante, por exemplo, a deposição de flores ou a realização de um sacrifício ritual. Recordar-se-á, a propósito, a informação que o imperador Augusto fizera questão em referir nas suas *Res Gestae*, após mencionar a sua acção de pacificador e conquistador:

«Toda a Itália me prestou juramento espontaneamente e me pediu que fosse seu chefe na guerra que venci junto de Áccio. O mesmo juramento prestaram as províncias da Gália e da Hispânia, a África, a Sicília e a Sardenha» (*apud* Pereira, 2000: 118).

Caso – como se afigura mui plausível – essa atitude amaiense seja eco desse costume, *Ammaia* gozava, pois, de um prestígio invulgar mesmo no seio das *civitates* da Hispânia.

Não admira, por isso, que desse prestígio haja ecos nos seus monumentos epigráficos (e muitos se terão perdido em reaproveitamentos, por exemplo, nas construções de Portalegre e povoações vizinhas). Citar-se-ão apenas dois:

– O altar (fig.2) que veicula uma consagração ao deus Mercúrio, com o epíteto de Augusto, o que o integra numa aura do poder imperial; por outro lado, com omissão do dedicante, implicando ser de iniciativa de toda a população, uma dedicatória oficial!



Figura 2. O altar a Mercúrio Augusto, de *Ammaia*. Foto de Guilherme Cardoso.

– a estela funerária magnífica, de um cidadão romano, inscrito na tribo Quirina (que foi adscrita à *civitas* após a elevação a município), *Gaius Sentius Capito* (Mantas, 2004: 92-97). Tem a família *Sentia* testemunhos na capital da província (*Emerita Augusta*) e em *Abelterium*, como se viu.

De Elvas e seu termo, apraz assinalar as manifestações culturais patentes nos monumentos epigráficos conhecidos. Prova da existência aí de uma população que cedo apreendeu os hábitos romanos.

Sirva-nos de testemunho a placa com o epitáfio de *Cominia Avita*, de nove anos, mandado, naturalmente, gravar por seus pais (IRCP 583 – fig.3). Atente-se na ternura familiar – 9 aninhos!... Nas duas pombas afrontadas – inocência! No voto *te rogo praeteriens dic sit tibi terra levis*, de que se conhecem outros exemplos na Bética mas mui escassos na Lusitânia. Na transmissão perfeita dos nomes: a menina tem o gentílico do pai (como é de lei) e o *cognomen* da mãe (tradição que nem sempre é respeitada). No uso de *curarunt* por *curaverunt*, a denotar cabal conhecimento das regras ortográficas.



Figura 3. O epitáfio de *Cominia Avita*, de Elvas. Foto de Guilherme Cardoso.

Apraz, por outro lado, salientar: essa aprendizagem teve as titubeações normais, que a singela placa de *Faleia Avita* pode exemplificar (IRCP 585 – fig.4). Assim, para além de uma paginação sem grande rigor, de letras irregulares e irregularmente dispostas (veja-se o S do final da linha 3), a fórmula final escolhida foi FECIT CVRAVITT, em vez do habitual F(aciendum) C(uravit), e, ainda por cima, com a distração da repetição do T! Por outro lado, interrogamo-nos acerca da verdadeira grafia do gentílico *Faliiia*. O normal será que os dois primeiros Ii assumam o valor de E, como noutras vezes acontece; contudo, *Faleia* apresenta-se, até ao momento, como caso único; a

possibilidade de o lapicida ter lido mal *Faleria* ou *Falcidia* afigura-se bem remota, até por se tratar de *nomina* indocumentados na Hispânia. Justificar-se-á pela falta de espaço a anormal menção do gentílico mediante sigla – T(erentius) será? – e o normal E por AE como reflexo da linguagem oral. Um monumento singular!

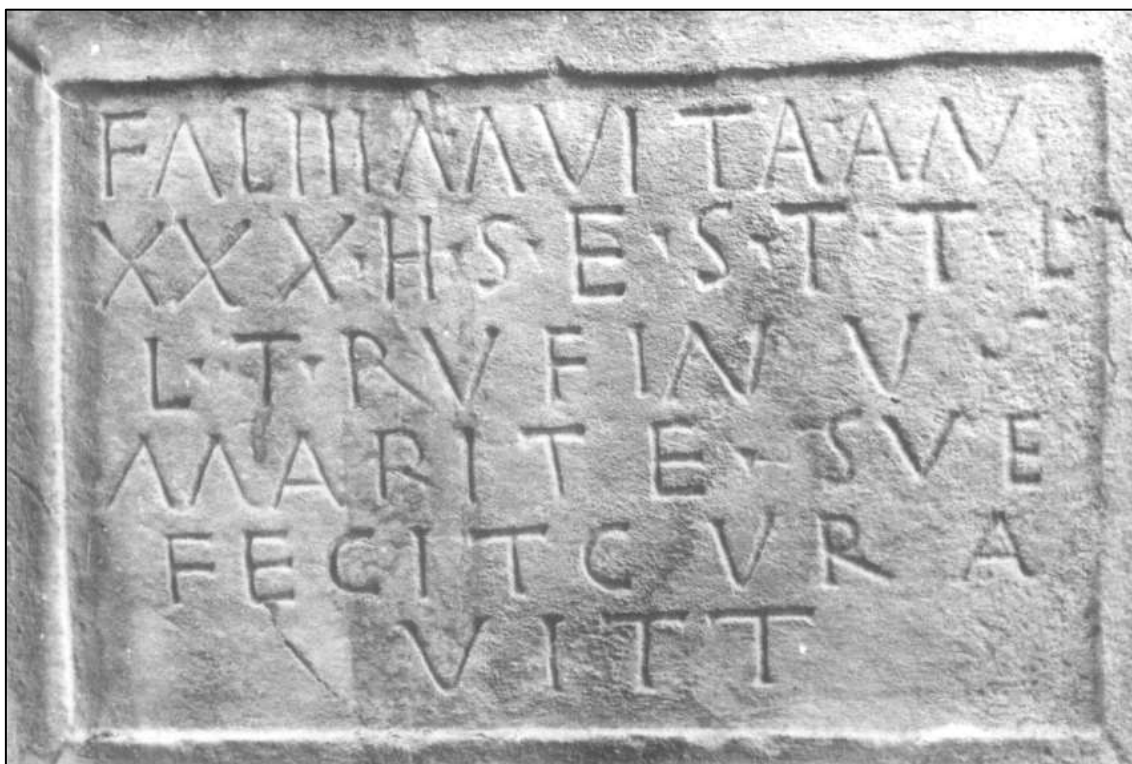


Figura 4. O epitáfio de *Faleia* Avita, de Elvas. Foto de Guilherme Cardoso.

Monforte – a opulência! Quanto se sabe, e muito é, da *villa* de Torre de Palma seria bastante para ratificar o registo de opulenta. Bastará, porventura, a alusão ao facto de, em determinado momento, quando pensou na decoração a mostrar no pavimento duma das salas mais importantes da sua casa senhorial, o *dominus* não ter hesitado: quero lá os retratos dos meus melhores cavalos, sobretudo esse, o *Lenobatis*, que tantas vitórias me deu! (IRCP 603; Lancha e Beloto, 1993; Salgueiro, 1993).

Ocorre-nos, obviamente, a tradição de que a Coudelaria de Alter é sublime manifesto; ocorre-nos aquela frase antiga de as éguas da Lusitânia serem fecundadas pelo Favónio, essa branda aragem vinda do poente; ocorre-nos a inscrição do celebrado auriga lusitano *Caius Appuleius Diocles*, a dar brado nos circos da Cidade Eterna (CIL VI 10 048; García y Bellido, 1953 e 1955; Almeida, 1967: 320-322).

Em conclusão:

Importa concluir, afirmando, desde logo, que o que mais vier a descobrir-se irá confirmar o panorama ora gizado: este Nordeste romano constituiu-se como zona de fronteira, em que temos, dum lado, a proximidade da capital, *Emerita Augusta* e, do outro, a vontade dos indígenas de bem aproveitarem os benefícios trazidos pelo colonizador, sem menosprezo, porém, da sua identidade!

De facto, é possível pôr lado a lado, inclusive porque de mui idêntica tipologia, o ex-voto que *Faustus*, liberto de *Bassus*, dedicou a Júpiter (IRCP 607) e o que o indígena *Lupus*, filho de *Lancius*, dedicou à divindade local *Quangeius Tangus* (IRCP 641). E sublinhar a persistência, nos monumentos funerários, da tipologia e da onomástica pré-romana, como os epitáfios de *Sica Maelonis filius* (em mui singela e tosca estela de xisto: IRCP 631 – fig. 5) e de *Camira Maxumi filia* (já trabalhada e encimada por rosácea: IRCP 624) permitem observar.



Figura 5. A estela de Sica, de Elvas. Foto de Guilherme Cardoso.

Persistência que a inscrição da área de Arronches (fig. 6), hoje no Museu Nacional de Arqueologia, redigida em língua dita lusitana – e que tanto tem interessado os investigadores (Encarnação *et alii*, 2008; Prósper e Villar, 2009, Ribeiro, 2010) – sobejamente atesta, no culto também a divindades autóctones!

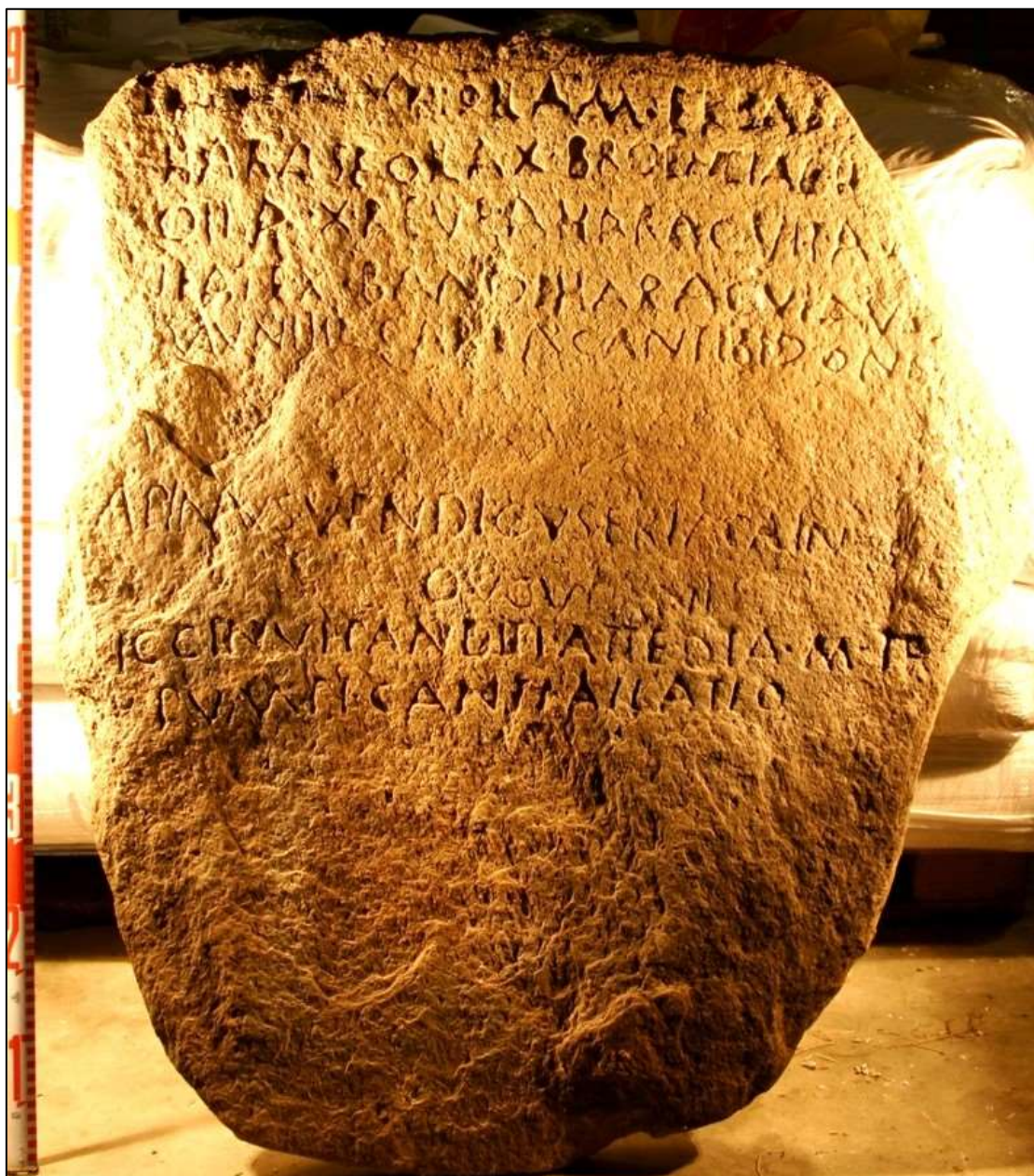


Figura 6. A inscrição em língua lusitana de Arronches. Foto de Jorge Oliveira.

Bibliografia

- ALMEIDA, Justino Mendes de (1967) – Nótulas de epigrafia latina. *Revista de Guimarães*. 77. Guimarães, p. 313-322.
- ANTÓNIO, Jorge (2015) – Alexandre, o Grande e a batalha de Hidaspes – O mosaico do *triclinium* da Casa de Medusa. *Abelterium*. II/1. Alter do Chão, p. 52-71.
- ANTÓNIO, Jorge; ENCARNAÇÃO, José d' (2006) – Epitáfio de *Sentia Laurilla*, de Alter do Chão (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico*. 81, inscrição n.º 362.
- ANTÓNIO, Jorge; ENCARNAÇÃO, José d' (2009) – Grafito identifica Alter do Chão como *Abelterium*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12/1. Lisboa, p. 197-200. <http://hdl.handle.net/10316/13555>
- ENCARNAÇÃO, José d'; OLIVEIRA, Jorge; CARNEIRO, André; TEIXEIRA, Cláudia (2008) – Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre). *Conimbriga*. 47. Coimbra, p. 85-102. <http://hdl.handle.net/10316/10754>
- GARCÍA Y BELLIDO, Antonio (1953) – Diocles, el “As” de los circos romanos. *Nummus*. 1(2), p. 81-91.
- GARCÍA Y BELLIDO, Antonio (1955) – El español Diocles, “as” de los circos romanos. *Arbor*. 32, p. 252-262.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. [O número indica o número da inscrição no catálogo].
- LANCHA, Janine e BELOTO, Carlos (1993) – *Chevaux vainqueurs: Une mosaïque romaine de Torre de Palma, Portugal*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais.
- MANTAS, Vasco Gil (2004) – Novidades epigráficas de Ammaia (S. Salvador de Aramenha, Marvão). In AULIARD, Claudine et BODIOU, Lydie [dir.]. *Au Jardin des Hespérides – Histoire, Société et Épigraphie des Mondes Anciens (Mélanges offerts à Alain Tranoy)*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, p. 87-105.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha (2000) – *Romana (Antologia da Cultura Latina)*. Universidade de Coimbra.
- PRÓSPER, Blanca María e VILLAR, Francisco (2009) – Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre. *Emerita*. LXXVII/1, p. 1-32.
- RIBEIRO, José Cardim (2010) – **Algumas considerações sobre a inscrição em “lusitano”** descoberta em Arronches. *Palaeohispanica*. 10, p. 41-62.
- SALGUEIRO, Pedro Paulo H. N. Agante (Junho 1993) – *Lenobatis*, um lusitano?. *Equestre*. 21, p. 52-55.

Afinal, para que serve a história da arqueologia? Arqueologia e território: realidades, necessidades e possibilidades (breves reflexões)

Ana Cristina MARTINS¹⁰⁸

“[T]here is no reason to think that people are more passive when looking at old photographs or film footage, handling a museum exhibit, following a local history trail, or even buying a historical souvenir, than when reading a book. People do not simply ‘consume’ images in the way in which, say, they buy a bar of chocolate.”
(Samuel 1994: 271)

Resumo

A investigação em história da arqueologia não se circunscreve a compreender a evolução do pensamento arqueológico, nem a demonstrar a importância de indivíduos, instituições e projetos no processo de afirmação e desenvolvimento da própria arqueologia. A história da arqueologia também não se resume a demonstrar a multiplicidade da sua relevância e utilização em diferentes agendas ideológicas e políticas. Hoje, mais do que nunca, a história da arqueologia deve assumir-se como “**ciência cidadã**”, contribuindo para compreender as inúmeras relações que se vão estabelecendo entre arqueologia, território, comunidade, memória, sentimento, emoção e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: História da Arqueologia; Território; Comunidade; Memória; Emoção.

Abstract

Research in the history of archeology is not restricted to understanding the evolution of archaeological thought, nor to demonstrating the importance of individuals, institutions and projects in the process of assertion and development of archaeology itself. The history of archaeology is also not limited to proving the multiplicity of its relevance and use in different ideological and political agendas. Today, more than ever, the history of archaeology must assume itself as a “**citizen science**”, helping to

¹⁰⁸ IHC - polo da Universidade de Évora | IN2PAST | Centro de Arqueologia (Uniarq) da Universidade de Lisboa. acmartins@uevora.pt.
O Instituto de História Contemporânea, Polo da Universidade de Évora é financiado pela FCT através dos projetos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.

understand the many relationships that are being established between archaeology, territory, community, memory, feeling, emotion and sustainable development.

Keywords: History of Archaeology; Territory; Community; Memory; Emotion.

Introdução

Imaginemos que, falando de arqueologia pública, alguém, sendo arqueólogo, afirma que *a arqueologia que pratica é e sempre foi pública*. Possivelmente ficaria agradado, confuso ou surpreendido. Agradado, pela comunhão evidenciada com o conceito de ‘arqueologia pública’. **Surpreendido, pelo inesperado da declaração. Confuso por se tratar de um conceito que lhe parecia não merecer dúvidas e, por isso, consensual.**

Mas eis que esta afirmação o insta a refletir e a interrogar-se: haverá quem não reconheça existência própria a este conceito e para quem ele seja um verdadeiro não-assunto? *Impossível*, concluirá.

Impossível por ser uma especialidade bem firmada na arqueologia, como testemunha o número crescente de cursos de graduação e pós-graduação replicados em diferentes universidades dispersas um pouco por todo o mundo, a partir de uma gestação essencialmente anglo-saxónica. Exemplos que se estendem ao domínio da edição, com múltiplos títulos publicados anualmente. Impossível, ainda, pela existência de grupos de trabalho que lhe são dedicados, alguns dos quais incorporados em organismos de referência para a arqueologia na atualidade, como a *European Association of Archaeologists* que conta com uma *Public Archaeology Community*. Impossível, ademais, por se encontrar consignada na legislação patrimonial e arqueológica vigente em vários países, incluindo Portugal. Impossível, também, porque o nosso país e outros estados ratificaram e adotaram documentos internacionais que os vincula, mesmo que indiretamente, a esse conceito.

É o caso da ‘**Declaração de Amsterdão**’ (1975) ao reconhecer a importância da participação dos cidadãos na conservação integrada do património, sobretudo quando **este é entendido como** “o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica.”¹⁰⁹. Enunciado reforçado na ‘**Convenção de Faro**’ (2005), ao apreciar o papel do património

¹⁰⁹ Conferência Internacional sobre Conservação (2000) Carta de Cracóvia – Princípios para a conservação e o restauro do património construído, “Anexo - Definições”.

cultural na sociedade contemporânea e o da cooperação, por inerência, entre instituições de diversa natureza e tipologia na sua valorização. Assim se fortalece a ideia de ‘conservação integrada’ do património, seja ele identitário, natural ou ecossistémico, à qual acresce agora a de elemento potenciador do seu desenvolvimento sustentável. Assim se coopta a sociedade civil em processos de gestão do património cultural norteadas pelo respeito pela “diversidade cultural, biológica, geológica e paisagística tendo em vista a obtenção de um equilíbrio entre estes elementos” (art. 8.º), reconhecendo “que o direito ao património cultural é inerente ao direito de participar na vida cultural, tal como definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem.” (art. 1.º).

Assim sendo, o que pareceria uma afirmação inesperada mais não será do que o resultado de anos sucessivos de prática arqueológica, donde patrimonial, apelando à participação de diferentes públicos. Impõe-se, contudo, interrogar que tipo e grau de participação tem sido desenvolvida: passiva ou ativa? Se ativa, em que momento, de que modo e com que objetivo? Bastará organizar ‘Dias Abertos’ às escavações? Será suficiente realizar conferências a nível local para esclarecimento de trabalhos executados e previstos? Ou dever-se-á somar a estas atividades outras muitas destinadas a envolver as diferentes comunidades residentes, apelando à sua participação operante em todas as etapas de valorização, incluindo a identificação, a divulgação e fruição do património?

Perguntas que poderão ser tanto mais pertinentes quando o conceito de ‘arqueologia pública’ integra o léxico oficial da especialidade desde a publicação de *Public Archaeology* (1972) (Matsuda & Schadla-Hall 1999: 147), do norte-americano Charles R. McGimsey (1925-2015), para quem não existe *such thing as ‘private archaeology’* e se deve instar à preservação do património arqueológico em nome do *public right to knowledge* (McGimsey 1972: 5). Um texto que é, ademais, dado à estampa três anos antes da ‘Declaração de Amesterdão’ (*vide supra*), numa coincidência no tempo e na geografia epistemológica anglo-saxónica que não será fortuita, como não coincidente será o contexto mais amplo vivido na Ocidentalidade entre os anos 60 e 70.

Com efeito, há que recordar como este período assiste a um reforço da esfera pública e do debate público em múltiplas dimensões da vida, em regimes não totalitários. Neles se assiste à emergência da “cultura de massas’ fomentada pela implementação da televisão e do crescimento e diversificação dos outros órgãos de comunicação social,

com realce para a imprensa escrita e a rádio. Ocorrências revigoradas por um contexto de efervescência política suscitada pelos movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos da América, de libertação de antigas colónias europeias - mormente em África -, e do antinuclear. Acresce a estes motos os da contracultura composta dos movimentos *Beatnik*, *Hip Hop*, *Flower Power*, de defesa ambiental, da segunda vaga feminista, de liberalização de costumes e de pensamento plasmados no maio de 68.

Um conjunto de fenómenos que se reflete na esfera cultural e patrimonial, mesmo que indiretamente. Disso é exemplo a França de André Malraux (1901-1976), como Ministro da Cultura, ao robustecer o investimento estatal na cultura em 1% do PIB. Fenómenos produzidos entre os *Swinging Sixties* e o pivô da mudança da história mundial em que se transformam os anos 70 e que chegam a Portugal, de forma controlada e filtrada, até à afirmação plena do regime democrático, nomeadamente com as contestações à Guerra Colonial (1961-1974) e as crises e greves estudantis (1962 e 1969). No entanto, é necessário esperar pelo Programa do I Governo Constitucional (1976/1978) para que o espaço cultural seja entendido no país como de articulação entre entidades políticas e públicas em busca de uma narrativa participativa para a criação de um entendimento comum, seja do presente, seja do passado. Somente assim se começa a assistir à consolidação da ideia de cultura enquanto fator de desenvolvimento, ao mesmo tempo que os anos 80 aportam a implementação e desdobramento de infraestruturas apropriadas à promoção cultural reivindicadas pelas populações locais e regionais.

Arqueologia Pública: apontamentos

Envolto numa crescente intensidade de especialização observada em todos os domínios científicos com o despontar da 'Big Science' durante e após a II Guerra Mundial (II GM) (1939-1945), o progresso científico escora em projetos de grande envergadura financiados por governos nacionais ou por conjuntos de governos, não apenas para recuperação das economias, como das culturas essenciais a reafirmações identitárias. São as estruturas governamentais as únicas passíveis, neste momento, de garantir a composição de equipas numerosas, a aquisição de equipamento sofisticado e a montagem de laboratórios devidamente apetrechados, colocados ao serviço da ciência para resolver situações essenciais à vida humana. Produção científica que exige uma maior especialização e abordagens multidisciplinares.

A arqueologia não é alheia a este processo. Por isso abrange métodos quantitativos, procura aprofundar e ampliar a colaboração científica, ao mesmo tempo que cria subdisciplinas e os amadores dão lentamente lugar aos especialistas contratados por universidades e centros de investigação. Mais do que isso, os anos 60 demonstram como ciência, património edificado e móvel e desenvolvimento económico são compatíveis.

Disto é exemplo a campanha internacional lançada pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, no início desta década, com pedido prévio dos governos egípcio e sudanês e envolvimento de personalidades como a egiptóloga francesa Christianne Desroches-Noblecourt (1913-2011), para resgate dos monumentos do Antigo Egito ameaçados pela construção da barragem do Assuão, um empreendimento considerado essencial para o desenvolvimento económico e energético do Egito (Sales, 2005). Trata-se de uma experiência sem precedentes de colaboração científica à escala mundial, com mais de 50 países a oferecerem ajuda técnica e financeira para preservar um trecho importante da história da humanidade. O pioneirismo desta iniciativa assenta, no entanto, mesmo que indiretamente, nos objetivos subjacentes à criação do ICCROM - *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (UNESCO, 1956) e do ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites* (1965) e no reconhecimento inerente do valor transnacional do património cultural enquanto fator de união e enriquecimento para todas as sociedades (Ferreira, 2013: 131).

Mas sendo percusora e apesar da construção genérica de uma opinião pública solidária, esta decisão pouco ou nada parece revelar sobre o lugar das comunidades habitantes no território afetado. Desperta, contudo, a comunidade internacional para a Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, também conhecida como **‘Recomendação de Paris’ (1972)**, assumida pela 17.^a sessão da Conferência Geral da UNESCO. A fruição crescente dos bens patrimoniais por parte de um público mais informado e interessado parece justificar a internalização de teorias e práticas ocidentais neste campo de atuação. Assim parece nascer o conceito de **‘património cultural universal’** **pertença de toda a coletividade internacional que é chamada a garantir a sua proteção de forma solidária** (A.V.V., 2011: 223). Não indica, porém, a prática de um património público, neste caso, de uma arqueologia pública, no sentido que lhe é conferido por Charles R. McGimsey (*vide supra*) precisamente no mesmo ano desta Convenção. Sincronismo que não será acidental.

Casual ou não, a ideia de ‘arqueologia pública’ surge no ano (1972) em que é também assinada a ‘Declaração de Estocolmo’ no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, onde é trabalhada, de forma holística, a ligação entre meio ambiente, património e desenvolvimento sustentável. Assunto que parece estar na ordem do dia de forma crescente. Disso dera já testemunho a ‘Declaração de Santiago’ do ICOM-*International Council of Museums* (Paris, 1946) com um conjunto de recomendações decorrentes do debate realizado em torno do papel e relevância social dos museus, em especial no que se refere à educação das comunidades, numa ação especialmente importante após o término da II GM.

Existe, por conseguinte, nos anos 60 e 70, um panorama internacional norteado por conceitos e práticas ocidentais que parecem sustentar a emergência de uma política patrimonial centrada agora também no bem-estar das comunidades. Contexto que será propício ao aflorar e asseverar da ideia de ‘arqueologia pública’.

Não obstante, poder-se-á questionar onde se situa esta nova noção num quadro mais alargado de maior demanda de finalidade social da própria produção científica, revigorada agora por todo um debate estabelecido em torno do lugar e da pertinência da ciência fundamental e da ciência aplicada¹¹⁰. Uma reflexão que parecia tender a afastar as ciências naturais e exatas das ciências humanas e sociais, com consequências (im)previsíveis para o financiamento das últimas, face ao avolumar da internacionalização da competitividade industrial que insta ao reforço da institucionalização da política científica. Neste âmbito, observamos o afirmar da atividade arqueológica ao ampliar o seu campo de atuação e nele fazer confluir projetos multidisciplinares e interdisciplinares para uma melhor compreensão de parcelas do passado, mais ou menos longínquo no tempo. Tudo, no sulco de uma década - 60 -, caracterizada por uma profunda agitação social (*vide supra*) que urge analisar e transpor, também por intermédio da metodologia de trabalho das ciências sociais que são assim reconhecidas de pleno direito pela Academia, ingressando na esfera universitária onde gravitam há muito as ciências humanas.

Não surpreenderá, por conseguinte, que também a arqueologia registe, então, alterações no seu próprio entendimento enquanto ciência e na metodologia de trabalho que segue. Paulatinamente, afasta-se do estudo exclusivo do passado esteado

¹¹⁰ Tratar-se-á, ainda assim, de uma questão interessante por nos relembrar, de algum modo, a *Querela* entre *Antigos e Modernos* dos séculos XVII e XVIII, e a discussão sobrevinda em meados de Novecentos sobre ciência "fundamental"/ "pura"/ "básica" vs. ciência "prática", ainda no rescaldo da II Guerra Mundial.

na análise da cultura material, para se aproximar de uma maior compreensão da relevância da sua relação com a sociedade contemporânea. Por isso começa a recorrer com maior frequência à memória oral, não apenas para localizar artefactos arqueológicos e putativos atores do seu estudo, mas para aferir relações de conhecimento, sentimentos e emoções gerados e amplificados ao longo dos tempos entre comunidades, sítios, materiais e seus territórios, e com os quais se foram modelando de igual modo identidades e narrativas (escritas e iconográficas) (Peralta e Anico, 2006; Alatalo, 2015; Bodicce, 2018; Martins, 2020). Uma abordagem trabalhada com a consciência de que o processo de produção de conhecimento e património arqueológico não pode ser entendido na totalidade fora dos seus contextos, sejam eles de ordem política, económica, social, cultural ou mental. Contextos estes que são, por vezes, instados e alimentados por projetos arqueológicos, ao mesmo tempo que por eles corroborados.

Mas como definir ‘arqueologia pública’ quando o nível de participação do público continua a ser, ainda hoje, essencialmente passivo, absorvendo conhecimentos que lhe são transmitidos, mormente (mas não em exclusivo) por arqueólogos e arqueocientistas?

Trata-se de uma questão assaz pertinente cuja resposta poderá ser encontrada na análise sociocultural da relação que vem sendo mantida entre arqueologia e público. Uma ligação que tem sido (mesmo que de modo insciente) maioritariamente unidirecional, como se o público fosse um mero recetor e consumidor acrítico dos dados apresentados por lhe serem (presumidamente) estranhas ou longínquas – do ponto de vista geográfico, histórico ou sentimental -, as realidades materiais estudadas e apresentadas. Uma espécie de monólogo que parece supor o público como parte inativa de um passado do território que habita e frui.

Contudo, a ‘arqueologia pública’, num primeiro momento (mais pormenorizado), e a ‘comunitária’ (vide infra), num segundo, exigem um envolvimento das comunidades em todo o processo de produção de projeto arqueológico desenhado para um determinado território e suas comunidades. Território que se vai modelando de acordo com múltiplos fatores, nomeadamente pela mutação registada no seio das próprias comunidades humanas que nele residem, que o vivenciam, mais ou menos, periodicamente e que o transitam por razões variáveis. Um envolvimento que importa quando da conceção de projetos, mas também da sua execução e perpetuação. Daí que

se deva aplicar conceitos como os de trans-memória, trans-historicidade e trans-contextualidade (Serrão, 2001 e 2008), sem esquecer que toda a prática arqueológica em Portugal deve ser supervisionada por organismos públicos, de acordo com o quadro legal vigente. Particularidade do nosso país que insta - ao mesmo tempo que possibilita -, a integração da esfera privada no amplo, diversificado e desejavelmente inclusivo debate público para encontro de interesses, objetivos e concretizações comuns. Espaços que a arqueologia encontra, de um modo transnacional, por exemplo, na revista *Current Archaeology*¹¹¹ ou no *website* sobre Çatalhöyük concebido pelo arqueólogo inglês Ian Hodder (1942-)¹¹².

Arqueologia, território e comunidade

São já inúmeros os títulos de publicações em torno da multiplicidade de (re)utilizações ideológicas e políticas do património (Walsh, 1996; Smith, 2006; Torrico, 2006). Muito se tem de igual modo recorrido acerca das (re)fruições de outro nível, mais pragmático. Mas não devemos esquecer que o património é composto de afetos, emoções e memórias identitárias, desde o momento em que é pensado até à sua condição atual, passando pelas suas diversas fruições e interpretações. Não surpreende, por isso, que haja necessidade de (re)estabelecer ligações entre pessoas, comunidades e territórios, num processo de descoberta contínua pelos sentidos dos lugares (Schofield e Szymanski, 2001). Um caminho de revelação que permite vincular aqueles a estes e assim garantir a valorização dos primeiros ao torná-los significantes para os segundos (David Crouch, 2015).

Não será, contudo, simples alcançar a real dimensão e o modo de envolvimento dos afetos, sentimentos e emoções memorizados na preservação do património, sobretudo pela incerteza que podem surgir sobre os mesmos, eventualmente adensada pela sua imensurabilidade. Mais do que uma complexidade, tratar-se-á de uma dúvida persistente mesmo perante experiências positivas reunidas noutros países, como na Inglaterra onde os ‘Princípios de Conservação’ (2018) abraçam a ideia segundo a qual, sendo de todos e para todos, o património deve ser objeto de participação ativa dos cidadãos, independentemente dos seus contextos de produção e utilização, assim

¹¹¹ *Current Archaeology* foi lançada no Reino Unido em 1967 pelo casal Andrew and Wendy Selkirk e é a revista dedicada à divulgação arqueológica com maior volume de vendas em todo o mundo.

¹¹² [Çatalhöyük Research Project | Excavations of a neolithic anatolian höyük \(catalhoyuk.com\)](http://catalhoyuk.com).

como das leituras geradas em seu torno. Intervenção que não terá propriamente como único objetivo contribuir para o movimento qualitativo de visitantes e consumidores (Schofield, 2015: 417-418), mas concorrer para espigar a autoestima das comunidades de um determinado território, designadamente por via dos elementos incorpóreos, mesmo quando associados, direta ou indiretamente, a materialidades.

Também por isto fará sentido criar uma ‘Carta dos Direitos do Património’¹¹³, considerando que este (= património) o é porque existem sociedades que o imaginam, constroem, vivem, sentem, compreendem, memorizam, reutilizam e mantêm:

É em nome desse mesmo valor que se impõe que lhe sejam respeitados direitos, tal como os que se seguem: [...] // 8. Os monumentos e obras de arte têm direitos a desempenhar uma *função de cidadania pelo facto de assumirem sempre um valor testemunhal*. // 9. Os monumentos e obras de arte têm direito a dar cumprimento às suas *mais-valias* históricas, estéticas, pedagógicas e *sociais* que, tal como ontem, continuarão sempre operativas. // 10. Os monumentos e obras de arte têm *direitos de inclusão face à heterogeneidade* (religiosa, social, rática, política) *dos seus interlocutores de ontem, de hoje e de amanhã*¹¹⁴

Precisamente porque replica parcelas da sociedade, em cada momento e em cada lugar, funcionando como âncora de pensamentos e ações, ao mesmo tempo que une comunidades e territórios, independentemente da natureza e do grau de memórias, sentimentos e emoções que germina junto dos mesmos, o património deve ser gerido de modo integrado, como integrado é o mundo e quem nele existe. E são os cidadãos, a título individual, e as comunidades, a nível coletivo, quem, juntamente com profissionais do património, mormente conservadores-restauradores, conferem o direito à sobrevivência patrimonial, evitando ou adiando a sua morte, seja por ignorância, vandalismo, despesismo, belicismo ou fenómenos naturais. É neste sentido que podemos e devemos falar de ‘**arqueologia pública**’, não por oposição a uma putativa ‘**arqueologia privada**’, mas por significar o entrosamento de todos os atores na produção arqueológica, aquela que concentra a nossa atenção de momento. Noção de

¹¹³ [CARTA DE DIREITOS DO PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS | ICOM Portugal \(icom-portugal.org\)](http://icom-portugal.org)

¹¹⁴ [CARTA DE DIREITOS DO PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS | ICOM Portugal \(icom-portugal.org\)](http://icom-portugal.org). Nossos itálicos.

identidade pública da arqueologia que revemos, mesmo que indiretamente, na carta encíclica *Laudato si* do Papa Francisco, publicada a 24 de maio de 2015, sobre o cuidado da ‘Casa Comum’, nomeadamente quando afirma ser,

preciso integrar a história, a cultura e a arquitetura dum lugar, salvaguardando a sua identidade original. Por isso, a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo (112) [...]. // o desenvolvimento dum grupo social supõe um processo histórico no âmbito dum contexto cultural e requer constantemente o protagonismo dos atores sociais locais a partir da sua própria cultura (113)

Uma gestão integrada apenas possível com o envolvimento dos cidadãos e das sociedades, numa relação bidirecional e de responsabilidade mútua de tomada de decisões e de execução de procedimentos de valorização. Ademais, cumprir este desígnio significa concretizar um princípio implícito em pelo menos dois dos 17 ‘Objetivos de Desenvolvimento Sustentável’ (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU): 4. Educação de Qualidade; 10. Reduzir as Desigualdades.

Importará, contudo, saber em que medida o reconhecimento e a prática da ‘arqueologia pública’ serão assim tão perceptíveis. Parecem sê-lo para quem ocupa lugares de técnicos superiores na área da arqueologia em instituições públicas, independentemente da sua natureza ou amplitude. Assim serão também para quem, encontrando-se ao serviço de empresas privadas de arqueologia ou com atividade arqueológica, cumpre os procedimentos legais - donde públicos -, definidos para o efeito. Parecem sê-lo, ainda, para quem, lecionando em estabelecimentos de ensino público e privado, conduz trabalhos arqueológicos segundo esses mesmos trâmites.

Mas será suficiente encontrar-se ao serviço de entidades públicas ou privadas sujeitas ao direito público, para que a arqueologia praticada seja pública ou considerada como tal? Ou será que se toma por pública a arqueologia realizada perante o olhar público, com dinheiros públicos e para finalidades públicas, independentemente de revestirem a forma de sítios ou coleções visitáveis? Em suma, por que razão se fala de arqueologia pública, concretamente em Portugal? Estaremos numa espécie de *lost in translation* se alguém afirmar ter praticado sempre uma *arqueologia pública*? Possivelmente.

História da arqueologia, identidade, memória e emoção

E quanto à história da arqueologia? Que papel pode e deve assumir esta especialidade no contexto da ‘arqueologia pública’, que tem alcançado terreno estimável já neste século XXI, nomeadamente pelo seu contributo para o desvendar de parcelas esquecidas ou truncadas de diferentes pretéritos¹¹⁵, especialmente ao abranger um número crescente de conceitos específicos e aparentemente tão díspares quanto complementares, como os de arqueologia comunitária¹¹⁶ e colaborativa (Tully, 2007); feminista e de género (Díaz-Andreu e Sorensen, 1998; Martins, 2016); pós-colonial, indígena, etnográfica e de estudos patrimoniais?

Se atendermos à história da ciência e seus desdobramentos temáticos, compreenderemos com maior facilidade a importância da história da arqueologia na construção de projetos com a imprescindível componente societal. Componente para a qual deve contribuir, revelando episódios, visibilizando atores e destacando particularidades de territórios e comunidades na composição de páginas de uma história mais alargada. Por isso, também, a história da arqueologia pode e deve concorrer para o aumento e fortalecimento da autoestima de quem reside numa determinada geografia, que é física, mas de igual modo e, por conseguinte, sentimental (Babo, Guerra e Quintela, 2007; Carvalho, 2017).

Uma geografia composta de paisagens englobando contextos sistémicos e lugares de memória que são por vezes transformados em novos identitários que abrem caminho à composição de renovadas referências e marcadores, assim como ao sequente apagar ou esbater de memórias. Trata-se, na verdade, de uma autoestima potenciadora, ao mesmo tempo que resultante, do desenvolvimento sustentável dessa mesma geografia totalizante que assim se deverá tornar de igual modo atrativa para a fixação de novas gentes perpetuadoras de um passado revelado no presente para melhorar o futuro. Por isso urge continuar a promover projetos de investigação que aproximem a produção de conhecimento científico e patrimonial - neste caso, arqueológico -, território e **comunidades, num verdadeiro exercício de ‘ciência cidadã’**

Em Portugal, temos assistido desde há muito a inúmeras atividades organizadas com este intuito, acima de tudo nos contextos de dias específicos que ritmam o anual

¹¹⁵ Relevância contida, por exemplo, na revista quadrimestral *Public Archaeology*, editada pelo arqueólogo inglês Tim Schadia-Hall desde 2000 e publicada pela *Maney Publishing*.

¹¹⁶ Importância contemplada no *Journal of Community Archaeology & Heritage*, publicado pela *Taylor & Francis*.

calendário científico e patrimonial¹¹⁷. Mas outros projetos se têm perfilado no horizonte, mais concordantes **com um sentimento amplo e profundo de ‘arqueologia pública’, envolvendo, desde o primeiro momento, territórios e suas comunidades e que** podem inspirar outros a serem desenhados num futuro próximo, entrelaçando arqueologia, sociedade e desenvolvimento local ou regional¹¹⁸. Porque as realidades de âmbito local, regional, nacional e transnacional são diversas e as precisões variadas, sendo que as hipóteses emergem, com frequência, da sua intersecção em sociedades em permanente (ainda que, por vezes, lenta) mutação.

Experiências que têm, por seu turno, demonstrado a importância da atuação de organismos como associações, academias, instituições de ensino superior, museus, fundações e empresas no desenrolar da atividade arqueológica, em íntima conexão com populações locais convocadas para os projetos a gizar e em curso, integrando-se em processos de estudo, preservação e divulgação, e procurando entender a ligação emocional e intelectual que com eles vão estabelecendo (Smith, 2006). Disso são exemplo todos quantos contemplam a recolha de memórias orais fundamentais à compreensão, não apenas da dimensão mais científica das histórias a construir, como de toda uma outra que confere maior humanidade a esta: a das relações interpessoais e ecossistémicas. Por isso, também, a história da arqueologia se tem tornado crescentemente multidisciplinar e interdisciplinar, não escusando olhares antropológicos, etnográficos e sociológicos, aos quais se somam os da história da arte e, até, da etnobotânica. Por isso, também, a história da arqueologia se tem mostrado essencial no cumprimento de alguns ODM, a exemplo da promoção da "igualdade entre os sexos e capacitar as mulheres", ao desvendar e contextualizar nomes que, por um motivo ou outro, permaneceram na sombra da história (*vide supra*). Nomes olvidados que irrompem de igual modo no masculino, como esquecidos são, por vezes, alguns projetos, sítios, coleções, museus e edições.

Por outras palavras, estaremos perante uma arqueologia que, tendo sido (quase) sempre pública, assume agora um carácter ativista pela maior consciência do papel da

¹¹⁷ Casos, entre outros, dos Dias Internacionais dos Monumentos e Sítios, dos Museus; das Jornadas Europeias de Arqueologia, do Património.

¹¹⁸ Exemplos: ‘RIBACUDANA - associação de fronteira para o desenvolvimento comunitário’ e ‘Vila Nova de São Pedro - VNSP 3000’.

arqueologia na sociedade ao permitir dar voz a quem não a tem, a perdeu ou não a conseguiu manter ou recuperar¹¹⁹.

Reflexões finais

Entender de que modo as comunidades percecionam e fruem os sítios, os artefactos, as exposições e os seus atores, permitirá compreender melhor a dinâmica estabelecida ao longo dos tempos entre património arqueológico, território e demais comunidades, para lançar, robustecer e (re)construir vínculos entre o passado e o presente, numa perspetiva de futuro comum. Um futuro que deve começar a ser composto no presente, potenciando sítios e objetos como elementos (in)formais de intercâmbio educativo, cultural e científico, mas de igual forma como constituintes de socialização, inclusão, regeneração e coesão comunitária, assim como na sua relação com o turismo cultural (Gill, 2007), no contributo para o desenvolvimento económico do território, e afirmações identitárias, ideológicas e políticas (Torrico, 2006). Porque, no final, são as comunidades que fazem os lugares e os objetos, vivenciando-os e, perpetuando-os por entre um intrincado complexo de memórias, sentimentos e emoções.

Neste contexto, para lá de muitas outras das suas “utilidades” (aparentemente) mais óbvias, a história da arqueologia continuará a importar sempre que concorra para o exercício de uma arqueologia pública, mormente no cumprimento de ODM, ainda que orientada por especialistas, ou seja, por arqueólogos na sua interligação a muitas outras áreas do conhecimento e em comunhão com os territórios e as comunidades onde atuam.

Lisboa, Primavera de 2022

Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão para a organização das IV Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano (Castelo de Vide, 25 e 26 de março de 2022), na pessoa da Prof. Doutora Leonor Rocha, da Universidade de Évora.

¹¹⁹ São disto exemplo, em Portugal, os projetos ‘Trabalhadores forçados portugueses no III Reich, 1939-1945. Memória, responsabilidade, futuro’; à recolha de memórias, sobretudo orais, promovida pelo Museu Nacional da Resistência e da Liberdade; à realização, em Lisboa, do ‘1.º Encontro Memória para Todos. História, Memória e Comunidade(s)’ onde foram apresentados resultados preliminares dos projetos arqueológicos “Adegas da Memória” e “Arquivos de Memória”, este último do Parque e Museu do Côa.

Bibliografia sumária

- A.V.V. – *100 anos de Património: memória e identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico I.P., 2011, 2ª edição. P.223.
- ADORNO, T. W. (1991) - *The Culture Industry: Selected Essays on Mass Culture*. London: Routledge.
- ALATALO, M. (2015) - *Reading Pictures, Constructing Narratives - A Study upon Pictorial Narrativity and a Narrative Analysis of Work Photography*. Pro Gradu Thesis. University of Lapland, Faculty of Art, and Design. 82 p.
- ASCHERSON, N. (2000) - Editorial. *Public Archaeology* 1(1), 1-4. Bender, B. 1998. Stonehenge. Oxford and New York: Berg.
- BABO, E., GUERRA, P. e QUINTELA, P. (2007) - Estruturas museológicas, desenvolvimento, envolvimento e participação local: uma aproximação a alguns casos portugueses. In *Atas das IX Jornadas do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora - Transpondo Fronteiras*, 15 p. [https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=75086].
- BELTRÁN, J., FABIÃO, C. e MORA, B., eds. (2019) - *La Historia de la Arqueología Hispano-Portuguesa a Debate*. SPAL Monografías Arqueología, XXX. Universidade de Sevilha: Universidade de Málaga, UNIARQ / Universidade de Lisboa.
- BODICCE, R. (2018) - *The history of emotions*. Manchester: Manchester University Press.
- CALHOUN, C. (1992) - Introduction, in Calhoun, C. (ed.) *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1-48.
- CARMAN, J. (2002) - *Archaeology and Heritage: An Introduction*. London and New York: Continuum. Çatalhöyük [website, <http://catal.arch.cam.ac.uk>] [Accessed on 31 March 2004].
- CARVALHO, D. A. S. (2017) - *Ensaio sobre a relação entre as comunidades locais e o seu património cultural - a comunidade de Castro Laboreiro como estudo de caso*. [disponível em http://www.cta.ipt.pt/download/OIPDownload/ideario_JULHO_2.pdf]
- CROUCH, D. (2010) - Flirting with space: thinking landscape relationally, *Cultural Geographies*, 17 (1), p. 5-18.
- CROUCH, D. (2015) - Affect, Heritage, Feeling, in E. Waterton e S. Watson, eds., *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*, Basingstoke and New York, Palgrave Macmillan, p. 177-190.

- DAVIDSON, J. at al. Eds., (2005) - *Emotional Geography*, Farnham, Ashgate.
- DIAZ-ANDREU, M. (2007) - *A World History of Nineteenth-Century Archaeology: Nationalism, Colonialism, and the Past*. Oxford: Oxford University Press.
- DIAZ-ANDREU, M. and SØRENSEN, M.-L. S., eds. (1998) - *Excavating Women: A History of Women in European Archaeology*. London: Routledge.
- FAULKNER, N. (2000) - Archaeology from Below. *Public Archaeology* 1(1), 21-33.
- FERREIRA, D. J. da S. (2013) - *O Património Cultural na Avaliação de Impacte Ambiental em Portugal*. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa. FLUP. Porto.
- FOUCAULT, M. (1972) - *The Archaeology of Knowledge*. London: Tavistock Publications.
- GIDDENS, A. (1984) - *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press.
- GILL, A (2007) - *Turismo, Comunidades e Gestão de Crescimento*. In *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 631-646.
- HABERMAS, J. (1989) - *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: Polity Press.
- HEWISON, R. (1987) - *The Heritage Industry: Britain in a Climate of Decline*. London: Methuen.
- KOOIMAN, J. (1993) - Socio-Political Governance: Introduction, in Kooiman, J. (ed.) *Modern Governance: New Government-Society Interactions*. London: Sage Publications, 1-8.
- MARTINS, A. C. (2003) - *Possidónio da Silva (1806-1896) e o resgate da memória. Um percurso na arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MARTINS, A. C. (2005) - *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. 100 anos de (trans)formação (1863-1963)*. [texto policopiado]. Tese de doutoramento em História apresentado à Universidade de Lisboa.
- MARTINS, A. C. (2016) - **Pioneiras da Arqueologia em Portugal: “another brick” against “the wall” of indifference. Maria de Lourdes Costa Arthur (1924-2003)**. *Clepsydra. Revista de Estudos del Género y Teoría Feminista*, 15, p. 77-100.
- MARTINS, A. C. (2020) - Território, comunidade, memória e emoção: a contribuição da história da arqueologia (algumas primeiras e breves reflexões). In Arnaud, J. M., Neves, C. e Martins, A. (eds.), - *Arqueologia em Portugal – estado da questão. 2020*. Lisboa: AAP e CITCEM, p. 17-24.

- MATSUDA, A. and SCHADLA-HALL, T. (1999) – Editorial. *Public Archaeology. European Journal of Archaeology* 2(2), 147-158.
- MATSUDA, A. (2004) - **The Concept of ‘the Public’ and the Aims of Public Archaeology.** *Papers from the Institute of Archaeology* 15: 66-76.
- MCGIMSEY, C. R. (1972) - *Public Archaeology*. New York: Seminar Press.
- MCGUIGAN, J. (1996) - *Culture and the Public Sphere*. London and New York: Routledge.
- MCMANAMON, F. P. (2000) - Archaeological Messages and Messengers. *Public Archaeology* 1(1), 5-20.
- MERRIMAN, N. (2004) - Introduction: Diversity and Dissonance in Public Archaeology, in Merriman, N. (ed.) *Public Archaeology*. London: Routledge, 1-17.
- MERRIMAN, N. (2002) - Archaeology, Heritage and Interpretation. in Cunliffe, B., Davies, W. and Renfrew, C. (eds.) *Archaeology: The Widening Debate*. Oxford and New York: The British Academy, 541-566.
- PERALTA, E. e ANICO, M. (2006) - *Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora.
- RENFREW, C. and Bahn, P. (2000) - *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. London: Thames and Hudson.
- RODRIGUES, P. S. (2007) - O passado é uma cidade ideal: um olhar sobre a patrimonialização de Évora, *Revista de História da Arte*, 4, p. 270-296.
- SALAS ÁLVAREZ, J. de la A. (2019) - El interés de la Ilustración española por las antigüidades portuguesas. El caso de Évora. In BELTRÁN, J., FABIÃO, C.s e MORA, B., eds. - *La Historia de la Arqueología Hispano-Portuguesa a Debate*. SPAL Monografías Arqueología, XXX. Universidade de Sevilha: Universidade de Málaga, UNIARQ / Universidade de Lisboa, p. 27-56.
- SALES, J. das C. (2017) - Recuperação do Património Arquitetónico do Antigo Egito: o caso de Abu Simbel. *Discursos*. [Em linha]: 3, nº 6 (Out. 2005). p. 29-66. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/4318>
- SAMUEL, R. (1994) - *Theatres of Memory*. London: Verso.
- SCHOFIELD, J. (2015) - Thinkers and Feelers: A Psychological Perspective on Heritage and **Society**” in E. Waterton e S. Watson, eds., *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan, p. 417-425.
- SCHOFIELD, J. (ed.) (2016) - *Who needs experts? Counter-Mapping Cultural Heritage*. Farnham: Ashgate.

- SCHOFIELD, J. and R. Szymanski, R. (201) - *Local Heritage, Global Context. Cultural Perspectives on Sense of Place*. New York: Routledge.
- SERRÃO, V. (2001) - *A cripto-história de Arte*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, V. (2008) - *A trans-memória das imagens. Estudos iconológicos de pintura portuguesa (sécs. XVI-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SMITH, L. (2006) - *Heritage as a Cultural Process. In Uses of heritage*. London: Routledge.
- TORRICO, J. A. (2006) - Patrimónios e discursos identitários. In *Patrimónios e Identidades: Ficções*. Oeiras: Celta Editora, p.21-34.
- TULLY, G. (2007) - Community archaeology: general methods and standards of practice. *Public Archaeology*, 6: 3, p. 155–187.
- UCKO, P. (2000) - Foreword, in McManus, P. M. (ed.) *Archaeological Displays and the Public: Museology and Interpretation*. London: Institute of Archaeology, University College London, ix-xi.
- WALSH, K. (1992) - *The Representation of the Past: Museums and Heritage in the Postmodern World*. London and New York: Routledge.
- WEBER, M. (1978) - *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.
- WRIGHT, P. (1985) - *On Living in an Old Country: The National Past in Contemporary Britain*. London: Verso.